

2017

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL



Processo nº	3430.02.24.012/17
Procedimento:	PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 - SRP
Objeto:	AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP.

PROCESSO 3430.02 24012117

DATA
24/02/2017



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



INTERESSADO:

Secretaria municipal de Administra-
ção e Recursos Humanos

DESTINO

Gabinete

DATA

ANEXOS

Aquisição de água mineral e gás de cozinha.

OBSERVAÇÕES

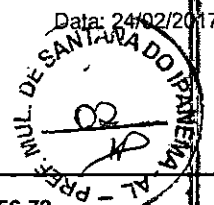
[illegible]

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

Relatório de Comprovante de Abertura de Processos

Filtros aplicados ao relatório

Número do processo: 3430.0224012



Número do processo: 3430.0224012 / 2017

Número único: 253.UNP.756-72

Solicitação: 274 - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA

Beneficiário:

CPF do beneficiário:

Requerente: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS

CPF do requerente:

Endereço:

Complemento:

Bairro:

Loteamento:

Condomínio:

Município:

Telefone:

Celular:

Fax:

E-mail:

Local da protocolização: 005.009.000 - SETOR DE PROTOCOLO

Protocolado por: Leonia Silva dos Santos

Situação: Em trâmite

Procedência: Interna

Prioridade: Normal

Protocolado em: 24/02/2017 10:22

Previsto para: 24/02/2017 10:22

Concluído em:

Assunto: MEMORANDO Nº:0224002/2017

Observação:

Leonia Silva dos Santos
(Protocolado por)SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
(Requerente)

Memo. nº. 02.24.002/2017 - SARH

Santana do Ipanema - AL, 24 de fevereiro de 2017.

Da: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: **Solicitação para aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP.**

Senhor Prefeito,

Solicitamos a abertura de procedimento licitatório objetivando o registro de preços de **Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência anexo, bem como estimativa de preços constante no Mapa Comparativo de Preços igualmente anexado.

Outrossim, informamos que os recursos para a eventual aquisição do objeto possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação, nos termos do §2º do art. 6º do Decreto Municipal nº 28/2017.

Atenciosamente,


ANTÔNIO DE PÁDUA NUNES BATISTA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

24/02/17
C.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 1 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO E BOTIJÃO – GLP			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	2.000
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200

LOTE 02 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
2.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UNID	5.000
2.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500

LOTE 3 – ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
3.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
3.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
3.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500
3.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, **com entrega imediata**, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

5. AValiação DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

/s/

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

A

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **HÉLIO MOREIRA DA SILVA**, Diretor de Divisão de Material Patrimônio e Arquivo, CPF nº 239.066.695-72, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Santana do Ipanema /AL em 24 de fevereiro de 2017


ANTÔNIO DE PÁDUA NUNES BATISTA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOJE 01 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E BOTIJOÃO											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LIQUIGÁS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
01.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	R\$ 55,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 59,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 60,67	R\$ 121.340,00
01.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	R\$ 140,00	R\$ 150,00		R\$ 150,00	R\$ 145,00	R\$ 140,00	R\$ 145,00	R\$ 29.000,00
TOTAL										R\$	R\$ 150.340,00

[Handwritten Signature]
Helio Moreira da Silva
Gerente de Compras
Cpf: 239.096.685-12





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 02 - ÁGUA MINERAL E GARRAÇÃO											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MAÍZEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H DOS ANJOS LTDA	PIRGO DE OLIVEIRA	LUCINGOAS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
02.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como laque de segurança na tampa, conhecido pela DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	R\$ 7,00	R\$ 6,50	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,50	R\$ 6,00	R\$ 6,33	R\$ 31.650,00
02.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (pp) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 14,00	R\$ 13,00	R\$ 14,00	R\$ 16,00	R\$ 14,50	R\$ 7.250,00
TOTAL										R\$	R\$ 38.900,00

Handwritten signature
Hellen Moreira da Silva
Secretaria de Compras
CEP: 23910-000 - 12

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
AL - 12



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 03 - ÁGUA MINERAL											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H. DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LIQUIGÁS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
03.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		R\$ 10,00	R\$ 11,88	R\$ 11,90	R\$ 14,00	R\$ 8,50	R\$ 11,26	R\$ 11.260,00
03.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000			R\$ 15,48	R\$ 19,90	R\$ 18,00		R\$ 17,79	R\$ 17.790,00
03.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500		R\$ 10,00	R\$ 11,94	R\$ 15,50	R\$ 15,00	R\$ 9,50	R\$ 12,39	R\$ 6.195,00
03.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500			R\$ 33,12	R\$ 38,70	R\$ 30,00		R\$ 33,94	R\$ 16.970,00
TOTAL										R\$	52.215,00

Helio Mota da Silva
Bor de Compras
CPF: 339.048.895 - 72





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social: ALDO NOBRE LIVEIRA - EPP	CNPJ: 01.095.693/0001-06
Endereço completo: RUA TIRADENTES, 139 - SÃO JOSÉ	
E-mail: NOBREGAS.ULTRAGAZ@HOTMAIL.COM	Fone/fax: 3621-1149
Responsável: GILMAR BERNARDO GONCALVES	Celular: (82) 9 8144-2633

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	55,00	110.000,00
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	140,00	28.000,00
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	7,00	35.000,00

[Handwritten signatures]



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	15,00	7.500,00
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500		
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500		

3 - CONDIÇÕES

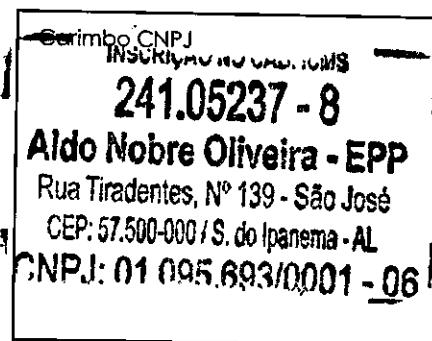
Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
---	--	---------------------------------------

Local e data:

SANTANA DO IPANEMA 10/02/2017

GILVAN BERNARDO GONCALVES

Carimbo e assinatura do responsável



Hemi



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	<i>Manoel Teixeira & Silva</i>	CNPJ:	<i>17861408/0001-50</i>
Endereço completo:	<i>Rua BELMIRA BRANDÃO</i>		
E-mail:	<i>manoel.teixeira@gmail.com</i>	Fone/fax:	<i>999589785</i>
Responsável:	<i>Manoel Teixeira & Silva</i>	Celular:	

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	<i>65,00</i>	<i>130,000</i>
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	<i>150,00</i>	<i>30,000</i>
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	<i>6,50</i>	<i>32,500</i>

Henri



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	15,00	7,500
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	10,00	10,000
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	10,00	5,000
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500		

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
----------------------------------	---------------------------------	--------------------------------

Local e data:

S. do Ipanema, 15/02/17

Manoel Teixeira da Silva
Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ

CNPJ: 17.861.408/0001-50
Manoel Teixeira da Silva - 05526224-30
Rua Belmira Brandão, 324 - Monumento
CEP: 57.500-000 / S. do Ipanema - AL

Henrique



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	COMERCIAL DOS ANJOS LTDA	CNPJ:	12.254.630/0003-97
Endereço completo:	RUA ALDISTRIO JOSÉ AMÉRICO - 797 - CENTRO		
E-mail:	SP@SUPEROUROBRASIL.COM.BR	Fone/fax:	3621-1820
Responsável:	Camila	Celular:	9.9603-4106

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	60,00	120,000
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	—	—
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	6,00	30,000

Handwritten signature



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	14,00	7,000
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	11,88	11.880
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	15,48	15.480,00
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	11,94	5.970
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500	33,12	16.560

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
---	--	---------------------------------------

206.890,00

Local e data:

S. do Ipanema, 16/02/14

CNPJ: 12.257.630/0003 - 97

COMERCIAL H. DOS ANJOS LTDA

Carimbo e assinatura do responsável

Rua Ministro José Américo, 111, - Centro
CEP: 57.500-000 / Santana do Ipanema AL

Carimbo CNPJ

CNPJ: 12.257.630/0003 - 97

COMERCIAL H. DOS ANJOS LTDA

Rua Ministro José Américo, 111, - Centro
CEP: 57.500-000 / Santana do Ipanema AL

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	CNPJ:
Katiuscia Minnelli Carvalho Barros Brandão - ME	00.305.986/0001-08
Endereço completo:	
Pç. Dn. Adelson Isaac de Miranda, 233 - Monumentos - Santana do Ipanema	
E-mail:	Fone/fax:
ipango.decano@bol.com.br	(82) 3621-1978
Responsável:	Celular:
Júlia César de Carvalho Barros	(82) 99614-0002

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	59,00	118.000,00
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	150,00	30.000,00
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	6,00	30.000,00

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	13,00	6.500,00
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	11,90	11.900,00
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	19,90	19.900,00
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	15,50	7.750,00
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500	38,70	19.350,00

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
---	--	---------------------------------------

Local e data:

S. do Ipanema, 16/02/2012

Katiuscia Minelli

Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ

INSCRIÇÃO NO CAD. ICMS

248.32244 - 3

Katiuscia Minelli Carvalho B. Brandão - ME

Pç Dr. Adelson Isaac de Miranda, Nº 233

Monumento - CEP: 57.500-000

Santana do Ipanema - AL

CNPJ: 00.305.986/0001 - 08



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	CNPJ:
DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	35.560.483.0001-74
Endereço completo:	
R. SIBURARA CAMPO - 20-B	
E-mail:	Fone/fax:
	82 - 3621-1775
Responsável:	Celular:
DANIEL MATA DE OLIVEIRA	9.9966-0022

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	60,00	120.000,00
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	140,00	28.000,00
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	6,00	30.000,00

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	16,00	8.000,00
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	8,50	8.500,00
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	9,50	4.750,00
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500		

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
---	--	---------------------------------------

Local e data:

S. do Ipanema, 23/02/17

Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ

INSCRIÇÃO NO CAD. ICMMS
241.04014-0

Daniel Mata de Oliveira

Rua Oliveira Campos, 106 - Camoxinga
S. do Ipanema - AL - CEP 57500-000

CNPJ 25.580.48/0001-74



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



COTAÇÃO DE PREÇOS

1 - DADOS DA EMPRESA

Razão social:	CNPJ:
S. MARIO AZEVEDO DAMASCENO	19.295.877/00085
Endereço completo:	
RUA DELMIRO GOLVEIA 126 BAIRRO CAMOXINGA 2. DO IPANEMA - AL	
E-mail:	Fone/fax:
LIQUIGASSANTANA@HOTMAIL.COM	82.
Responsável:	Celular:
WAGNER	82.3 99888699

2 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	2000	65,00	130.000,00
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	145,00	29.000,00
3	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	6,50	32.500,00

Henri



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA



4	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	14,00	7000,00
5	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	14,00	14000,00
6	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	18,00	18000,00
7	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	15,00	7500,00
8	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500	30,00	15000,00

3 - CONDIÇÕES

Validade da proposta: 60 DIAS	Prazo de entrega: A COMBINAR	Forma de pagamento: EMPENHO
---	--	---------------------------------------

Local e data:

Sdo IPANEMA, 23/02/2017

Mário Luiz Soares Duarte
Carimbo e assinatura do responsável

Carimbo CNPJ INSCRIÇÃO NO CAD. ICMS 242.96923 - 2 J. Mario A. Damasceno - ME Rua Delmiro Gouveia, Nº 126 - Camoxinga CEP: 57.500-000 - Santana do Ipanema/AL CNPJ: 19.295.877/0001 - 85
--

Henri

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Assunto: **Solicitação para aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP.**

DESPACHO

Considerando a necessidade da **aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, indispensáveis para o exercício das atribuições desta municipalidade, DETERMINO que a Comissão Permanente de Licitações adote todas as providências necessárias à realização de licitação para formalização de registro de preços, pelo que, desde já, AUTORIZO a deflagração do certame, na forma do Termo de Referência apresentado.

Outrossim, ratifico o entendimento exposto na inicial, no sentido de que não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, a qual será devidamente indicada quando da formalização do contrato (Art. 6º, §2º do Decreto Municipal nº 28/2017).

Sigam os autos à CPL para as providências de praxe.

Santana do Ipanema/AL, 03 de março de 2017.

ISNALDO BULHÕES BARROS
Prefeito



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
GABINETE DO PREFEITO**

Portaria nº 01, de 06 de janeiro de 2017.

**DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E O
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
(AL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe as Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Poder Executivo, nos termos da Lei nº 8.666/93, conforme descrição a seguir:

I – PRESIDENTE DA CPL

Carlos Thomaz Accioly Fernandes (Chefe de Setor de Material) – CPF: 008.061.364-05

II – MEMBROS DA CPL

Kelyson Henrique de Oliveira Defensor (Assistente em Serviço de Assistência Social) – CPF: 102.892.144-67
Welkison Barbosa Vilela Ferreira (Auditor Fiscal Municipal) – CPF: 010.251.314-79

III – MEMBRO SUPLENTE DA CPL

Amanda Costa Maciel (Chefe de Setor de Arquivo) – CPF: 096.629.974-40

Art. 2º. Fica designado como Pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o servidor Carlos Thomaz Accioly Fernandes (Chefe de Setor de Material) – CPF: 008.061.364-05;

Art. 3º. Os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL atuarão como Equipe de Apoio do Pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520/2002;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Santana do Ipanema/AL, em 06 de janeiro de 2017.

Ismael de Siqueira Barros
Prefeito

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, em 06 de janeiro de 2017.

Antônio de Pádua Nunes Batista
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



PROCESSO Nº: 3430.02.24.012/2017

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

ASSUNTO: Licitação para registro de preços de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP

Termo de Abertura de Procedimento Licitatório

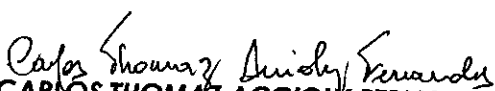
Por este Termo, AUTUA-SE o presente processo, da inicial aos documentos que a seguem, pelo que, certifica-se conter nos autos todos os elementos necessários ao pleno atendimento do disposto nos artigos 15 e 38 da Lei nº 8.666/1993, art. 3º da Lei nº 10.520/2002, bem como no Decreto Municipal nº 28/2017.

Ato contínuo, abre-se o procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 003/2017-SRP** (Art. 1º da Lei 10.520/2002), para **registro de preços de água mineral e gás liquefeito do petróleo - GLP**, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 28/2017, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, assim como pela legislação correlata.

Outrossim, **JUSTIFICA-SE** a não utilização do pregão na forma eletrônica pela indisponibilidade de eficiente serviço de internet na estrutura administrativa desta municipalidade, razão que impossibilita o regular trâmite do processo, além de acarretar vulnerabilidade na condução das sessões.

Isto posto, encaminhamos os autos à Procuradoria Jurídica para proceder ao exame e aprovação da minuta de edital anexa, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93.

CPL, em 09 de março de 2017.


CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
Presidente da CPL



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 01 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E BOTIJO											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LIQUIGÁS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
01.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	1525	R\$ 55,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 59,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 60,67	R\$ 92.521,75
01.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	R\$ 140,00	R\$ 150,00		R\$ 150,00	R\$ 145,00	R\$ 140,00	R\$ 145,00	R\$ 29.000,00
TOTAL											R\$ 121.521,75

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LIQUIGÁS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
02.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND	475	R\$ 55,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 59,00	R\$ 65,00	R\$ 60,00	R\$ 60,67	R\$ 28.818,25
TOTAL											R\$ 28.818,25


Pregoeiro





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAFO											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL H DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LIQUIGÁS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
03.1	Água mineral sem gás; Envasada em garrafa plástico transparente com capacidade de 20 litros, com cessão gratuita das garrafas, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UND	5000	R\$ 7,00	R\$ 6,50	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,50	R\$ 6,00	R\$ 6,33	R\$ 31.650,00
03.2	Garrafa plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 14,00	R\$ 13,00	R\$ 14,00	R\$ 16,00	R\$ 14,50	R\$ 7.250,00
TOTAL											R\$ 38.900,00


Pregoeiro





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PLANILHA DE PREÇO MÉDIO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA											
LOTE 04- ÁGUA MINERAL											
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA	ALDO NOBRE	MANOEL TEIXEIRA DA SILVA	COMERCIAL B. DOS ANJOS LTDA	PINGO DE OURO	LOUBIGAS	DANIEL MATA DE OLIVEIRA - ME	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
04.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000		R\$ 10,00	R\$ 11,88	R\$ 11,90	R\$ 14,00	R\$ 8,50	R\$ 11,26	R\$ 11.260,00
04.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000			R\$ 15,48	R\$ 19,90	R\$ 18,00		R\$ 17,79	R\$ 17.790,00
04.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500		R\$ 10,00	R\$ 11,94	R\$ 15,50	R\$ 15,00	R\$ 9,50	R\$ 12,39	R\$ 6.195,00
04.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500			R\$ 33,12	R\$ 36,70	R\$ 30,00		R\$ 33,94	R\$ 16.970,00
TOTAL											R\$ 52.215,00


Pregoeiro





EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP

OBJETO:

Registro de preços de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP

SESSÃO PÚBLICA:

xx/xx/20xx

xx:xx hs


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017**

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remeter-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pregoeiro


Pregoeiro

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº **28/2017**, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **XX de XXXXXX de 2017.**

Horário: **XX:XX (XXXX horas e XXXX minutos - horário local)**

Endereço: **Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de **água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.5.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

1.5.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

1.5.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

1.5.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.5.7. ANEXO VII - Modelo de ficha de credenciamento

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.**

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Gabinete do Prefeito;

2.2.2. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

2.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;

2.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.5. Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



2.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;

2.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1. Em relação aos lotes 03 e 04 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, sendo reservados os lotes 01 a cota principal e 02 a cota reservada.

3.1.2. Não havendo vencedor em relação ao item decorrente de cota reservada as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 43, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, aquela poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante, juntamente com a ficha de credenciamento devidamente preenchida e em papel timbrado do licitante (conforme modelo anexo).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



4.1.1. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

4.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

4.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

4.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

4.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

5.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.1.3. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.3.1. As declarações de que tratam os itens 5.1.1 e 5.1.2 poderão ser produzidas de próprio punho, na sessão do certame, ou reduzida a termo em ata, desde que o representante credenciado possua outorga de poderes para tanto.

5.1.4. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
SESSÃO EM XX/XX/20XX, ÀS XX:XX HORAS

5.2.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



6.1. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

6.1.2. Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

6.1.2.1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

6.1.3. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

6.1.4. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

6.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

6.2. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

7.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

7.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do lote.

8.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.4. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.4.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

8.4.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

8.4.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

8.4.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

8.4.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.4.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

8.5. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.5.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

8.6. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra,

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24** (vinte e quatro) horas contados da solicitação.

9.4.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.4.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.8. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.1.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

10.2.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

10.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f. Comprovação de que possui autorização para exercer a atividade de revenda varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP, através de Certificado emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016.

10.3.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

10.3.2.1. Sob pena de Inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

10.3.2.2. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

10.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.3.5. Documentos Complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

10.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.4.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.5. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.8.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.8.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

11.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores aqueles inicialmente ofertados em sua proposta escrita, contida no Envelope nº 1.

11.1.3. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

12.4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº 28/2017, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

17.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

17.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

17.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



17.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

17.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

17.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

19. DO PREÇO

19.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

22.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

22.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

22.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

22.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6. Cometer fraude fiscal;

24.1.7. Fizer declaração falsa;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



24.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b.** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

24.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

24.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

25.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

25.2. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral do órgão.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



- 25.3.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 25.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 25.5.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase, da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 25.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.7.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 25.8.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 25.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Processo nº 3430.02.24.012/17
Pregão Presencial nº 003/2017-SRP

Pág. 23/24


Pregoeiro

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pregoeiro

Processo nº 3430.02.24.012/17
Pregão Presencial nº 003/2017-SRP

Pág. 24/24


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



25.12. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

25.15. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.16. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.16.1. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

25.17. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.18. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

25.19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

25.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Município de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema - AL, **xx** de **xxxxxx** de **xxxx**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 1 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	1.525
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200

LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
2.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	475

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM,	UNID	5.000

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



	para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.		
3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, **com entrega imediata**, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento de licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **HÉLIO MOREIRA DA SILVA, Diretor de Divisão de Material Patrimônio e Arquivo**, CPF nº **239.066.695-72**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


Pregoeiro

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto de contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dólitos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHOES-BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

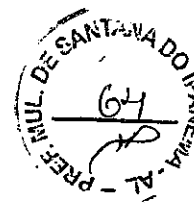
Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2017**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
XXX	NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA	R\$ XXXXXX

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**

3.2.3. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;**

3.2.4. **Secretaria Municipal de Saúde;**

3.2.5. **Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;**

3.2.6. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;**

3.2.7. **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento,

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e reajustáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

Representante da Empresa

Representante do Órgão

Gestor da ata


Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**.

MANUTENÇÃO


Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

CONTRATO Nº PP03/2017-X

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DO PETRÓLEO - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S)) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, com sede na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.250.916/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. ISNALDO BULHÕES BARROS, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, CEP XXXX, no Município de XXXXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 3430.02.24.012/17, e o resultado final do Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 03/2017-SRP, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fornecimento.

2.2. O prazo de entrega do material será de **imediato** ao recebimento da solicitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.4. Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXXX)**.

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de **XXXX**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional(is) Programática(s): XXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento(s) de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXX

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

14.1.4. o atraso injustificado no início do fornecimento;

14.1.5. a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

14.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

14.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

14.1.13. a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.17. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas **14.1.11** a **14.1.12**, **14.1.16** e **14.1.17**;

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas **14.1.12 a 14.1.16**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Contratual


Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO DO CONTRATO Nº PP03/2017-X

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**.

MANUTENÇÃO


Pregoeira

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP

PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27
de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de
1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de
habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** do **Município
de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

(assinatura)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
..... (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as
penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os
documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se
encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para
participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** do
Município de Santana do Ipanema/AL.

Local e data

(assinatura)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante), com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/ME sob o nº, por
intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno
porte, nos termos da Lei Complementar nº
123, de 14 de dezembro de 2006, não se
incluindo nas hipóteses de exclusão previstas
no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei
nº 11.488, de 15 de Junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei
Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de
Preços nº 03/2017-SRP do **Município de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

(assinatura)


Pregoeira

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO VII

MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

FICHA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO LICITANTE

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE(S): _____ FAX: _____ EMAIL: _____

PESSOA P/ CONTATO: _____ CARGO/FUNÇÃO: _____

DADOS DO REPRESENTANTE

NOME COMPLETO: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____ RG: _____ CPF: _____

CELULAR(ES): _____ EMAIL(S): _____

_____, ____ de _____ de _____.

(responsável p/ informações)

PROCESSO Nº 3430.0224012/2017

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP

EMENTA: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Legislação Aplicável: Lei nº 8.666, de 1993, Lei nº 10.520, de 2002 e Decreto nº 3.555, de 2000. Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo-GLP. Regularidade Formal do Processo. Adequação da Modalidade Licitatória Adotada. Instrução do Processo. Análise das Minutas. Ressalvas e/ou Recomendações.

RELATÓRIO

Trata-se de processo que tem por objeto o Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo-GLP.

Os presentes autos foram distribuídos ao advogado(a) signatário(a) para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, encontrando-se instruídos.

DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade a Administração no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados, com o exame prévio e conclusivo dos textos das minutas dos editais e seus anexos.

A função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade administrativa, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade solicitante municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos¹.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características,

¹ Conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "o Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade."

requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Ultrapassadas as linhas iniciais, com efeito, no que pertine especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas.

Os autos do processo submetidos à análise encontram-se regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável.

Seguindo a análise, pretende-se a aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo-GLP, o(s) qual(is) foi(ram) classificado(s) pelo órgão adquirente como "bens comum"², nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002³, julgando-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

Na hipótese, a Administração optou pela utilização do pregão presencial, o que foi devidamente justificado, nos termos do §1º, do art. 4º, do Decreto nº 5.450, de 2005⁴.

Considere-se também, no que concerne especificamente ao Sistema de Registro de Preços-SRP, que, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666 de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002⁵ admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº 3.555, de 2000 e Decreto Municipal de Registro de Preços, conjugados com as regras da Lei nº 10.520, de 2002 e Lei nº 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.

² Na concepção de Marçal Justen Filho, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

³ Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

⁴ Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica. § 1º. O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nas casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

⁵ Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente.

Outrossim, é cediço que muitas vezes, o preço do serviço pode variar em função da quantidade contratada, como ocorre na economia de escala. Desta forma, fica evidenciada a essencialidade de se fixar adequada quantidade para propiciar a apresentação de propostas/lances coerentes, visando ao êxito do certame com resultados verossímeis.

De fato, é nesse sentido que a doutrina e o TCU aconselham, ao recomendar a fixação no edital do SRP não apenas da quantidade máxima dos itens licitados, mas também estabelecer lotes mínimos – é dizer, quantitativo mínimo a ser fornecido a cada pedido -, para a obtenção de preços por atacado e, em decorrência, mais favoráveis à Administração.

Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame – tanto o quantitativo máximo da ata, quanto o lote mínimo de cada pedido.

No caso concreto, a justificativa da contratação foi juntada aos autos e parece atender as diretrizes acima lançadas,

A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 21, inc. V do Decreto nº 3.555, de 2000 e, no presente caso, tal exigência foi cumprida.

O Termo de Referência⁶ é o documento que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a viabilidade da contratação, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato. Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente⁷, este que foi devidamente aprovado.

A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente e proba, e ao mesmo tempo, possibilitar a aferição do valor referencial do item (itens) que servirá(ão) como parâmetro na análise da exequibilidade ou aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, podendo nortear o valor máximo aceitável⁸.

⁶ De acordo com a definição do §2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05 e inc. II do art. 8º do Decreto nº 3.555/00.

⁷ Conforme art. 9º, inc. II do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 8º, inc. IV do Decreto nº 3.555, de 2000.

⁸ Art. 43 da Lei nº 8.666/93: A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

Desta forma, o órgão deverá proceder à consulta dos preços praticados no mercado, sendo recomendável a obtenção de ao menos três orçamentos⁹, devendo a pesquisa ser juntada nos autos do processo de licitação¹⁰. É importante que se atente para que tal consulta se dê nos moldes do Termo de Referência, considerando exatamente as especificações do serviço ou bem, a fim de preservar a fidelidade dos preços pesquisados em relação à contratação almejada.

Por fim, é aconselhável que a Unidade licitante verifique se não existe Ata de Registro de Preços cadastrada nos sistemas eletrônicos, e ainda em vigor, em condições de atender às suas necessidades, para fins de composição da pesquisa de preços, ainda com intuito de refletir os preços praticados atualmente no âmbito da Administração.

Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão realizou pesquisa de preços junto a empresas do ramo, conforme orçamentos juntados.

Outrossim, em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária poderá ficar postergada para o momento da assinatura do ajuste ou instrumento equivalente, devendo o responsável zelar pelo seu atendimento.

O art. 21, VI, do Decreto nº 3.555, 2000 exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio, exigência que foi cumprida nos autos.

Os incisos VIII e IX, do mesmo Decreto exige que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços, minutas estas anexadas e devidamente compactuadas com a legislação em regência (art. 9º do Decreto nº 3.555, de 2000, art. 40 da Lei nº 8.666/93 e orientação do TCU - Acórdão nº 4411/2010¹¹ - 2ª Câmara).

Assim, conclui-se, quanto à instrução processual, que os requisitos impostos pela legislação aplicada foram devidamente cumpridos no presente feito, devendo seguir as recomendações necessárias.

CONCLUSÃO

⁹ Acórdãos nº 980/2005, nº 3.219/2010, ambos do Plenário, e nº 7.821/2010-1ª Câmara do TCU

¹⁰ Nesse sentido, dispõem os Acórdãos nº 663/2009 e nº 3.219/2010 do Plenário do TCU.

¹¹ "17.3 Nesse contexto, ainda que a essência do registro seja permitir aquisições prontamente, à medida que for surgindo a necessidade dos produtos/serviços para a Administração, o TCU possui jurisprudência no sentido de que a licitação deve estabelecer valores mínimos e máximos para os itens licitados, a exemplo dos Acórdãos 991/2009 e nº 1100/2007, ambos do Plenário. Do Voto que embasou este último pode-se transcrever os seguintes trechos colhidos da doutrina (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed.):

"[...] Dito de outro modo, a Administração deve aproveitar o sistema de registro de preços para obter preços por atacado, evitando os preços de retalho. Para tanto, tem de estabelecer lotes mínimos que permitam aos potenciais interessados formular a proposta mais vantajosa.

Por outro lado, a fixação de quantitativos máximos é imposição essencial, derivada das normas orçamentárias, do princípio da isonomia e da economicidade."

(grifou-se)

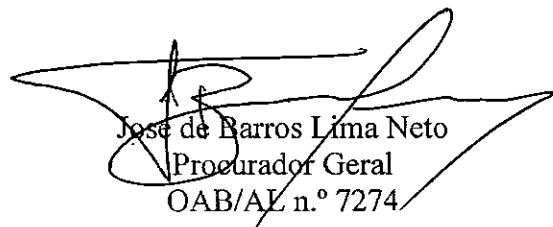
PROCURADORIA
MUNICIPAL

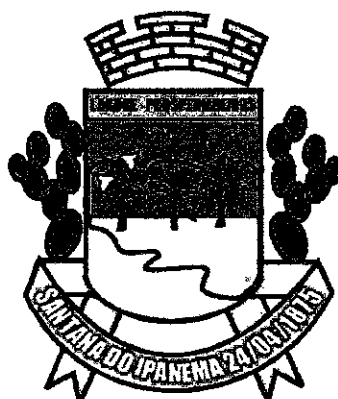


Em face do exposto, opinamos, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela inexistência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, ressaltando o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada.

Devolvo os autos a Comissão de Licitações e/ou pregoeiro para prosseguimento do feito.

Santana do Ipanema, 17 de março de 2017.


José de Barros Lima Neto
Procurador Geral
OAB/AL n.º 7274



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2017-SRP

OBJETO:

Registro de preços de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP

SESSÃO PÚBLICA:

05/04/2017

09:00 hs


Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº **28/2017**, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **05 de abril de 2017**

Horário: **09:00 (nove horas e zero minutos – horário local)**

Endereço: **Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.5.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

1.5.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

1.5.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

1.5.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.5.7. ANEXO VII - Modelo de ficha de credenciamento

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.**

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Gabinete do Prefeito;

2.2.2. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

2.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;

2.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.5. Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



2.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;

2.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1. Em relação aos lotes 03 e 04 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, sendo reservados os lotes 01 a cota principal e 02 a cota reservada.

3.1.2. Não havendo vencedor em relação ao item decorrente de cota reservada as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 43, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, aquela poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante, juntamente com a ficha de credenciamento devidamente preenchida e em papel timbrado do licitante (conforme modelo anexo).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



4.1.1. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

4.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

4.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

4.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

4.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

5.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.1.3. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.3.1. As declarações de que tratam os itens 5.1.1 e 5.1.2 poderão ser produzidas de próprio punho, na sessão do certame, ou reduzida a termo em ata, desde que o representante credenciado possua outorga de poderes para tanto.

5.1.4. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
SESSÃO EM 05/04/2017, ÀS 09:00 HORAS

5.2.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



6.1. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

6.1.2. Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

6.1.2.1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

6.1.3. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

6.1.4. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

6.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

6.2. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

7.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

7.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do lote.

8.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.4. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.4.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

8.4.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

8.4.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

8.4.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

8.4.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.4.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

8.5. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.5.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

8.6. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra,

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24** (vinte e quatro) horas contados da solicitação.

9.4.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.4.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.8. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.1.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

10.2.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

10.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f. Comprovação de que possui autorização para exercer a atividade de revenda varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP, através de Certificado emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016.

10.3.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

10.3.2.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

10.3.2.2. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

10.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.3.5. Documentos Complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

10.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.4.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.5. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.8.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.8.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

11.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta escrita, contida no Envelope nº 1.

11.1.3. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

12.4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº **28/2017**, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

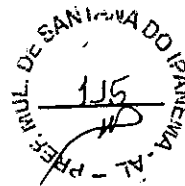
17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

17.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº **28/2017**.

17.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

17.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



17.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

17.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

17.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

19. DO PREÇO

19.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

22.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

22.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

22.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

22.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6. Cometer fraude fiscal;

24.1.7. Fizer declaração falsa;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



24.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

24.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

24.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

25.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

25.2. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral do órgão.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



25.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

25.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.7.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.8. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



25.12. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

25.15. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.16. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.16.1. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

25.17. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.18. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

25.19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

25.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **Município de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema – AL, **22 de março de 2017.**

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro


Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo**
- **GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 1 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	1.525
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200

LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
2.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	475

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM,	UNID	5.000

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



	para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.		
3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes

comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, **com entrega imediata**, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **HÉLIO MOREIRA DA SILVA, Diretor de Divisão de Material Patrimônio e Arquivo**, CPF nº **239.066.695-72**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;


Pregoeiro

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2017**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
XXX	NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA	R\$ XXXXXX

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**

3.2.3. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;**

3.2.4. **Secretaria Municipal de Saúde;**

3.2.5. **Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;**

3.2.6. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;**

3.2.7. **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento,

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

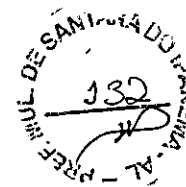
6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº **28/2017**.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

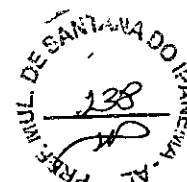
14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

Representante da Empresa

Representante do Órgão

Gestor da ata

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**.


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

CONTRATO Nº PP03/2017-X

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DO PETRÓLEO - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S)) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA**, com sede na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS**, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **3430.02.24.012/17**, e o resultado final do Pregão Presencial nº **04/2017**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fornecimento.

2.2. O prazo de entrega do material será de **imediato** ao recebimento da solicitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXX).

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de **XXXX**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional(is) Programática(s): XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento(s) de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

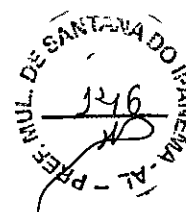
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

14.1.4. o atraso injustificado no início do fornecimento;

14.1.5. a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

14.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

14.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

14.1.13. a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.17. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas **14.1.1 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;**

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas **14.1.12 a 14.1.16**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

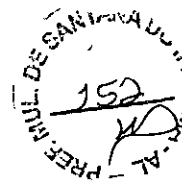
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Contratual

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO DO CONTRATO Nº PP03/2017-X

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP

PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27
de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de
1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de
habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** do **Município
de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

(assinatura)

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as
penas da lei, que cumpre plenamente, os requisitos de habilitação, com os
documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se
encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para
participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do
Município de Santana do Ipanema/AL.

Local e data

(assinatura)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por
intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno
porte, nos termos da Lei Complementar nº
123, de 14 de dezembro de 2006, não se
incluindo nas hipóteses de exclusão previstas
no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei
nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

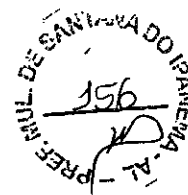
gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei
Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de
Preços nº **03/2017-SRP** do **Município de Santana do Ipanema/AL**.

Local e data

(assinatura)


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO VII

MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

FICHA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO LICITANTE

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE(S): _____ FAX: _____ EMAIL: _____

PESSOA P/ CONTATO: _____ CARGO/FUNÇÃO: _____

DADOS DO REPRESENTANTE

NOME COMPLETO: _____

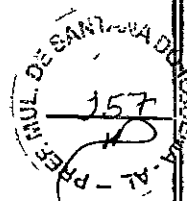
CARGO/FUNÇÃO: _____ RG: _____ CPF: _____

CELULAR(ES): _____ EMAIL(S): _____

_____, ____ de _____ de _____.

(responsável p/ informações)

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017 - SRP

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 003/2017 - SRP, Tipo Menor Preço, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP.

O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão no dia 05 de abril de 2017, às 09:00 (nove) horas, no endereço sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.

O Edital em inteiro teor poderá ser lido e/ou obtido no endereço acima, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico mediante solicitação enviada ao e-mail santanadoipanemacplal@outlook.com.

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
Presidente da CPL

Cópia publicada no Quadro de Avisos
desta Prefeitura em 23/03/2017,
nos termos do art. 40, inciso XVII da Lei
Orgânica do Município.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Servidor responsável

CidadesemFoco

ROBERTO BAIÁ robertobaiabarro@hotmail.com



Reunião na Governadoria



O superintendente de Interiorização do Governo de Alagoas, José Igedio Souza, recebeu o prefeito de Igaci, Doutor Oliveira Torres (PMDB), na manhã desta quarta-feira (22), na sede da Governadoria do Agraço, em Arapiraca.

Demandas

No encontro, o prefeito de Igaci expôs algumas demandas que a administração municipal pleiteia para executar programas e ações em benefício da população.

Comunicação

A presença de José Igedio em nossa região é muito importante para ampliar esse canal de comunicação entre os gestores e o governo estadual, salientou o prefeito.

Igaci

Oliveira Torres lembrou que Igaci faz parte de um grupo de 57 municípios alagoanos que o Governo Federal incentiva, no último dia 20 deste mês, em estado de emergência por conta da seca que atinge a maior parte do estado.

A portaria, assinada pelo secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Guarda Municipal

O Ministério Público do Estado de Alagoas, por meio da Promotoria de Justiça de Maceió, Camaragão, firmou um termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC) com a Prefeitura do Município a fim de regularizar o exercício da Guarda Municipal, além de estruturá-la e transferir a para contribuir com as Polícias Militar e Civil no sistema de segurança pública. As partes devem cumprir as obrigações do TAC dentro de um cronograma de ações que se estenderá por 12 meses.

Treinamento

Até a primeira quinzena de junho, o município deverá disponibilizar um veículo de marca, de uso exclusivo para a Guarda Municipal, em tempo integral, ou seja, 24 horas por dia e sete dias por semana. Dentro dos três primeiros meses, caberá também ao ente federativo promover treinamento dos servidores, possibilitando contato direto com a Polícia Militar, na situação preventiva de crimes e ilícitos, e com a Polícia Civil, na realização de flagrantes.

Monitoramento

Além disso, um sistema de monitoramento por vídeo na cidade será, segundo assunção das obrigações, implantado. Com estes simples medidas, o efetivo de pessoal trabalhando harmonicamente, e de fato, na segurança do município terá um incremento de aproximadamente, no mínimo o que se espera, de 1000%, afirmou o promotor de Justiça Lucas Sachdev Junior Camargo, que comandou a assinatura do TAC.

Lider em Arapiraca

Líder de rechaço no Nordeste, a marca Trovão, líder do mercado alagoano predominantemente em Arapiraca, lança nova campanha que traz elegância, vibração e a capacidade de surpreender que só a criação tem. O grande protagonista dela é o Jingle Trovão, sucesso que conquistou o público há quase 20 anos, e que fará todo mundo cantar e dançar com a criadora adora, com e mais animação.

Novas versões

Os vídeos mostram um léxico e diversidade talão onde vemos os pegueiros cantando o jingle em suas quatro novas versões: pop, rock, hit hop e sertanejo. "Todas as versões mantêm a essência do jingle original, mas trazem novas batidas, muita animação e felicidade que vão fazer com que as pessoas se identifiquem e cantem juntas", destaca Marina Lemos, gerente de Marketing da Vitale, fabricante dos biscoitos Trovão.

Campanha

Produtora pela Áreas Comunicação, a campanha tem uma estratégia de mídia em veículos convencionais e digitais. Serão três meses de forte veiculação em mídias de massa, como TV, rádio, mídias externas, revista e divulgação nos pontos de venda. Além disso, pela primeira vez, a marca Trovão também estará presente na TV fechada. No ambiente digital, haverá postagem exclusiva a mídia no Facebook, Instagram, YouTube, Google e portais de notícias, assim como a utilização de influenciadores digitais e seus canais.

...A Algodão Asa Indústrias e Comércio está participando da Super Rio Expedição 2017, que começa na terça, 21, e segue até a quinta-feira (23), no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro.

...O evento reúne milhares de empresários e profissionais dos setores de supermercado, panificação, hotelaria, franchising, conveniência e restaurantes. Além de estreitar relacionamentos, a ASA aproveita para lançar alguns de seus produtos na região.

...O evento é de grande importância para a ASA. No Rio de Janeiro, temos mais de 10 mil metros quadrados, que estamos realizando como o lançamento de novos produtos. Além disso, aproveitamos para ampliar os vínculos com parceiros para crescer mais no estado", diz o diretor da ASA, Wagner Mendes.

...Na Super Rio Expedição, a ASA está lançando o sabão em pó líquido de dois quilos e o Arrastador Invicto Concentrado. "Além disso, vamos lançar também Baby & Baby e o sabão em barra Bm Ta Vi na região Sudeste", completa Wagner Mendes.

COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO DE ALAGOAS
CEAL
AVISO

Encaminhada e disponibilizada no endereço eletrônico: Noticias@alagoas.com.br informações sobre a realização de EMPRESAS NO FOMENTO DE PAPEIS E CELULOSE - ED - 3315-3334/8314.

Maceió, 22 de Março de 2017.

Lucas Vitoriano Cavallini
Departamento de Suprimentos

Chance de subir impostos é grande, diz Meirelles

Esforço servirá para cumprir meta fiscal de déficit primário de R\$ 139 bilhões

O Ministério do Planejamento anunciou ontem (22) que existe uma deficiência de R\$ 58,2 bilhões no Orçamento de 2017 em relação aos valores necessários para atingir a meta fiscal.

Apesar de, no entanto, o governo informou que esse não é o valor do bloqueio na peça orçamentária. Esse número será anunciado somente na semana que vem.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ainda que há uma "grande" possibilidade de o governo anunciar aumento de impostos na próxima semana, como maneira de compensar o rombo no orçamento.

"É uma grande possibilidade [subir tributos]", disse o ministro, durante entrevista.

De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, o governo quebrou a tradição de divulgar o corte de gastos em 22 de março, neste ano, porque há uma "condição muito peculiar" em 2017.

"É muito particular e sem precedente. Há uma outra questão que é o entendimento do TCU e o nosso de só incluir aqui as receitas efetivamente objeto de atos já tomados e já efetivados. O que é uma mudança em relação ao passado. São duas questões que não tem precedentes anteriores e que levam a uma tratativa um pouco diferenciada", disse ele.

66

É uma grande possibilidade de subir tributos"

HENRIQUE MEIRELLES
MINISTRO DA FAZENDA

precedentes anteriores e que levam a uma tratativa um pouco diferenciada", disse ele.

O rombo no orçamento, cujo valor foi anunciado ontem, refere-se ao esforço do governo terá que fazer, por meio do corte de gastos, alta de tributos ou venda de ativos, tentar cumprir a meta fiscal fixada para este ano, que é de déficit (despesa maiores do que receitas) de até R\$ 189 bilhões para suas contas. Esse conta não inclui os gastos com o pagamento de juros da dívida pública.

Essas ações são necessárias porque o país deve crescer em 2017 menos do que o previsto inicialmente pelo governo. Com isso, a arrecadação federal com impostos e tributos também será menor que a esperada. Para compensar a frustração nas receitas, o governo corta gastos.



Sem crescimento da economia, arrecadação federal é afetada

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ DESERTOAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) 001/2017
TOMADA DE PREÇOS

Objeto: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE DE (PROTOCOLO DE INTERNET), visando atender às necessidades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Feliz Deserto - AL. Detalhamento da abertura: 05/04/2017 - 10:00 horas. Local: Sala de Compras Permanente da Licitação - CPL, na sede da Prefeitura. Tipo: Menor Preço por item. O edital poderá ser adquirido no Conselho Municipal de Licitação, no horário das 8:00 às 17:00h, tel. (32) 3556-1151 na Sede Municipal da Prefeitura, situada à Rua Getúlio Vargas, nº 32, Centro CEP 72.200-000 - Feliz Deserto - 22 de março de 2017.

Edson Jorge de Almeida Junior
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 (SRP)
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS, INCLUINDO A PREPARAÇÃO E O TRANSPORTE FUNERÁRIO, para atendimento dos municípios em vulnerabilidade social, provido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Roteiro-AL. Data de realização: 04/04/2017, às 10:00 horas (horário local). O edital encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação, localizada à Rua João Pedro, n. 551, Centro, Roteiro-AL, CEP: 57.240-000, no horário de expediente das 08:00 às 17:00 horas, em atendimento pelo e-mail: licitacao@roteiro.al.gov.br ou licitacao@roteiro.al.gov.br. Roteiro - Alagoas, 22 de março de 2017.

Walmir Chaves de Brito
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJAI

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Advocacia para a Prefeitura de Trajais e Assessoria Jurídica no Campo Administrativo e Judiciário, visando atender ao 2º grau de jurisdição, para atender as necessidades do Município de Trajais-AL, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital. Data de realização: 26 de abril de 2017, às 09:00 horas. Local: Sala de Compras Permanente da Licitação - CPL, na sede da Prefeitura Municipal de Trajais-AL, Rua Luiz Gomes Tavares, nº 60, Centro, Trajais-AL, CEP: 57.370-000, Fone: (32) 3534-1144, das 08:00 às 14:00 horas.

Trajaia, 21 de março de 2017.

Walmir Chaves de Brito
Presidente do Conselho Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O Município de São Brás, por meio de sua Prefeitura, torna público as informações de que, nos dias 26 de abril de 2017, às 09:00 horas, em horário local, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 02/2017, objetivando o registro de preços para contratação e futura aquisição de bens materiais, como: materiais, serviços de documentação e montagem, armazenamento, cópias e armazenamento para o veículo da Prefeitura Municipal de São Brás, conforme especificações e especificações detalhadas constantes do Anexo I como de referência do edital. O edital encontra-se disponível na sala de Compras Permanente da Licitação, localizada à Rua do Comércio, 03 - Centro, São Brás-AL, de Segunda à Sexta-Feira das 08:00 às 16:00 horas, informações pelo Tel. (32) 3556-1143. São Brás-AL, 22 de março de 2017 - PAVILÃO DO NASCIMENTO JOIA-Presepio.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR RUI PALMEIRAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 00/2017
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

Objeto: Estimativa de preços para prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento de software de informática (contábil, financeiro e folha de pagamento) e serviços de assessoria contábil, visando atender às necessidades do SENADOR PREVI, Alagoas: 04/04/2017 - 15 h. - Tipo: Menor Preço, selecionado pelo menor preço global. O Edital poderá ser adquirido no Conselho Municipal de Licitação, no horário das 8 h às 12 h, na Sede Administrativa Municipal, Rua do Comércio, nº 05 - Centro, Senador Rui Palmeira, 22 de março de 2017. Registro Vitor Cidral - Pregosio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Presencial nº 04/2017 - Sistema de Registro de Preços. Detalhamento: 05/04/2017 às 10:00 h. - Objeto: Aquisição de papel, com peso branco, 70g e 80g e outros. O Edital está disponível na Sala de Pregos da Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina, das 8:00 às 12:00 horas, 17 de março de 2017. João Maria Luz de Silva Dantas, Pregosio.

Prefeitura Municipal de São Sebastião

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2017

Processo: 006/2017 - Edital nº 006/2017. O Município de São Sebastião-AL, Pessoa Jurídica de Direito Público, situada à Rua Pedro Vieira da Barros, 82, Centro, São Sebastião-AL, anexo ao CAPS nº 12.247.031/0001-09, convoca a quem interessar que esteja interessado a partir do dia 27 de março até o dia 26 de abril de 2017 às 09:00, em sua sede de Licitação, no endereço supracitado, os interessados a apresentarem propostas e propostas de vendas, cujo o objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para complementação da merenda de no mínimo 30% mensalmente como percentual a L.A. dentro de prazo e maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima, no horário das 08:00 às 17:00 h pelo e-mail: licitacao@saosebastiao.al.gov.br. São Sebastião-AL, 23 de março de 2017. João Maria Luz de Silva Dantas - Presidente da CPL/Pernambuco/2017.

Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Presencial nº 001/2017 - Sistema de Registro de Preços. Detalhamento: 05/04/2017 às 10:00 h. - Objeto: Aquisição de papel, com peso branco, 70g e 80g e outros. O Edital está disponível na Sala de Pregos da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, das 8:00 às 12:00 horas, 17 de março de 2017. João Maria Luz de Silva Dantas, Pregosio.

Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

Processo nº: 012/2017 - Objeto: Aquisição de materiais de consumo para distribuição gratuita. Abertura: 05 de abril de 2017 às 12:00 horas. Local: Rua Chico Rocha nº 113, Centro, Jequiá da Praia-AL. Informações: No endereço acima citado ou no telefone (32) 3204-1132. Jequiá da Praia-AL, 22 de março de 2017. Fernando Luiz Cavalcante Correia Pregosio.

Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Objeto: Serviços técnicos especializados de apoio no acompanhamento, assessoria e elaboração de projetos básicos para execução de engenharias, conf. Anexo I do Edital LOCALIZADO: Sala de Compras Permanente de Licitação, Rua João Pedro, nº 551, Centro, Jequiá da Praia-AL, das 08:00 às 17:00 horas. FUND. LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/06. INFORMAÇÕES: O edital encontra-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na Sede Administrativa do Município de Jequiá da Praia-AL, Jequiá da Praia-AL, 22 de março de 2017. Gustavo Manoel de Jesus - Pregosio.

Prefeitura Municipal de Roteiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021200012017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017; TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.356.879/0001-98; FORNECEDORA REGISTRADA: M. Z. BERNARDI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.418.125/0001-61, com sede na Rua Cel. Valfrido Rocha, nº 17 P - Clima Bom - Maceió - AL.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura;
DO VALOR: 543.887,51 (quinhentos e quarenta e três mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos)

SIGNATÁRIOS: WLADIMIR CHAVES DE BRITO, pelo Órgão Gerenciador e VIVIANE SOARES GOMES, pela Fornecedora. Roteiro/AL, 09 de Março de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021200012017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017; TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.356.879/0001-98; FORNECEDORA REGISTRADA: PORTAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 21.883.765/0001-97, com sede no Loteamento Portal Renascer, QD. A - LT. 01 - Portal Renascer, Satuba - AL.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura;
DO VALOR: 5.390,00 (cinco mil trezentos e noventa reais).

SIGNATÁRIOS: WLADIMIR CHAVES DE BRITO, pelo Órgão Gerenciador e SILVIO TAVARES DOS SANTOS, pela Fornecedora. Roteiro/AL, 09 de Março de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021200012017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017; TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.356.879/0001-98; FORNECEDORA REGISTRADA: M. DA SILVA GOMES - ME, CNPJ nº 26.601.778/0001-40, com sede na Rua Sebastião Ferreira, nº 270 Andar 1º Letra B - Palmeira de Fora - Palmeira dos Índios - AL.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura;
DO VALOR: 446.036,45 (quatrocentos e quarenta e seis mil trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

SIGNATÁRIOS: WLADIMIR CHAVES DE BRITO, pelo Órgão Gerenciador e JESSYCA KEELY ALVES MALTA, pela Fornecedora. Roteiro/AL, 09 de Março de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021200012017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017; TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.356.879/0001-98; FORNECEDORA REGISTRADA: ARRB COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 23.223.561/0001-55, com sede na Rua José Maria de Lima, nº 44, Loja C, Poço, Maceió/AL.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura;
DO VALOR: 478.490,41 (quatrocentos e setenta e oito mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e um centavos)

SIGNATÁRIOS: WLADIMIR CHAVES DE BRITO, pelo Órgão Gerenciador e ADELMO RAFAEL RIBEIRO BUFFONE, pela Fornecedora. Roteiro/AL, 09 de Março de 2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021200012017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017; TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.356.879/0001-98; FORNECEDORA REGISTRADA: F. GOMES DA SILVA - ME, CNPJ nº 26.601.957/0001-87 com sede na Rua Marujo Ferreira de Castro, nº 430, bairro Ribeira, cidade Palmeira dos Índios - AL.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria Municipal de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 meses a partir da data de sua assinatura;
DO VALOR: 1.476.219,75 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil duzentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos).

SIGNATÁRIOS: WLADIMIR CHAVES DE BRITO, pelo Órgão Gerenciador e LEILMA ALVES FEITOSA DA SILVA, pela Fornecedora. Roteiro/AL, 09 de Março de 2017.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROTEIRO/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, resolve HOMOLOGAR o Certame Licitatório modalidade Pregão Presencial sob o nº 01/2017, com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral deste Município, considerando sua plena regularidade. Roteiro/AL, 08 de Março de 2017. WLADIMIR CHAVES DE BRITO - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 (SRP)
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE URNAS FUNERÁRIAS, INCLUINDO A PREPARAÇÃO E O TRANSPORTE FUNERÁRIO, para atendimento dos municípios em vulnerabilidade social, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Roteiro/AL.

Data de realização: 06/04/2017, às 10h00min (horário local)

O edital encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações, localizado à Rua João Pedro, n. 551, Centro, Roteiro/AL, CEP: 57.246-00, no horário de expediente das 08:00 às 13:00 horas, ou através de solicitação pelo e-mail: cpl.roteiro@hotmail.com

Roteiro - Alagoas, 22 de março de 2017.

Wladimir Chaves de Brito
Prefeito

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP

Modalidade/Nº: Pregão Presencial nº 003/2017-SRP - Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo, e GLP - Data/Horário: 05 de ABRIL de 2017 às 09:00 hs (nove horas) - Local: Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000 - Edital e Informações: No endereço acima, de 08:00 às 13:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: santanadoipanemacpl@outlook.com.

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de São Bras

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2017

O Município de São Brás, por meio de seu pregoeiro, torna público aos interessados do ramo que será realizado no dia 05 de abril de 2017 às 09h30min a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 02/2017, objetivando o registro de preços para eventual e futura aquisição de óleos lubrificantes, pneus, câmaras, serviços de desmontagem e montagem, alinhamento, cambagem e balanceamento para os veículos da Prefeitura Municipal de São Brás, conforme quantitativos e especificações detalhadas constantes do Anexo I termo de referência do edital. O edital encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação na Rua do Comércio, 03 - Centro, São Brás/AL, de Segunda à Sexta-Feira das 08h00 às 14h00, maiores informações pelo Tel. 82-3555-1162. São Brás/AL, 22 de março de 2017 - IVANILDO DO NASCIMENTO BOIA-Pregoeiro.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 - SRP
TIPO MENOR POR ITEM**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Cestas Básicas no Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Presencial conforme especificações do Anexo I do Instrumento Convocatório.

LOCAL/DATA: Sala da Comissão Permanente de Licitação situada praça e reuniões situada a rodovia AL 220 Km 18, s/n, Xingó, CEP: 57.460-000, na cidade de Piranhas/AL, dia 04 de Abril de 2017 às 15:00 horas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520, Lei Complementar nº 123/06, e, subsidiariamente, das disposições da Lei nº 8.666/93 e demais alterações.

INFORMAÇÕES: Os editais encontram-se à disposição das interessadas das 08:00 às 12:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação.

Piranhas-AL, 23 de março de 2017.
KATILIL GIBRAN DE LIMA PONTES
Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA,
DO IPANEMA****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017-SRP*
Tipo: Menor Preço**

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Água Mineral e Gás, Liquefeito de Petróleo - GLP - Data/Horário: 05 de ABRIL de 2017, às 09:00h (somente para o Local: Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lúcio Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade: Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000 - Edital e Informações: No endereço acima, de 08:00 às 13:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: santana@sempre.com.br ou pelo telefone: (33) 3355-1162.

CARLOS THOMAS ACCTOLY FERNANDES
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 2/2017**

O Município de São Brás, por meio de seu pregoeiro, torna público aos interessados do ramo que será realizado no dia 05 de abril de 2017 às 09h30min a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 02/2017, objetivando o registro de preços para eventual e futura aquisição de óleos lubrificantes, peças, câmaras, serviços de montagem e manutenção, alinhamento, cambagem e balanceamento para os veículos da Prefeitura Municipal de São Brás, conforme quantitativos e especificações detalhadas constantes do Anexo I termo de referência do edital. O edital encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação na Rua do Comércio, 03 - Centro, São Brás/AL, de Segunda à Sexta-Feira das 08h00 às 14h00, maiores informações pelo Tel. 33-3555-1162.

São Brás-AL, 22 de março de 2017.
IVANILDO DO NASCIMENTO BOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS****REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2017**

Localidade de Licitação: Pregão Presencial nº 002/2017 - SRP. Processo Adm. Nº 0098/2017. CONTRATANTE: Município de São Sebastião/AL. CNPJ: 12.247.631/0001-99. CONTRATADA: EDGARA RICA e CIA LTDA CNPJ: 05.994.887/0001-02. Objeto: Formalização do registro de preços para futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviços produção gráfica. Vigência: 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: Lei 10520/2002, 8.666/93, decreto Lei nº 7.862/2013 e demais normas sobre licitação em vigor. Data da Assinatura: 16/03/2017. Valor Total: R\$ 312.811,00 (Trezentos e Doze Mil, Oitocentos e Onze Reais).

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2017

Processo Adm. Nº 218/2017 - Edital nº 005/2017. O Município de São Sebastião/AL Pessoa Jurídica de Direito Público, situada a Rua Pedro Vieira dos Barros, 82, Centro, São Sebastião - AL, inscrita no CNPJ nº 12.247.631/0001-99, comunica a quem interessar que está recebendo a partir do dia 27 de Março até o dia 26 de Abril de 2017 às 09:00h, em sua sala de Licitação, os envelopes supracitados, os envelopes de documentação e propostas (Projeto de Venda), cujo o objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), para complementação da margem de no mínimo 30% necessário como preconiza a Lei. Edital completo e maiores informações poderão ser obtidos no endereço acima, no horário de 08:00 às 13:00h ou pelo E-mail: cpl@saosebastiaoal@gmail.com.

São Sebastião - AL, 22 de março de 2016.
JOSIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da CPL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/licitacoes.html>, pelo código 00032017032300138

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPU**AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2017
TIPO: TÉCNICA E PREÇO**

Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Advocacia para a Prestação de Consultoria e Assessoria Jurídica nos Campos Administrativo e Judicial, intervirido nesse até o 2º grau de jurisdição, para atender as necessidades do Município de Traipu/AL, conforme especificações constantes do Anexo I (edital). Data de realização: 25 de abril de 2017, às 08h00min (horário local). Disponibilidade: Na CPL da Prefeitura Municipal de Traipu/AL, Rua Luiz Novais Tavares, nº 60, Centro, Traipu/AL, CEP: 57.370-000. Fone: 82 3536-1144, das 08h00 às 14h00min.

Traipu-AL, 21 de março de 2017.
WELVIS DE OLIVEIRA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERREIRA GOMES****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2017 - CPL/PMFG**

A Prefeitura de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, através da Pregoeira e Comissão de Pregão, nomeadas pelo decreto 041/2017 - PMFG, tornam público que fará realizar no prazo de oito dias úteis a contar da data desta publicação, às 08:00h, no site eletrônico: www.licitacoes-c.com.br, sessão para REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES À PREFEITURA DE FERREIRA GOMES, do tipo menor preço por item, de acordo com as Leis 10.520/2002, subsidiariamente pela 8.666/1993 e decreto 3.553/2001. O Edital encontra-se à disposição no endereço eletrônico www.licitacoes-c.com.br ou no site www.licitacoes-c.com.br. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail: cpl.fg@igoi.com.

Ferreira Gomes-AP, 20 de março de 2017.
JONATAS FIRMINO DOS SANTOS

**ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS****AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017/CML**

A Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Maués, torna público a abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017/CML, no dia 05 de abril de 2017, às 14h00min, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros Alimentícios, destinados à Merenda Escolar, visando atender à Rede Municipal de Ensino. O Edital, o Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Maués, a partir de 24/03/2017, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 248, Centro, CEP 69.190-000 - Manaus/AM, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser retirado mediante o pagamento de DAM no valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017/CML

A Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Maués, torna público a abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2017/CML, no dia 06 de abril de 2017, às 9h00min, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de Empresa Especializada na prestação de Serviço de transporte Escolar, visando atender à Rede Municipal de Ensino do Município de Maués. O Edital, o Termo de Referência e seus anexos encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Maués, a partir de 27/03/2017, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 248, Centro, CEP 69.190-000 - Manaus/AM, no horário das 8h00min às 12h00min, de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser retirado mediante o pagamento de DAM no valor de R\$ 20,00 (vinte reais).

Manaus-AM, 23 de março de 2017.
CESAR NONATO ARAÚJO DA ROCHA
Presidente da Comissão

**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA****AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 12/2017**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA DOAÇÃO AOS MUNICÍPIOS CARENTES, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA, com entrega gradativa e recursos provenientes dos Tesouros Municipal e Federal. O Pregão será realizado, no prédio da Prefeitura. SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 ÀS 08:30H. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 14/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA, com entrega gradativa e recursos provenientes dos Tesouros Municipal e Federal. O Pregão será realizado, no prédio da Prefeitura. SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 ÀS 14:00H. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 19/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, FARMÁCIA BÁSICA E CAPS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. O Pregão será realizado, no prédio da Prefeitura. SESSÃO DE DISPUTA: 03/04/2017 ÀS 14:00H. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 21/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA-BA. SESSÃO DE DISPUTA: 05/04/2017 ÀS 08:30h. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 22/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. SESSÃO DE DISPUTA: 06/04/2017 ÀS 14:00h. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 23/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE CARNE, PARA ATENDER À DEMANDA DOS DIVERSOS SETORES MUNICIPAIS QUE FORNEÇAM REFEIÇÃO, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. SESSÃO DE DISPUTA: 07/04/2017 ÀS 08:30h. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 24/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA, PARA DOAÇÃO AOS MUNICÍPIOS CARENTES, JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA, com entrega gradativa e recursos provenientes dos Tesouros Municipal e Federal. O Pregão será realizado, no prédio da Prefeitura. SESSÃO DE DISPUTA: 07/04/2017 ÀS 14:00H. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

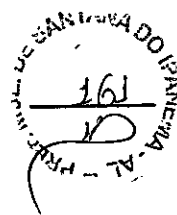
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 25/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA, comunica que realizará licitação do tipo PRESENCIAL, para contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE PESSOAS JURÍDICAS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUT), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE CEBECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA-BA, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED. SESSÃO DE DISPUTA: 10/04/2017 ÀS 08:30h. Informações: Cíntia Alves da Silva Araújo, pregoeira, Fone: (77) 3436-3000 - ramal: 207.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



COMPROVANTES DE RETIRADA DO EDITAL

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: MANOEL FERREIRA DA SILVA
Nome Fantasia: D15 R: Buda MQ CNPJ Nº: 178614080001-50
Endereço: RUA BEL MIRA BOM 174
Fone(s)/Fax: 999589391 E-mail: manel.ferreira@buda.com.br
Contato: _____ Celular(es) contato: 999589391

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____ de _____ de _____.

Manel Ferreira da Silva
Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadoipanemacplal@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: KATJUSCIA MENEZES CARVALHO BARROS
Nome Fantasia: SUPERMERCADO PINKO D'OURO CNPJ Nº: 00.305.986/0001-08
Endereço: PRAÇA DR. ADELSON SIAC DE MIRANDA, 223
Fone(s)/Fax: 3621-1878 E-mail: SPINKO D'OURO@BOL.COM.BR
Contato: JÚLIO CÉSAR Celular(es) contato: 99614-0002

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: S. DO IPANEMA, 24 de MARÇO de 2017.

Júlio César de C. Boron.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadolpanemacplal@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: CAPA GAZ E TRANSPORTES LTDA
Nome Fantasia: COPA GAZ CNPJ Nº: 13.584.130/0004-03
Endereço: RUA PARCÂCIO ROCHA Nº 2016
Fone(s)/Fax: (082) 3621-1900 E-mail: ARQUIVARIO-COPAGAZ@COPAGAZ.COM.BR
Contato: 3621-1900 Celular(es) contato: 98842-1259

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: SANTANA 30 de MARÇO de 2017


Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accloly Fernandes
Pregoeiro



COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 03, 2017-SRP

PROCESSO N° 3430.02.24.012/2017

Razão Social: IRMÃOS JOTA PINTO E CIA LTDA
Nome Fantasia: POSTO JOTA PINTO CNPJ Nº: 08 918 303/0003-30
Endereço: RUA DOMINGOS ACACIO, 144 DOMINGOSACACIO
Fone(s)/Fax: (82) 3621-8131 E-mail: Grupojotapinto@hotmail.com
Contato: Sury Celular: (82) 9 9619-9722

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: S do Ipanema 03 de Abril 2017

S. D. P.
Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V.ª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadoipanemacplal@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão do pagamento de multa e eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de qualquer outro ônus decorrente.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Presidente



COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2017-SRP

PROCESSO N° 3430.02.24.012/2017

Razão Social: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
Nome Fantasia: GRAS JOTA PINTO ID N° 08 438 303/0004-83
Endereço: Rua JOSE TEODOSIO, 149 DOMINGOS APELO
Fones/Fax: (32) 3621-1284 E-mail: grupojotapinto@hotmail.com
CNPJ: Juny Inscrição: (92) 9.9619.9722

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento de licitação e da identificação acima identificada bem como seus respectivos anexos.

Local e data: Santa Fátima 03 de Abrel de 2017


Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V.ª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadoipanemacplal@outlook.com.

A não remessa de recibo, exime a Comissão de Licitação de qualquer responsabilidade no instrumento convocatório, bem como a responsabilidade por quaisquer danos.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /
SANTANA DO IPANEMA / AL



ATA DE SESSÃO PÚBLICA

Nº do Pregão: 03/2017-SRP

Nº do Processo: 3430.02.24.012/2017

Nº da ATA: 003/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP

PREÂMBULO

No dia 05 de Abril de 2017, às 09:00 horas, reuniram-se neste MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, situado na Rua CEL LUCENA MARANHÃO - 141, CENTRO, o Pregoeiro, Senhor CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES, e a Equipe de Apoio, constituída pelos Senhores AMANDA COSTA MACIEL e KELYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR, bem como com o apoio técnico do Dr. RAFAEL TENÓRIO MELO, para a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, regido pela Lei Federal 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 3.555/00 e subsidiariamente no que for cabível pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Porém após o Sr. Pregoeiro e a Equipe de Apoio terem aguardado pelo tempo legal, não houveram licitantes presentes e nem propostas protocoladas nesta Administração, o Pregoeiro então no uso de suas atribuições encerrou este certame, declarando o mesmo como DESERTO.

ASSINATURAS

AMANDA COSTA MACIEL
EQUIPE DE APOIO

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
PREGOEIRO

KELSON HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR
EQUIPE DE APOIO

RAFAEL TENÓRIO MELO
TÉCNICO



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2017-SRP-2ª Chamada

OBJETO:

Registro de preços de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP

SESSÃO PÚBLICA:

**11/05/2017
09:00 hs**

[Assinatura]
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s)/Fax: _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remete-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadoipanemacplal@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2ª Chamada

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº **28/2017**, à Lei Complementar nº 123, de 2006, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **11 de maio de 2017**

Horário: **09:00 (nove horas e zero minutos – horário local)**

Endereço: **Sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.**

00155

1. DO OBJETO

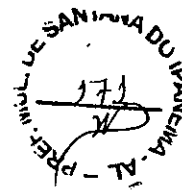
1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço TOTAL por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.5.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

1.5.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

1.5.4. ANEXO IV - ~~Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor~~ (Lei nº 9.854/99)

1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

1.5.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

1.5.7. ANEXO VII - Modelo de ficha de credenciamento

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Gabinete do Prefeito;

2.2.2. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

2.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;

2.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;

2.2.5. ~~Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;~~

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



2.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;

2.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.

2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1. Em relação aos lotes 03 e 04 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, sendo reservados os lotes 01 a cota principal e 02 a cota reservada.

3.1.2. Não havendo vencedor em relação ao item decorrente de cota reservada as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos termos do art. 43, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, aquela poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante, juntamente com a ficha de credenciamento devidamente preenchida e em papel timbrado do licitante (conforme modelo anexo).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



4.1.1. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

4.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

4.2.1. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

4.2.2. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

4.3. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

4.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio no início da sessão, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);

5.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

5.1.3. Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá ser apresentada também a certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de ME ou EPP, dentro do

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

5.1.3.1. As declarações de que tratam os itens 5.1.1 e 5.1.2 poderão ser produzidas de próprio punho, na sessão do certame, ou reduzida a termo em ata, desde que o representante credenciado possua outorga de poderes para tanto.

5.1.4. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados na fecha, apacos, contenda em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)
CNPJ Nº XXXX

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada
SESSÃO EM 11/05/2017, ÀS 09:00 HORAS

5.2.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



6.1. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

6.1.2. Preços unitários e total da lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

6.1.2.1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

6.1.3. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

6.1.4. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

6.1.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

6.2. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

7.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

7.3.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL do lote.

8.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.4. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.4.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

8.4.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

8.4.3. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

8.4.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

8.4.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.4.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

8.5. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.5.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

8.6. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser atendida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra,

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **24** (vinte e quatro) horas contados da solicitação.

9.4.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.4.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

9.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.6.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.8. ~~Accepta a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua~~ condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. ~~Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor~~ da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

10.1.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

10.2.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou para ser autenticada pelo Pregoeiro ou Membro da Equipe de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



Apoio na própria sessão, conforme forem sendo abertos os envelopes de habilitação, mediante a apresentação do respectivo original, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.3. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

10.3.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

f. Comprovação de que possui autorização para exercer a atividade de revenda varejista de gás liquefeito de petróleo - GLP, através de Certificado emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016.

10.3.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.3.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta ~~negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa~~, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

10.3.2.1. Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

10.3.2.2. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

10.3.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na ~~omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua~~ apresentação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

10.3.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.3.5. Documentos Complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

10.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.4.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.5. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8.1. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.8.3. A declaração do vencedor da que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.8.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

11.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta escrita, contida no Envelope nº 1.

11.1.3. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando manifestar sua decisão.

12.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

12.4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

PF
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.1. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2. No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata.

14.3. O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

15. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

15.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

16. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº 28/2017, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

17.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será ~~formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de~~ despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

17.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

17.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou ~~instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à~~ contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



17.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

17.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

17.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

18. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

19. DO PREÇO

19.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato.

21. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do Instrumento de Contrato, quando for o caso.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

22.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

22.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

22.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

22.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.6. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para a pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6. Cometer fraude fiscal;

24.1.7. Fizer declaração falsa;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



24.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

24.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

24.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

25.1.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

25.2. Não serão admitidos recursos e impugnações enviados através de e-mail, devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados, e protocolados no protocolo geral do órgão.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



25.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

25.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.7.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.8. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da economia e do interesse público.

[Assinatura]
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



25.12. A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.13. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.14. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

25.15. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.16. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.16.1. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail: santanadoipanema@plaleboullook.com, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

25.17. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **13:00** horas.

25.18. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

25.19. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

25.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema - AL, **25 de abril de 2017.**


Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 1 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	1.525
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200

LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
2.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	475

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAÇÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM,	UNID	5.000

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



	para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.		
3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusiva conforme lei 123/06)			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente licitação servirá para a aquisição dos bens acima elencados, necessários à execução das atividades desenvolvidas pelos órgãos que compõem esta Administração. Outrossim, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de bens com necessidade de aquisições frequentes, previsão de entregas parceladas e sem possibilidade de definição prévia, com segurança, do quantitativo a ser demandado no período, nos termos do Decreto Municipal nº 28/2017.

2.2. Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois cada lote é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar o fornecimento total dos itens reunidos nos lotes. Dessa forma, busca-se a redução nos valores individuais dos produtos para a obtenção de menor preço global por lote, além de evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de fornecedores afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas, bem como a continuidade dos serviços prestados pela administração, por vezes

comprometidas pelos eventuais descompassos na entrega dos produtos que resultam ainda em prejuízo aos usuários da rede pública de serviços.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

4. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de forma parcelada, **com entrega imediata**, a partir da solicitação.

4.2. Os bens deverão ser entregues de acordo com as exigências do órgão solicitante, ou nos locais indicados pelo mesmo, no horário de funcionamento do órgão solicitante.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1. O custo estimado foi apurado a partir da média aritmética de orçamentos recebidos de empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado com o objeto.

5.1.1. A estimativa de custo do objeto constará apenas nos autos do procedimento da licitação, podendo ser informada aos interessados mediante solicitação encaminhada à Comissão Permanente de Licitação, através dos endereços físico e eletrônico constantes no respectivo Edital, nos termos do Acórdão 1153/2013 do Plenário do TCU.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

6.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente, no que couber, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

7.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior, implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre;

7.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

8.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor: **HÉLIO MOREIRA DA SILVA**, Diretor de Divisão de Material Patrimônio e Arquivo, CPF nº 239.066.695-72, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

10.1.2. Apresentar documentação falsa;

10.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.4. Cometer fraude fiscal;

10.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

Handwritten signature
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ~~que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a~~ Administração pelos prejuízos causados;

10.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

10.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosas, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. ~~demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração~~ em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, se houver, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.8. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 – 2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS**, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 28/2017**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) VENCIDO(S) PELA EMPRESA)**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXX)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
XXX	NOME DO LOTE VENCIDO PELA EMPRESA	R\$ XXXXXX

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. Gabinete do Prefeito;

3.2.2. Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

3.2.3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;

3.2.4. Secretaria Municipal de Saúde;

3.2.5. Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;

3.2.6. Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;

3.2.7. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio do processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

Assinatura
Preseleto

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não ~~acarretando qualquer ônus para a Contratante.~~

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior *ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:*

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. ~~Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;~~

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. ~~Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:~~

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima *ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:*

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa;

Pr
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ~~enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a~~ reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

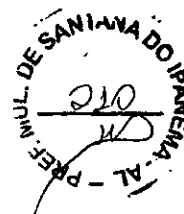
14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, **XX** de **XXXXXX** de **XXXX**.

Representante da Empresa

Representante do Órgão

Gestor da ata

Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-X

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017-SRP**.

6 ME


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

CONTRATO Nº PP03/2017-X

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DO PETRÓLEO - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S)) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL, E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA, com sede na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000, inscrita(a) no CNPJ sob o nº 12.250.916/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. ISNALDO BULHÕES BARROS, CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ~~XXXXXXXXXX~~, inscrita no CNPJ sob o nº ~~XXXXXX~~, com sede na ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, CEP ~~XXXX~~, no Município de ~~XXXXXX~~, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). ~~XXXXXX~~, portador(a) da Cédula de Identidade nº ~~XXXX~~ e CPF nº ~~XXXXXX~~, tendo em vista o que consta no Processo nº 3430.02.24.012/17, e o resultado final do Pregão Presencial nº 04/2017, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE(S) A SER(EM) CONTRATADO(S))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Presencial nº 03/2017-SRP, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fornecimento.

2.2. O prazo de entrega do material será de **imediato** ao recebimento da solicitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, *em estrita observância das especificações do Edital e da proposta*, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);

3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXX).

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de XXXX, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

Funcional(is) Programática(s): XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Elemento(s) de Despesa: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

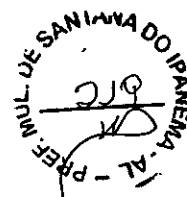
13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

14.1.4. o atraso injustificado no início do fornecimento;

14.1.5. a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

14.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

14.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

14.1.13. a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à ~~CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações,~~ até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.17. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas **14.1.1 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;**

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas **14.1.12 a 14.1.16**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de **Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Presidente

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Santana do Ipanema/AL, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor Contratual

10-11-2017

af
Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO DO CONTRATO Nº PP03/2017-X

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº 03/2017-SRP.

03/2017


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27
de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre
integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de
1988, artigo 7º, Inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis
anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de
**habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do Município
de Santana do Ipanema/AL.**

Local e data

(assinatura)


Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem
através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as
penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os
documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se
encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para
participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do
Município de Santana do Ipanema/AL.

Local e data

(assinatura)


Pregoeiro

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2º Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por
intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno
porte, nos termos da Lei Complementar nº
123, de 14 de dezembro de 2006, não se
incluindo nas hipóteses de exclusão previstas
no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei
nº 11.488, de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei
Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de
Preços nº 03/2017-SRP do **Município de Santana do Ipanema/AL.**

Local e data

(assinatura)

PR
Pregão

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO VII

MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

FICHA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO LICITANTE

RAZÃO SOCIAL: _____ CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE(S): _____ FAX: _____ EMAIL: _____

PESSOA P/ CONTATO: _____ CARGO/FUNÇÃO: www.03/17

DADOS DO REPRESENTANTE

NOME COMPLETO: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____ RG: _____ CPF: _____

CELULAR(ES): _____ EMAIL(S): _____

_____, ____ de _____ de _____.

(responsável p/ informações)

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 003/2017 – SRP-2ª Chamada

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 003/2017 - SRP, Tipo Menor Preço, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP.

O recebimento e a abertura dos envelopes ocorrerão no dia 11 de maio de 2017, às 09:00 (nove) horas, no endereço sede da Prefeitura localizada na rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000.

O Edital em inteiro teor poderá ser lido e/ou obtido no endereço acima, em dias úteis, no horário das 08 às 13 horas, ou por meio eletrônico, mediante solicitação enviada ao e-mail: santanadoipanemacplal@outlook.com.

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
Presidente da CPL

Cópia publicada no Quadro de Avisos
desta Prefeitura em 27/04/2017,
nos termos do art. 40, inciso XVII da Lei
Orgânica do Município.

Carlos Thomaz A. Fernandes
Servidor responsável

Senado tipifica os crimes de abuso de autoridade

Este foi justamente o período de debate mais intenso sobre as propostas de reforma trabalhista e da Previdência pretendidas pelo governo Temer. Também nessa época, começaram a ocorrer vazamentos relacionados "delações" de fim do mundo de executivos da Odebrecht que implicaram dezenas de políticos dos principais partidos.

Durante a breve discussão e plenário, vários senadores questionam trechos do projeto e se posicionam contra a

O substitutivo de Riquelme só conseguiu consenso depois que senadores de vários partidos concordaram o apoio ao texto à aprovação de uma emenda do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) que altera a redação do Artigo 1º do texto, que trata do chamamento ao crime de hermenêutica, que significa punir e segurar por dignidade na interpretação da lei. Para parte dos senadores a redação anterior do projeto alteria brecha para equacionar juízes e promotores, por exemplo, no crime de hermenêutica.

Hélio José ressaltou que pretende trabalhar da forma "mais justa e democrática" ovinde to das ao respeito do CPT, reivindicações sindicais, ex-ministros, servidores públicos e quem possa colaborar para a elaboração de um relatório "que defina o Brasil saguinho do CPT.O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a fraude na Previdência é "estragalhante e o Brasil segue aí que o CPT não se usa".

PROFESSORIA MUNICÍPIAL DE GRACI
Projeto Prosocial nº. 22.2017 (SRP) – GRUETO, registro de projeto para eventual
 futura contratação de empresa para aquisição de coleção de vestimentas e itens
 de higiene pessoal. **Alcortez**, 10/05/2017, às 13h30min.
Projeto Prosocial nº. 22.2017 (SRP) – GRUETO, registro de projeto para eventual
 futura contratação de empresa para aquisição de coleção de vestimentas e itens
 de higiene pessoal. **Alcortez**, 10/05/2017, às 13h30min.
 Disponibilidade de horário e localidade: CPA, das 08h às 12h00 hrs, por solicitação
 via e-mail através do canal licitacao@niteroi.rj.gov.br
 Data, 25 de abril de 2017
 Juarez Lima Pereira de Sá
 Juarez Lima Pereira de Sá
 Presidente do Conselho Municipal de Educação
 Presidente do Conselho Municipal de Educação

E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: 21.938.269/0001-93, valor total ITEM 01 de R\$ 54.300,00, unitário R\$ 6,00, valor total ITEM 02 R\$ 208.276,20 unitário R\$ 1,10, valor total ITEM 03 R\$ 33.904,20, unitário R\$ 1,10, valor total ITEM 04 R\$ 297.405,00, unitário R\$ 1,50, valor total ITEM 05 R\$ 33.045,00, unitário R\$ 1,50, valor total ITEM 06 R\$ 3.360,00, unitário R\$ 2,10. Certame Licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017, com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral deste Município, considerando sua plena regularidade.

Rio Largo/AL, 26 de abril de 2017

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA - Prefeito

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO RELACIONADO ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL, após homologação do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017, em 26 de abril de 2017, CONVOCA a empresa C M R BARROS LOCAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 21.938.269/0001-93; Para, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da presente convocação, cumprir as formalidades necessárias e celebrar, por intermédio da Representante Legal, a Ata de Registro de Preço, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

Rio Largo/AL, 26 de abril de 2017

MEIRY SOARES - Presidente/CPL

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao artigo 43, inciso VI da Lei Federal Nº 8.666/93, resolve HOMOLOGAR o certame, a empresa: C M R BARROS LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: 21.938.269/0001-93, valor total ITEM 01 de R\$ 64.575,00, unitário R\$ 61,50, valor total ITEM 02 (cota) R\$ 21.463,50 unitário R\$ 61,50. Certame Licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017, com base no parecer emitido pela Procuradoria Geral deste Município, considerando sua plena regularidade.

Rio Largo/AL, 26 de abril de 2017

GILBERTO GONÇALVES DA SILVA - Prefeito

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 003/2017 (SRP) 2ª. Chamada

Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Data/Horário: 11 de MAIO de 2017 às 09:00 hs (nove horas) - Local: Sede da Prefeitura localizada na Rua Coronel Euclides Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Cidade Santana do Ipanema/AL, CEP 57.500-000 - Edital e Informações: No endereço acima, de 08:00 às 13:00 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: santanadoipanamapl@outlook.com

CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES - Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Satuba

PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017. Pregão Presencial 07/2017. Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Federal nº 7.892/2013; Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA/AL. Fornecedor Registrado: MRB DISTRIBUIDORA DE ACESSÓRIOS EMPRESARIAIS LTDA- EPP, CNPJ 12.183.082/0001-36. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Município de Satuba/AL; Valor Global: R\$ 542.757,50 (quinhentos e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos). VIGENCIA: 12 (doze) meses. FIRMADO EM: 20 de abril de 2017. SIGNATÁRIOS: José Paulino Acioly de Araújo Murilo Rafael Bernardi Araújo Leite.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017. Pregão Presencial 06/2017. Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Federal nº 7.892/2013; Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE SATUBA/AL. Fornecedor Registrado: Detentora 01: ANA PAULA CALHEIROS COSTA MELO -ME, CNPJ: 03.996.651/0001-71, Valor total R\$ 13.960,70 (treze mil novecentos e sessenta reais e setenta centavos). Detentora 02: LICCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DO VESTUÁRIO EIRELI-EPP, CNPJ: 10.157.094/0001-60, Valor R\$ 203.570,00 (duzentos e três mil quinhentos e setenta reais). Objeto: Aquisição de materiais esportivos, destinados as secretarias municipais do Município de Satuba/AL; VIGENCIA: 12 (doze) meses. FIRMADO EM: 07 de abril de 2017. SIGNATÁRIOS: José Paulino Acioly de Araújo e Ana Paula Calheiros Costa Melo e Maria Margarida Nobre Lima.

DESPACHO RATIFICADOR - RATIFICO, na forma do art. 24, II da Lei nº 8.666/93 a DISPENSA DE LICITAÇÃO para contratação de empresa para aquisição de serviços de plotagem de veículo. AUTORIZO a contratação da empresa PABLO ALEXSANDRO ALVES - ME, CNPJ 10.247.168/0001-50. Publique-se o presente despacho como condição de eficácia dos atos. Valor de R\$ R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Celebração: 20 de fevereiro de 2017 Vigência: 90(noventa) dias. Signatários: José Paulino Acioly de Araújo e Pablo Alessandro Alves.

Prefeitura Municipal de Tanque D'Arca

MUNICÍPIO DE TANQUE D'ARCA

AVISO DE LICITAÇÃO (*)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017-SRP

Modalidade/Nº: Pregão Presencial nº 12/2017-SRP - Tipo: Menor Preço - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios componentes da merenda escolar. - Data/Horário: 10 de Maio de 2017 às 08:00hs (oito horas) - Local: Praça Cel. Francisco Euclides, 20, Centro, Tanque D'Arca/AL - Edital e Informações: No endereço acima, de 08 às 12 horas em dias úteis, ou mediante solicitação enviada ao e-mail: epltanquedarcaal@hotmail.com

Thiago Fabricio Sandes Costa

Pregoeiro

Replicado por incorreção*

MUNICÍPIO DE TANQUE D'ARCA

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017

JULGAMENTO FASE DE HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Tanque D'Arca, Estado de Alagoas, torna público o resultado do JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 02/2017, como segue:

- 1 - HABILITAÇÃO da licitante M D M DOS SANTOS ENGENHARIA EIRELI EPP, CNPJ Nº 17.872.922/0001-91, pelo pleno atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório;
- 2 - HABILITAÇÃO da licitante ALPIS CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 04.620.875/0001-06, pelo pleno atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório;
- 3 - HABILITAÇÃO da licitante CONSTRUTORA RAZZ LTDA - ME, CNPJ Nº 14.862.181/0001-70, pelo pleno atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório;
- 4 - HABILITAÇÃO da licitante CONSTRUTORA VASCONCELOS LTDA - ME, CNPJ: 10.779.915/0001-07, pelo pleno atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório;
- 5 - HABILITAÇÃO da licitante BRITO E REGO BARROS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CNPJ: 20.664.378/00001-05, pelo pleno atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório;
- 6 - INABILITAÇÃO da licitante VANDERLEY E MACIADO CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ Nº 24.166.319/0001-50, por deixar de atender o item 5.1.3, alínea "a" e "b", por deixar de atender o item 5.1.4, alínea "b" e "b4";
- 7 - INABILITAÇÃO da licitante H R CALHEIROS % CIA LTDA, CNPJ Nº 12.837.894/0001-58, por deixar de atender o item 5.1.5, alínea "d";
- 8 - INABILITAÇÃO da licitante INOVAÇÃO EMPREENDIMENTOS EIRELLI - EPP, CNPJ Nº 14.827.507/0001-28, por deixar de atender o item 5.1.4, alínea "b4";
- 9 - INABILITAÇÃO da licitante JFN ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ Nº 18.158.844/0001-20, por deixar de atender o item 5.1.3, alínea "b" e por deixar de atender o item 5.2.4;
- 10 - INABILITAÇÃO da licitante FP CAVALCANTE EIRELI, CNPJ Nº 16.554.376/0001-88, por deixar de atender o item 5.1.3, alínea "b" e por deixar de atender o item 5.1.4, alínea "b4";
- 11 - INABILITAÇÃO da licitante J.G.S DOS SANTOS SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ Nº 11.968.506/0001-05, por deixar de atender o item 5.1.3, alínea "b" e por deixar de atender o item 5.1.4, alínea "b4".

Outrossim, a CPL informa que a partir da data desta publicação, abre-se o prazo para interposição de recursos administrativos.

Francisco Carlos de Moraes Almeida

Presidente da CPL

**AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2017**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Baianópolis-BA, 24 de abril de 2017.
TÉCIO DE ANDRADE BEZERRA
Prezados



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
CÔMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



COMPROVANTES DE ENVIO DE EDITAL

COMPROVANTES

Re: solicitação de edital do pregão 003/2017

MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA

sex 28/04/2017 06:42

Para: Gás Confiança Distribuidora de <distribuidoradegasconfianca@gmail.com>;

8 anexos (2 MB)

1 - EDITAL (2ª Chamada).pdf; 2 - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.pdf; 3 - ANEXO II - MINUTA DE ATA RP.pdf; 4 - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.pdf; 5 - ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO TRABALHO MENOR.pdf; 6 - ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.pdf; 7 - ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO ME. EPP. OU COOP.pdf; 8 - ANEXO VII - FICHA DE CREDENCIAMENTO.pdf;

Prezado,

Segue em anexo edital solicitado.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Att,

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL

De: Gás Confiança Distribuidora de <distribuidoradegasconfianca@gmail.com>

Enviado: sexta-feira, 28 de abril de 2017 06:27

Para: santanadoipanemacplal@outlook.com

Assunto: Re: solicitação de edital do pregão 003/2017

003/2017

Bom dia,

Solicitamos o Edital referente ao seguinte pregão presencial:

Prefeitura de Santana do Ipanema

(7/16)

Tipo Órgão: Municipal

Rua Cel. Lucena Maranhão, 141 - Centro , - Santana do Ipanema
(00) 03621-3640

Site <http://www.santanadoipanema.al.gov.br>

e-mail cpl_pmsi@hotmail.com

AL

PREGÃO PRESENCIAL 3/2017

Objeto

Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo - glp -

Segmento

Água Mineral e Bebidas - Potável Galão - Material, Combustíveis - GLP, Derivados de Petróleo etc.. Material

Abertura

11/05/2017 09:00

CNPJ: 09.098.346/0001-49
SEDIADA A AVENIDA GOV. AFRÂNIO LAGES Nº 817
BATALHA - AL

MARLON FERREIRA
Representante Legal



Em 28 de abril de 2017 10:04, Gás Confiança Distribuidora de <distribuidoradegasconfianca@gmail.com> escreveu:

Bom dia,

Solicitamos o Edital referente ao seguinte pregão presencial:

Prefeitura de Santana do Ipanema

(7/16)

Tipo Órgão: Municipal

Rua Cel. Lucena Maranhão, 141 - Centro , - Santana do Ipanema
(00) 03621-3640

AL

Site <http://www.santanadoipanema.al.gov.br>

e-mail cpl_pmsi@hotmail.com

PREGÃO PRESENCIAL 3/2017

Objeto	Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo - glp -
Segmento	Água Mineral e Bebidas - Potável Galão - Material, Combustíveis - GLP, Derivados de Petróleo etc.. Material
Abertura	11/05/2017 09:00

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49
SEDIADA A AVENIDA GOV. AFRÂNIO LAGES Nº 817
BATALHA - AL



MARLON FERREIRA
Representante Legal

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

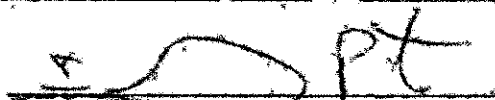
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: IRMÃOS JOTA PINTO E CIA LTDA
Nome Fantasia: BOTA PINTO GÁS CNPJ Nº: 08.418.303/0004-83
Endereço: RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, DOMINGOS ACÁCIO
Fone(s)/Fax: (82) 3621-8131 E-mail: grupojotapinto@hotmail.com
Contato: JURY PINTO Celular(es) contato: (82) 99619-9722

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: S. DO IPANEMA, 02 de MAIO de 2017


Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadopanemacplia@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

Re: LIQUIGAS



MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA

qua 03/05/2017 08:07

Para: liquigas santana <liquigassantana@hotmail.com>;

8 anexos (2 MB)

1 - EDITAL (2ª Chamada).pdf; 2 - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA (2).pdf; 3 - ANEXO II - MINUTA DE ATA RP (2).pdf; 4 - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO (3).pdf; 5 - ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO TRABALHO MENOR (2).pdf; 6 - ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (3).pdf; 7 - ANEXO VI - MODELO DECLARAÇÃO ME. EPP. OU COOP (3).pdf; 8 - ANEXO VII - FICHA DE CREDENCIAMENTO (3).pdf;

Prezado,

Conforme solicitado segue em anexo edital e anexos referente a 2ª chamada de Água e Gás Liquefeito.

Atenciosamente;

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA/AL

De: liquigas santana <liquigassantana@hotmail.com>
Enviado: quarta-feira, 3 de maio de 2017 07:11:08
Para: SANTANADOIPANEMACPLAL@OUTLOOK.COM
Assunto: LIQUIGAS

BOM DIA, AQUI É DA LIQUIGÁS

CONFIRMAR

Enviado do Outlook

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: ADEMIR AQUINO

Nome Fantasia: LANCHONETE VOVÓ BIA CNPJ Nº: 13.736.940/0001-95

Endereço: PC. DR. ADOLSON ISAAC DE MIRANDA 232 Box 1

Fone(s)/Fax: 3621-1978 E-mail: Julia_cabana@hotmail.com

Contato: Julia Cesar Celular(es) contato: 99614-0002

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: S. DO IPANEMA, 04 de MAIO de 2017.

Julia Cesar de C. Bona
Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, através do e-mail: santanadoipanamacpl@outlook.com.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO

FICHA DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

FICHA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO LICITANTE:RAZÃO SOCIAL: J. MARIO A. DAMASCENO MECNPJ: 19.295.877/0001-85ENDEREÇO COMPLETO: RUA DELMIRO GOUVEIA, Nº 126FONE(S): (82) 9 9630-7925 FAX: 0800 200 40 44EMAIL: liquigassantanà@hotmail.com PESSOA P/ CONTATO: Mario VagnerCARGO/FUNÇÃO: Gerente**DADOS DO REPRESENTANTE:**NOME COMPLETO: Mario Vagner Siqueira DamascenoCARGO/FUNÇÃO: Gerente RG: 1.694.933-SSP-ALCPF: 034.631.494-19 CELULAR (ES): (82) 9 9988-8699EMAIL(S): siqueiradamasceno@hotmail.comSANTANA DO IPANEMA-AL, 08 de MAIO de 2017
MARIO VAGNER SIQUEIRA DAMASCENO



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Via Única

Documento Emitido pela Junta Comercial do Estado de Alagoas

Dados da Empresa

Nome Empresarial

J. MÁRIO A. DAMASCENO

NIRE

27101347971

Último Arquivamento

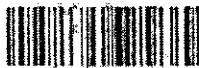
Numero

20130375594

Data

22/11/2013

Numero Protocolo



130375594

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 22 de novembro de 2013

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

22/11/2013

Hora de Expedição

10:49:52

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001 e E.C. n.º 32/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.779.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

23/01/2015

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas

Superintendência de Receita Estadual - SRE

Secretaria Adjunta da Receita Estadual

Diretoria de Cadastro



Sexta-feira, 23 de Janeiro de 2015

Sistema de Emissão da Ficha Cadastral do Contribuinte - FIC On-Line

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte, Confira os dados de Identificação da Empresa e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SEFAZ a sua atualização cadastral.

As informações contidas nesta ficha carecerão de verificação junto a SEFAZ para comprovação da idoneidade dos dados contidos.

Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças - PGF**Secretaria Executiva de Fazenda do Estado de Alagoas - SEFAZ****Secretaria Adjunta da Receita Estadual - SARE****Diretoria de Cadastro - DICAD**

NÚMERO CACÉAL

242.96923-2

CNPJ/CPP

19.295.877/0001-85

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

INÍCIO DE ATIVIDADE

25/11/2013

OPTANTE PELO SIMPLES?

SIM

RAZÃO SOCIAL

J. MARIO A. DAMASCENO - ME

NOME DE FANTASIA

CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

4784900 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) (PRINCIPAL)

4835401 - Comércio atacadista de água mineral

CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

89 - Emprego (Individual)

LOGRADOURO

R DELMIRO GOUVEIA

NÚMERO

126

COMPLEMENTO

CEP

57500-000

BAIRRO/DISTRITO

CAMOXINGA

MUNICÍPIO

SANTANA DO IPANEMA

UF

AL

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

23/1/2015

Data de Emissão: Sexta, 23 de Janeiro de 2015, às 10:27:22 (data e hora de Brasília).

Para qualquer sugestão ligar para:



Informações: Call Center Sefaz - 0800 284 1060

2000 - 2015 ©CSGII WEB - © Coordenadoria Setorial de Gestão da Informática e Informação - SEFAZ/AL



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL

O Empresário **J. MARIO A. DAMASCENO**, estabelecido(a) na RUA SIQUEIRA CAMPOS, 30, Camoxinga, Santana do Ipanema - Alagoas, CEP: 57500-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA



Santana do Ipanema - AL, 12/11/2013 às 18:59h.

JOSÉ MARIO AZEVEDO DAMASCENO
Empresário

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM <u>22/11/2013</u> Manuel Alex Tenório Delegado Titular do Indir.	Etiqueta de registro
--	----------------------

* Este documento foi gerado no portal Fácil Alagoas



Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 22/11/2013 sob N° 20130375594
Protocolo: 130375594 de 22/11/2013 NIRE: 27101347971
J. MARIO A. DAMASCENO
Chancela: 66044ED9E8B101D287D1BAD0C008647E829C4681

Maceió, 22/11/2013

CAROLINE ALMEIDA RABELO DE ALMEIDA

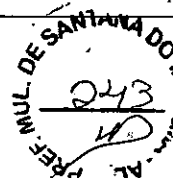


Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Via Única

Documento Emitido pela Junta Comercial do Estado de Alagoas

Dados da Empresa

Nome Empresarial

J. MARIO A. DAMASCENO ME

NIRE

101347971

Último Arquivamento

Numero

20130702927

Data

03/02/2014.

Numero Protocolo



130702927

Local, Data

Maceió, terça-feira, 4 de fevereiro de 2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

04/02/2014

Hora de Expedição

15:44:11

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo.

REF. ANUL. DE SANTANA DO IPANEMA
244
AL -



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101347971		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) José Mario Azevedo Damasceno			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL Solteiro	
SEXO Masculino	REGIME DE BENS (se casado) XXX		
FILHO DE (pai) Lot Rodrigues Damasceno	(mãe) Maria Luiza Damasceno		
NASCIDO EM (data de nascimento) 07/05/1955	IDENTIDADE (número) 260.742	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 153.877.804-10			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA PREFEITO JOAQUIM FERREIRA		NÚMERO 80	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO Camoxinga	CEP 57500-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 000163 - Santana do Ipanema
MUNICÍPIO Santana do Ipanema	UF AL		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 021	
DESCRIÇÃO DO EVENTO ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			
NOME EMPRESARIAL J. MARIO A. DAMASCENO ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA DELMIRO GOUVEIA		NÚMERO 126	
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO camoxinga	CEP 57500-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial) 000163 - Santana do Ipanema
MUNICÍPIO Santana do Ipanema	UF AL	PAÍS Brasil	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) a.s.contabilidade@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) trinta mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 4784900 Atividade Secundária 4635401	Descrição do Objeto Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). Comércio atacadista de água mineral		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 22/11/2013	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 19295877000185	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR AL	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input checked="" type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) J. Mario A. Damasceno ME DATA ASSINATURA 20/01/2014			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DEFERIDO, PUBLICADO E ARQUIVADO Assessoria Técnica JUCEAL 11/01/2014		AUTENTICAÇÃO AL114000007024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

Este documento foi gerado no portal: Facilita Alagoas



Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 03/02/2014 Sob Nº 20130702827
Protocolo : 130702927 de 09/01/2014 NIRE: 27101347971
J. MARIO A. DAMASCENO ME
Chancela : 3B3EBAF672B5D45AFB53A54AB201D371EDA81E40
Maceió, 03/02/2014
CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



COLLAGE M3

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
Rua Cel. Licínio Maranhão, 29 - Centro
Santa Ana do Ipanema/AL Fone: 3621-1244

RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

Jose Maria

Azereido Damasceno

21 JAN. 2014

Em Teste [assinatura] da verdade.

- ☐ Bcl. José Geraldo Farias - Tabelião
☒ Margarida Puitzo Farias - Escrevente

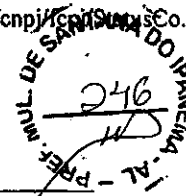


de Nota e Protesto
Tabelião
CPF: 007.505.064-15
Santa Ana do Ipanema, AL

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



Acompanhamento da solicitação CNPJ via Internet

Código de Acesso:
17.82.90.34.07 - 19.295.877.000.185

DATA - HORA	ÓRGÃO	STATUS
[30/12/2013 13:33:44]	- RFB	Sua solicitação foi submetida a verificação automatizada.
[30/12/2013 13:33:44]	- RFB	Sua solicitação foi enviada para a Sefaz-AL.
[03/01/2014 10:32:45]	- SEFAZ-AL	Sua solicitação foi analisada.
[03/01/2014 10:32:45]	- RFB	Foi gerado DBE/Protocolo para a solicitação.
[04/02/2014 12:11:39]	- RFB	A documentação encaminhada referente à sua solicitação foi analisada pela Junta Comercial do seu Estado.

Sua solicitação foi atendida e seu Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral está disponível.

136 M31

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

04/02/2014 11:09

(CEDULA DE IDENTIDADE)

TS: 14 +



Maria Azilda Damasceno

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

247

AL - SANTAANA DO ITAEM

(REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

260.712

REGISTRO CEGA

Jose Mario de Jesus Damasceno
Lot. Rodriguez Damasceno
Maria Inez Damasceno

Alagoas 07.05.1955

04.07.1975

[Signature]

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/2007

SERVIDOR RESPONSÁVEL

CIC

NASCIMENTO: 07.05.55

INSCRICAO NO CPF: 154.377.004-10

CONTRIBUINTE

JOSÉ MARIA AZILDA DAMASCENO

[Signature]

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/2007

SERVIDOR RESPONSÁVEL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS - RSC

CARTÃO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATORIO DE INSCRICAO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

[Signature]

6 13

[Signature]

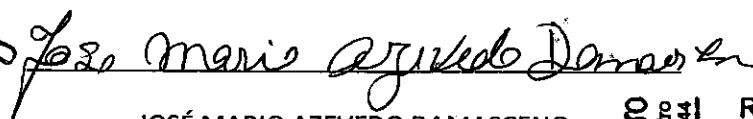
[Signature]

[Signature]

[Signature]

PROCURAÇÃO

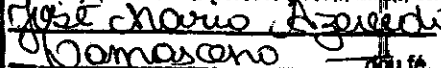
O J. MÁRIO A. DAMASCENO – ME, devidamente cadastrada no CNPJ sob N° 19.295.877/0001-85, sediada na Rua DELMIRO GOUVEIA n° 126, município de SANTANA DO IPANEMA, estado de ALAGOAS neste ato representado pelo Sr. JOSÉ MÁRIO AZEVEDO DAMASCENO, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado, na Rua Joaquim Ferreira, n°80, município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas, portador do RG n° 260.742-SSP-AL, inscrito no CPF/MF sob n° 153.877.804-10, por este instrumento de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. MARIO VAGNER SIQUEIRA DASMASCENO, brasileiro, casado, Militar, residente e domiciliado na Rua Delmiro Gouveia, n° 722, município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas, portador do RG n° 1.694.933-SSP-AL, inscrito no CPF/MF 034.631.494-19 e lhe confere amplos poderes, para o fim especial de representá-la perante a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, a fim de participar de licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2ª Chamada**, PROCESSO Nº **3430.02.24.012/17**, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, assinar, atas, renunciar e interpor recursos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da autorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Santana do Ipanema-AL, 08/05/17.2º OFÍCIO
DE NOTAS E PROTESTO

JOSÉ MARIO AZEVEDO DAMASCENO

VÁLIDO SOMENTE
SELO DE AUI2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
Rua Cel. Lucena Maranhão, 28 - Centro
Santana do Ipanema/AL Fone: 3021-1244**RECONHECIMENTO**

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:



11 MAIO 2017

Em Teste da verdade

☐ Bel. José Geraldo Farias - Tabelião
☒ Maria da Penha Farias - EscreventeJ. MARIO A. DAMASCENO - ME - CNPJ: 19.295.877/0001-85
Rua Delmiro Gouveia, 126 - Camoxinga - Santana do Ipanema/AL
Fone: (82) 0800 200 4044

~~SERVIDOR RESPONSÁVEL~~

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS P.I. 06

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ES: 11.11.96 (+)

Mário Wagner Siqueira Damasceno

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.694.933

DATA DE EXPEDIÇÃO 21.11.96

NOME *Mário Wagner Siqueira Damasceno*

FILIAÇÃO *José Mario Azevedo Damasceno*
Vera Lúcia Siqueira Damasceno

Santana do Ipanema-Al. 14/03/79

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. Nº 4.210 Fls. 41 Liv. A - 5

DOC ORIGEM

Santana do Ipanema-Al.

ORF

Amélia Pereira

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

CONFERE COM ORIGINAL
EM: 11/06/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

MÁRIO VAGNER SIQUEIRA DAMASCENO

de inscrição 034631494-19

Data do Nascimento 14/03/79



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura *Mário Wagner Siqueira Damasceno*

MÁRIO VAGNER SIQUEIRA DAMASCENO

SERVIDOR RESPONSÁVEL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 17/03/97

250

11

PRF. MUL. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

11/06/97

[Handwritten signatures and marks]



DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

J. MÁRIO A. DAMASCENO – ME com sede na RUA DELMIRO GOUVEIA , 126 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.295.877/0001-85 , vem através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do Município de Santana do Ipanema/AL.

SANTANA DO IPANEMA-AL, 08 de MAIO de 2017.

JOSÉ MARIO AZEVEDO DAMASCENO

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.736.940/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/05/2011
NOME EMPRESARIAL ADEMIR AQUINO - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LANCHONETE VOVO BIA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO PC DR ADELSON ISAAC DE MIRANDA	NÚMERO 233	COMPLEMENTO BOX 1	
CEP 57.500-000	BAIRRO/DISTRITO MONUMENTO	MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO f_contab@ig.com.br		TELEFONE (82) 3621-1978	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/05/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2017 às 17:33:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página
para impressãoA RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

Atualize sua página



CONTINUA

A handwritten signature in the bottom left corner.

A collection of handwritten signatures and initials in the bottom right area, including a large stylized signature and several smaller ones.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO[illegible]

LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO.

- 1 - Preencher o formulário em quatro vias legíveis, à máquina ou à mão, com letra de forma, sem rasura.
- 2 - Não preencher os campos destinados a uso da Junta Comercial.
- 3 - **ESTADO CIVIL** - Declarar se é solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente ou divorciado.
- 4 - **REGIME DE BENS DO EMPRESÁRIO** - Se o empresário for casado, declarar o regime de bens (comunhão parcial, comunhão universal, participação final nos aquestos, separação de bens). A alteração do regime de bens depende de autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.
- 5 - **IDENTIDADE** - Indicar o número, a sigla do órgão expedidor e a sigla da respectiva unidade da federação mencionados no documento de identidade. São aceitos como documento de identidade: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se o titular for estrangeiro, é exigida carteira de identidade de estrangeiro, com visto permanente.
- 6 - **EMANCIPADO POR** - Caso o titular seja menor de 18 e maior de 16 anos, emancipado, deverá indicar a forma de emancipação e arquivá-la em separado, a qual deverá ser anteriormente averbada no Registro Civil. São hipóteses de emancipação: casamento; ato judicial; concessão dos pais; colação de grau em curso de ensino superior; exercício de emprego público efetivo; estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 7 - **DECLARAÇÃO** (de desimpedimento para exercer atividade empresária e de que não possui outra inscrição de empresário) e **REQUERIMENTO** - Complementar o nome da Junta Comercial.
- 8 - **CÓDIGO DO ATO E DESCRIÇÃO DO ATO** - Preencher com o código e com a descrição do ato que está sendo praticado, conforme tabela abaixo.
- 9 - **CÓDIGO DO EVENTO E DESCRIÇÃO DO EVENTO** - Preencher com o código e com a descrição do evento que está contido no ATO, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
080	INSCRIÇÃO
002	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
022	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
023	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
024	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
025	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
026	
027	
028	
029	
030	
031	
032	
033	
034	
036	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
038	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
048	REERATIFICAÇÃO
052	REATIVAÇÃO
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
003	EXTINÇÃO
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
PALMEIRA INDIOS



10/045607-3

IA UF

IA UF

IA UF

EXEMPLO:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

- 10 - **NOME EMPRESARIAL** - Indicar o nome completo ou abreviado do empresário, adotando, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa (apelido ou nome como é mais conhecido) ou gênero de negócio, que deve constar do objeto. Não pode ser abreviado o último sobrenome, nem ser excluído qualquer dos componentes do nome. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam uma ordem ou relação de parentesco.
- 11 - **CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA** - Preencher com o código correspondente a cada atividade descrita no OBJETO, conforme a tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Fiscal. Ordenar os códigos das atividades indicando a principal e as secundárias. A atividade principal corresponde àquela que proporciona maior receita esperada (quando da inscrição) ou realizada (quando da alteração).
- 12 - **DESCRIÇÃO DO OBJETO** - Descrever o objeto (atividades a serem exercidas), de forma precisa e detalhada, indicando o gênero e a espécie do negócio. Não podem ser inseridos termos estrangeiros na descrição das atividades, exceto quando não houver termo correspondente em português. O objeto não poderá ser ilícito, contrário aos bons costumes ou à ordem pública. No caso de filial, vide orientação no Manual de Atos de Registro de Empresário.
- 13 - **DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES** - Preencher com a data prevista para o início das atividades a qual não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário. Se o Requerimento de Empresário for protocolado na Junta Comercial após 30 dias da data da sua assinatura pelo empresário, a data da inscrição será considerada a data do deferimento do Requerimento pela Junta Comercial e, nesse caso, a data de início de atividades não poderá ser anterior a essa. No caso dos eventos 029, 037 e 039, vide orientação no Manual de Atos de Registro de Empresário.
- 14 - **ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO** - Deverá ser aposta a assinatura da firma de acordo com o nome da empresa indicado no campo nome empresarial.
- 15 - **DATA DA ASSINATURA** - Indicar o dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.
- 16 - **ASSINATURA DO EMPRESÁRIO** - A assinatura deve ser a que o empresário, ou no caso de incapaz autorizado judicialmente a continuar a empresa, e seu assistente ou representante ou gerente usa normalmente para o nome civil.



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

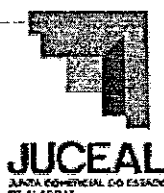
REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101282098		NIRE DA FILIAL (preencher somente se não referir-se à filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) ADEMIR AQUINO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
SEXO Masculino	REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial		
FILHO DE (pai) OSTILIO FRANCELINO AQUINO		(mãe) MATILDE SANTOS AQUINO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 05/07/1976	IDENTIDADE (número) 1284437	Órgão emissor SEDS	UF AL
CPF (número) 957.999.824-87			
EMANCIPIADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA CLEMENCIA PEREIRA DE QUEIROZ			NÚMERO 666
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO MONUMENTO	CEP 57500-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 000163 - Santana do Ipanema
MUNICIPIO Santana do Ipanema			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possua outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 002 - ALTERAÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 021 (1) ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL ADEMIR AQUINO - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc) PRAÇA DR. ADELSON ISAAC DE MIRANDA			NÚMERO 233
COMPLEMENTO BOX 1	BAIRRO/DISTRITO MONUMENTO	CEP 57500-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Uso da Junta Comercial) 000163 - Santana do Ipanema
MUNICIPIO Santana do Ipanema	UF AL	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 15.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por exatidão) quinze mil reais		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 5611203 Atividade Secundária 4712100, 4723700, 5620102, 6619302	Descrição do Objeto Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, Comércio varejista de bebidas; Correspondentes de instituições financeiras. Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 17/05/2011	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 13.736.940/0001-95	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR 1º Ofício	USO DA JUNTA COMERCIAL - DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
DATA ASSINATURA 20/04/2017	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO Ademir Aquino		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		170000802177	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/04/2017 08:43 SOB Nº 20170093409.
PROTOCOLO: 170093409 DE 27/04/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11701549456. NIRE: 27101282098.
ADEMIR AQUINO - ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO-GERAL
MACEIÓ, 27/04/2017
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

256
AL - PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

ADENIR AQUINO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
1284437 SEDS AL

CPF
957.999.824-87 DATA NASCIMENTO
09/07/1976

FLIAÇÃO
OSTILIO FRANCELINO
AQUINO
MATILDE SANTOS AQUINO

PERMISSÃO
PERMISSÃO ACC CATAB AB

Nº REGISTRO
06330414921 VALIDADE
25/03/2016 1ª HABILITAÇÃO
26/03/2015

SEM OBSERVAÇÃO:

Assinatura do Portador
Adenir Aquino

LOCAL
ARACÁJU, SE DATA DE EMISSÃO
26/03/2015

Assinatura do Emissor
Edgard Smeão da Mota Neto
DIRETOR - PRESIDENTE

09574573105
SED15910105

Cartório 1º Ofício, Notas e Registro
Rua Coronel Lucena, 175 - Centro
Santana do Ipanema/AL CEP: 57.500-000
CNPJ: 12.420.931/0001 - 28 - Fone: 3621 - 123
Maria Mercês Viana Vilela Alcântara
Tabeliã e Oficial
Anna Verônica Viana Vilela Alcântara
Tabeliã e Oficial Substituta
Janielle Ramos Silva - Tabeliã Oficial Substituta
Jocelma Ramos Silva - Escrevente




CERTIDÃO
CERTIFICO QUE CONFERI A PRESENTE FOTOCÓPIA
O ORIGINAL QUE ME FOI EXIBIDO, CONSTATANDO
EM AMBOS DE IGUAL TEOR. DOUTOR
SANTANA DO IPANEMA/AL
10 MAIO 2017
TABELIA

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

AL - PREFEITURA DE SANTANA DO IPANEMA
257
M

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
PERICIA CECILIA PERAL
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DEL. MARCO PEDRO DOS SANTOS



Assinatura Direto

Ademir Aquino

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1284437 DATA DE EXPEDICAO 27/05/2015

RG 1284437

ADENIR AQUINO

OSTILIN FRANCELINO AQUINO
NATILDE SANTOS AQUINO

NATURALIDADE SANTANA DO IPANEMA AL DATA DE NASCIMENTO 05/07/1976

CERTID 45 2388 FLS 200 LIV B 7
SANTANA DO IPANEMA AL

957.999.824-87

2 VIA

Luciana
LUCIANA CARDOSO DA SILVA
SISTEMA DE IDENTIFICACAO ANIL

LEIA 7.116 DE 29/08/83

CONFERE O ORIGINAL

EM: 11/05/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

CONF. 11/05/17

[Handwritten signatures and initials]



PROCURAÇÃO

A Ademir Aquino - ME, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 13.736.940/0001-95, sediada na Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233 - Box 1, município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas neste ato representado pelo Sr. Ademir Aquino, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado na Rua Clemência Pereira de Queiroz, 666, município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas, portador do RG nº 1.284.437, inscrito no CPF sob nº 957.999.824-87, por este Instrumento de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. Júlio César de Carvalho Barros, brasileiro, casado, gerente administrativo, residente e domiciliado na Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233, 1º andar, município de Santana do Ipanema, estado de Alagoas, portador do RG nº 1.972.082, inscrito no CPF sob nº 048.698.464-89 e lhe confere amplos poderes, para o fim especial de representá-la perante a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, a fim de participar da licitação na modalidade Registro de preço de água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP processo nº 3430.02.24.012/17, pregão Presencial nº 03/2017-SRP 2ª chamada, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor recursos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar, e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Santana do Ipanema-AL, 10 de maio de 2017

1º Ofício

Ademir Aquino

Nome do outorgante e assinatura



RECONHEÇO ☒ PI AUTENTICIDADE
☐ PI SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE
Ademir Aquino

10 MAIO 2017

☐ Maria Mercês Viana Vilela Alcântara - Oficial
☐ Anna Verônica V. V. Alcântara - Substituta
☒ Janielle Ramos da Silva - Substituta

[Handwritten signatures and initials]

259
1417669844
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JULIO CESAR DE CARVALHO BARROS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1972082 SSP AL

CPF
048.698.464-89

DATA NASCIMENTO
13/12/1983

FILIAÇÃO
JOSE CESAR FERREIRA DE BARROS
LUCI BARROS DE CARVALH

PERMISSÃO
AB

ACC
AB

CAT. HAB
AB

Nº REGISTRO
02378389744

VALIDADE
10/03/2022

1ª HABILITAÇÃO
13/03/2002



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1417669844

OBSERVAÇÕES

Julio Cesar de C. Barros

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MACEIO, ALAGOAS

DATA EMISSÃO
13/03/2017

Antonio Carlos Gouveia
Diretor Presidente

ASSINATURA DO EMISSOR

43659093680
AL019018304

PROIBIDO PLASTIFICAR
1417669844

ALAGOAS



CERTIDÃO
CERTIFICADO QUE CONFERI A PRESENTE FOTOCOPIA
COM O ORIGINAL QUE ME FOI EXIBIDO, CONSTATANDO
SEREM AMBOS DE IGUAL TEOR. DOU FE

SANTANA DO IPANEMA - AL
10 MAIO 2017

Kle
TABELIA

Cartório 1º Ofício, Notas e Registro
Rua Coronel Lucena, 175 - Centro
Santana do Ipanema/AL CEP: 57.500-000
CNPJ: 12.420.931/0001 - 28 - Fone: 3621 - 1233
Maria Mercês Viana Vilela Alcântara
Tabeliã e Oficial
Anna Verônica Viana Vilela Alcântara
Tabeliã e Oficial Substituta
Ianielle Ramos Silva - Tabeliã Oficial Substituta
Inesma Ramos Silva - Escrevente



PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-2ª Chamada
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

ADEMIR AQUINO - ME com sede na praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, nº 233, Bairro Monumento, município de Santana do Ipanema/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.736.940/0001-95**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do Município de Santana do Ipanema/AL.

[Handwritten signature]

Santana do Ipanema/AL, 11 de Maio de 2017.

Júlio César de Carvalho Barros.
JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS

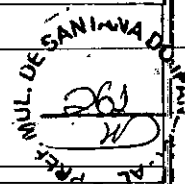
[Handwritten signature]

[Multiple handwritten signatures and initials]



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR
Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Empresárias ME ou EPP e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

ADEMIR AQUINO - ME

Natureza Jurídica : 213-5 - EMPRESÁRIO

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Seda)
27101282098

C.N.P.J
13736940000195

Data de Arquivamento do Ato
Constitutivo
17/05/2011

Data de Início de Atividades
17/05/2011

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)

PRAÇA DR. ADELSON ISAAC DE MIRANDA, 233, BOX 1, MONUMENTO, SANTANA DO IPANEMA - 57500000 - Alagoas

Atividades Econômicas

5611203 - LANCHONETES, CÁSAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES

4712100 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÊNS

4723700 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS

5620102 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ

6619302 - CORRESPONDENTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Objeto Social

Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, Comércio varejista de bebidas; Correspondentes de instituições financeiras, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê.

Capital Social

R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

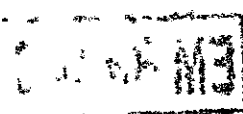
Microempresa ou Empresa de
Pequeno Porte (Lei nº
123/2006)
Microempresa

Último Arquivamento

Data: 27/04/2017 00:00:00 Número: 20170093409

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)



Situação
REGISTRO ATIVO

Status
XXXXXXXXXXXXXX

Nome do Empresário(s)

ADEMIR AQUINO

Identidade : 1284437 - SEDS C.P.F. : 95799982487

Estado Civil : CASADO(A) Regime de Bens : COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

Filiais

Empresa não Possui Filiais registrada nesta Junta.

Numero Protocolo



170102009

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 5 de maio de 2017

Edvaldo Maiorano de Lima

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio, em sexta-feira, 5 de maio de 2017 às 12:37:9

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

DECLARAÇÃO

ADEMIR AQUINO - ME com sede na praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, nº 233, Bairro Monumento, município de Santana do Ipanema/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.736.940/0001-95**, vem através de seu representante legal abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** do Município de Santana do Ipanema/AL.

CONTINUA

Santana do Ipanema/AL, 11 de Maio de 2017.

Júlio César de Carvalho Barros
JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and marks]

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
17.705.246/0001-61
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
05/03/2013

NOME EMPRESARIAL

SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

SM EMPREENDIMENTOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
46.35-4-01 - Comércio atacadista de água mineral
46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências
90.01-9-02 - Produção musical

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO

PC LARGO DE FATIMA

NÚMERO

297

COMPLEMENTO

SALA 201

CEP

57.200-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

PENEDO

UF

AL

ENDEREÇO ELETRÔNICO

jsncontabil@ig.com.br

TELEFONE

(82) 3551-5848 / (82) 3551-5848

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

05/03/2013

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

MUL. DE SANTANA DO PARANÁ
264
20

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2017 às 22:16:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

50.141.110

[Handwritten signatures and marks]

MUL. DE SANTANA DO IPIRANGA
AL - 065**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.705.246/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/03/2013
NOME EMPRESARIAL SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMENTOS - ME		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO PC LARGO DE FATIMA	NÚMERO 297	COMPLEMENTO SALA 201
CEP 57.200-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PENEDO
UF AL		ENDEREÇO ELETRÔNICO jsncontabil@ig.com.br
TELEFONE (82) 3551-5848 / (82) 3551-5848		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/03/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2017 às 22:16:05 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página
para ImpressãoA RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).[Atualize sua página](#)



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE: XXXXXXXXXX				NIRE DA FILIAL (seguir a mesma seqüência de 0000000001 a 9999999999) XXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, com sobrenome) SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR					
NACIONALIDADE: BRASILEIRA			ESTADO CIVIL: Solteiro		
SEXO: Masculino			REGIME DE BENS: casados XXXXXXXXXX		
FILHO DE QUEM: SAMUEL MOTA MENDONÇA			MÃE: JUSSARA PEREIRA MENDONÇA		
NASCIDO EM (data de nascimento): 08/08/1978		IDENTIDADE (número): 1598242		ÓRGÃO EMISSOR: SSP	
		UF: AL		CPF (matrícula): 027.185.264-08	
EMANCIPADO POR (data de emancipação - somente no caso de menor): XXXXXXXXXX					
DOMICILIADO NA LOGRADOURO - rua, av, etc: Praça LARGO DE FATIMA,				NÚMERO: 297	
COMPLEMENTO: SALA 201		BAIRRO-DISTRITO: CENTRO		CEP: 57200-000	
CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial): XXXXXXXXXX - Penedo					
MUNICÍPIO: Penedo				UF: AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS					
CÓDIGO DO ATO: 080		DESCRIÇÃO DO ATO: INSCRIÇÃO		CÓDIGO DO EVENTO: 080	
				DESCRIÇÃO DO EVENTO: INSCRIÇÃO	
CÓDIGO DO EVENTO: XXXXXXXXXX		DESCRIÇÃO DO EVENTO: XXXXXXXXXX		CÓDIGO DO EVENTO: XXXXXXXXXX	
				DESCRIÇÃO DO EVENTO: XXXXXXXXXX	
NOME EMPRESARIAL: SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EVENTOS					
LOGRADOURO (rua, av, etc): Praça PRAÇA LARGO DE FATIMA,				NÚMERO: 297	
COMPLEMENTO: ANEXO TC INFORMÁTICA;		BAIRRO-DISTRITO: CENTRO		CEP: 57200-000	
CÓDIGO DO MUNICÍPIO (uso da Junta Comercial): 000143 - Penedo					
MUNICÍPIO: Penedo		UF: AL		PAÍS: Brasil	
CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL): jsncontabil@g.com.br					
VALOR DO CAPITAL - R\$: 50.000,00			VALOR DO CAPITAL - por extenso: cinquenta mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae): Atividade Principal 4923002 Atividade secundária "0161001", "4930202", "7739003" "8122200", "8230001", "9001903" "9001906"		DESCRIÇÃO DO OBJETO: SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: 31/01/2013		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ: XXXXXXXXXX		TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF: NIRE ANTERIOR: XXXXXXXXXX	
				UF: AL	
				USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-Sim <input checked="" type="checkbox"/> 3-Não	
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante-assistente-gerente) Samuel Mota Mendonça Junior Eventos					
DATA DA ASSINATURA: 22/02/2013		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO: Samuel Mota Mendonça Junior			
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL					
DEFERIDO, PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE 11.04/03/13		AUTENTICAÇÃO DELEGACIA DA JUNTA COMERCIAL Arapiraca - Alagoas José Guedes Filho Delegado			
		AL1130000000260			

* Este documento foi gerado no portal Facilita Alagoas



22/02/2013 1

267
AL - JUCEAL DE SANEAMENTO



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 3/3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher apenas se houver filial)	
27101330530		XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (preencher com o nome completo)			
SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR			
NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL	
BRASILEIRA		SOLTEIRO(A)	
SEXO	ESTADO DE BENS (se casado)		
Masculino	XXX		
NOME DO PAI		NOME DA MÃE	
SAMUEL MOTA MENDONÇA		JUSSARA GOMES PEREIRA	
NASCIMENTO (dia, mês e ano)	IDENTIDADE (numero)	Orgão emissor	UF
08/08/1978	1598742	SSP	AL
CPF (preencher com o número completo)			
027.185.264-08			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc)			
RUA DA FLORESTA			
COMPLEMENTO	BARRIO/ESTRITO	CEP	CIDADE/UF
Casa	SANTA LUZIA	57200-000	00000-000
MUNICÍPIO		UF	
Penedo		AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possua outro registro de empresário e requer:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado de Alagoas		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO	
002 - ALTERAÇÃO		XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO	
022(1) - ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL		XXX	
NOME EMPRESARIAL			
SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS - ME			
LOGRADOURO (rua, av, etc)		NÚMERO	
PRACA LARGO DE FATIMA		297	
COMPLEMENTO	BARRIO/ESTRITO	CEP	CIDADE/UF
ANEXO TC INFORMATICA	CENTRO	57200-000	00000-000
MUNICÍPIO		UF	
Penedo		AL	
VALOR DO CAPITAL - RE	VALOR DO CAPITAL - (por escrito)	Cidade/UF	
250.000,00	duzentas e cinquenta mil reais	Penedo/AL	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal)		Descrição do Uti	
4923002		VEICULOS AUTOMOTORES ATIVIDADES DE APOIO A EDUCACAO EXCETO CAIXAS ESCOLARES ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO EXCETO A GESTAO DE REDES COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILAR COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA A AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS CULTURAIS E ARTISTICAS COMERCIO ATACADISTA DE AGUA MINERAL COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS	
DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSPARENCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NOME ANTERIOR	UF
05/03/2013	17.705.264/0001-01		AL
DATA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO	PREENCHER	
12/12/2016			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE		AUTENTICAÇÃO	
		AL1160000595965	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal e-sic Alagoas



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - JUCEAL
CONSTITUÍDO PELA LEI Nº 271/1978 DE 14/03/1978
PROPOSTO: 14/03/1978 DE 14/03/1978. COMISSÃO DE REGISTRO:
11/03/1978. NOME: JUCEAL/AL.

Endereço: Rua da Liberdade, 100
CEP: 57010-000
Cidade: Penedo, 57010-000
UF: AL

A validade deste documento, se for caso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informação para responsáveis públicos de verificação

PRF - MUN. DE SAN LUIS DO IMAUVA - AL
268

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 159242

DATA DE EMISSÃO 25/06/2016

DATA DE NASCIMENTO 08/08/1978

NOME SAMUEL NOTA PEREIRA JUNIOR

FILIAÇÃO SAMUEL NOTA PEREIRA

NATURALIDADE JUSICA PEREIRA PEREIRA

PEREIRA AL

DOC. ORDEM CERT. MASC 4404 FLS 24V LIV 774

PEREIRA AL

037-103-248-46

2. VIA

LEIN 116 DE 29/08/83

09 MAI 2017

CARTEIRO DO P.C.D. E REGISTRAL

Rua Siqueira Campos, 57, Centro
Penedo-AL Fone(32) 3551-2532

CERTIFICADO que a presente cópia fotostática é de igual teor ao original exibido do que dou fé. Penedo - AL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 159242

DATA DE EMISSÃO 25/06/2016

DATA DE NASCIMENTO 08/08/1978

NOME SAMUEL NOTA PEREIRA JUNIOR

FILIAÇÃO SAMUEL NOTA PEREIRA

NATURALIDADE JUSICA PEREIRA PEREIRA

PEREIRA AL

DOC. ORDEM CERT. MASC 4404 FLS 24V LIV 774

PEREIRA AL

037-103-248-46

2. VIA

LEIN 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polgar Direita

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



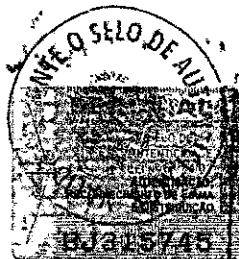
Empreendimentos
Transportes

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/17
SERVIDOR RESPONSÁVEL

PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular de procuração, a empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, nomeia como seu bastante procurado o Sr. Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador da cédula de identidade RG 2005.085-ssp-al, e inscrito no CPF sob o nº 052.713.854-18 com o fim específico de representar a outorgante perante as Prefeituras, Câmaras Municipais e Estadual, Autarquias do Estado de Alagoas, Sergipe e Pernambuco, nas licitações 2017 de [Tomada de Preços, Pregões Presenciais e outras modalidades previsto na Lei 8.666/93], detentor de amplos poderes para fins licitatórios, administrativos, contratuais e afins, confere-os podendo assim, formular, negociar preços, ofertar lances, recorrer, renunciar, interpor recurso, retirar cópias, propor seu credenciamento, atuar em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, termos aditivos, apostilamentos, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato. Com prazo de validade de 01(um) ano.

Penedo-AL, 09 de maio de 2017.



Reconheço a(s) firma(s) por semelhança.	
Samuel Mota Mendonça Junior, danjo	
Penedo-AL 09/maio/2017	
Em Teste da Verdade	
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO NOTARIAL E REGISTRAL	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reconheço Sampaio de Castro - Titular
<input type="checkbox"/>	Diogo Sampaio de Castro - Substituto
<input type="checkbox"/>	Rodrigo Sampaio de Castro - Escrevente

11.0000
DO 1º OFÍCIO
PENEDO-AL

Outorgante

Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos- ME
Samuel Mota Mendonça Junior
Proprietário

RG nº 1598242 - SSP/AL
CPF: 027.185.264-08

PRAÇA LARGO DE FÁTIMA - 297 - SALA 201 - CENTRO / PENEDO-AL

FONE: (82) 3551.5813 / 9604.7804

CNPJ: 17.705.246/0001-61

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/17
12
SERVIDOR RESPONSÁVEL



PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada /PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017



DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E CONHECIMENTO DO EDITAL

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal o Senhor Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador do Registro Geral nº. 2005.085 ssp-al e CPF nº 052.713.854-18, DECLARA para efeito do Pregão Presencial nº. 003/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, que conhece e cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal o Senhor Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador do Registro Geral nº. 2005.085 ssp-al e CPF/MF nº 052.713.854-18, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Presencial nº 003/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme artigo 32, § 2º, Lei nº. 8.666/93.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL
Pregoeiro: (em exercício)
Comissão Permanente de Licitação

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador da Carteira de Identidade nº 2005.085 ssp-al e do CPF nº 052.713.854-18, DECLARA, para fins de comprovação no Pregão Presencial 003/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☒ **(X) MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

☐ **() EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Penedo/AL, 11 de maio de 2017.

Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos - ME
CNPJ: 17.705.246/0001-61
Samuel Mota Mendonça Junior
Sócio Administrador
Rg nº 1598242 - SSP/AL
CPF: 027.185.264-08
Mauro F. Rodrigues Junior
Representante Legal
Rgº 2005.085 SSP/AL
CPF: 052.713.854-18

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Empresárias ME ou EPP e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMENTOS - ME

Natureza Jurídica : 213-5 - EMPRESÁRIO

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)
27101330530

C.N.P.J
17705246000161

Data de Arquivamento do Ato
Constitutivo
05/03/2013

Data de Início de Atividades
05/03/2013

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)

PRAÇA LARGO DE FATIMA, 297, ANEXO TC INFORMATICA, CENTRO, PENEDO - 57200000 - Alagoas

Atividades Econômicas

0161001 - SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS
3702900 - ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
4923002 - SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
0001 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
4635401 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL
4649409 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR, COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA
4723700 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
4755503 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
4756300 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS
4924800 - TRANSPORTE ESCOLAR
4930202 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
7490104 - ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS
7490105 - AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS
7733100 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO
7739003 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES
8121400 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS
8122200 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS
8230001 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
8550302 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
8622400 - SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
9001902 - PRODUÇÃO MUSICAL
1903 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA
9001906 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO

Objeto Social

SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA SERVIÇO DE PULVERIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS AGRICOLAS TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS INTERMUNICIPAL INTERESTADUAL E INTERNACIONAL ALUGUEL DE PALCOS COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO EXCETO ANDAIMES IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS SERVICOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS CONGRESSOS EXPOSIÇÕES E FESTAS PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL EXCETO IMOBILIARIOS PRODUÇÃO MUSICAL TRANSPORTE ESCOLAR LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMÍLIOS ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO SERVICOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES EXCETO OS SERVICOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA MESA E BANHO SERVICOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO EXCETO CAIXAS ESCOLARES ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO EXCETO A GESTÃO DE REDES COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR COM ATIVIDADE DE FRACIONAMENTO E ACONDICIONAMENTO ASSOCIADA AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS CULTURAIS E ARTÍSTICAS COMÉRCIO ATACADISTA DE ÁGUA MINERAL COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS

Capital Social

R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais)

Microempresa ou Empresa de
Pequeno Porte (Lei n°
123/2006)
Microempresa

Último Arquivamento

Data: 23/01/2017 00:00:00 Número: 20160268532

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

Situação

REGISTRO ATIVO

Status

XXXXXXXXXXXXXX

Nome do Empresário(s)

SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR

Identidade : 1598242 - SSP C.P.F. : 02718526408

Estado Civil : SOLTEIRO(A) Regime de Bens : NÃO INFORMADO

Filiais

Empresa não Possui Filiais registrada nesta Junta.

Número Protocolo



170103935

Local, Data

Maceió, terça-feira, 9 de maio de 2017

Edvaldo Maiorano de Lima
EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.
em terça-feira, 9 de maio de 2017 às 22:30:4

Se impresso, para conferência acesse o site: www.jucealal.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

1598242

[Handwritten signatures and marks]



DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705., neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Mauro Ferreira Rodrigues Junior infra-assinado, portador da Carteira de Identidade nº 2005.085 SSP-AL e do CPF/MF nº 052.713.854-18, para fins do disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, Pregão Presencial nº 003/2017 Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL, que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Penedo/AL, 11 de maio de 2017.


Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos - ME

CNPJ: 17.705.246/0001-61

Samuel Mota Mendonça Junior

Sócio Administrador

Rg nº 1598242 - SSP/AL

CPF: 027.185.264-08

Mauro F. Rodrigues Junior

Representante Legal

Rgº 2005.085 SSP/AL

CPF: 052.713.854-18



DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada /PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017



DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal o Senhor Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador do Registro Geral nº. 2005.085 ssp-al e CPF/MF nº 052.713.84-18, DECLARA, para efeitos do Pregão Presencial nº 003/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL e para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 e disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos).

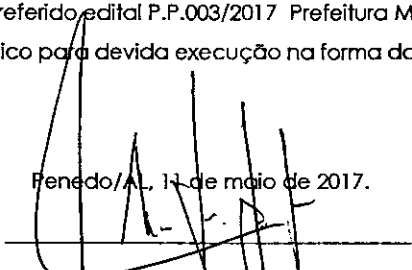
Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE TEMPO FUNÇÃO MERCANTIL E ESTRUTURA E SUPORTE TECNICO.

A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, por intermédio de seu representante legal o Senhor Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador do Registro Geral nº. 2005.085 ssp-al e CPF nº 052.713.854-18, DECLARA, que exerce o serviço compatível com termo de referencia do anexo do referido edital P.P.003/2017 Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL e possui estrutura e suporte técnico para devida execução na forma da lei.

Penedo/AL, 11 de maio de 2017.


Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos – ME
CNPJ: 17.705.246/0001-61
Samuel Mota Mendonça Junior
Sócio Administrador
Rg nº 1598242 – SSP/AL
CPF: 027.185.264-08
Mauro F. Rodrigues Junior
Representante Legal
Rgº 2005.085 SSP/AL
CPF: 052.713.854-18



CREDENCIAMENTO

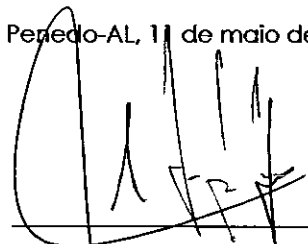
À Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema- Al

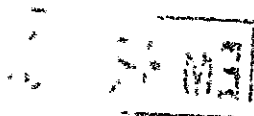
Pregoeiro e Comissão Permanente de Julgamento e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada /PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017 Registro de preços para aquisição de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema**.

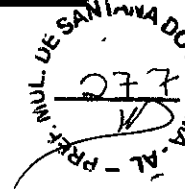
A empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME, com CNPJ sob o nº 17.705.246/0001-61, neste ato representado pelo Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à Mauro Ferreira Rodrigues Junior, portador da cédula de identidade RG 2005.085-ssp-al, e inscrito no CPF sob o nº 052.713.854-18 com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema- Al, na licitação [Pregão Presencial] nº 03/2017, podendo assim, formular, negociar preços, fazer lances, recorrer, renunciar, interpor recurso, retirar cópias, propor seu credenciamento, atuar em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Penedo-AL, 11 de maio de 2017.



Outorgante

Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos – ME
CNPJ: 17.705.246/0001-61
Samuel Mota Mendonça Junior
Sócio Administrador
Rg nº 1598242 – SSP/AL
CPF: 027.185.264-08
Mauro F. Rodrigues Junior
Representante Legal
Rgº 2005.085 SSP/AL
CPF: 052.713.854-18



IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL
CNPJ 08.418.303/0004-83 INSC 240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131
EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO VII
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-SRP-2ª
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

FICHA DE CREDENCIAMENTO

DADOS DO LICITANTE

RAZÃO SOCIAL: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA CNPJ: 08.418.303/0004-83

ENDEREÇO COMPLETO: RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149/DOMINGOS ACÁCIO/
SANTANA DO IPANEMA - ALAGOAS

FONE(S): (82)3621-8131/3621-1284 EMAIL(S): grupojotapinto@hotmail.com

PESSOA P/ CONTATO: IURY PINTO E SILVA

CARGO/FUNÇÃO: SÓCIO ADMINISTRADOR

DADOS DO REPRESENTANTE

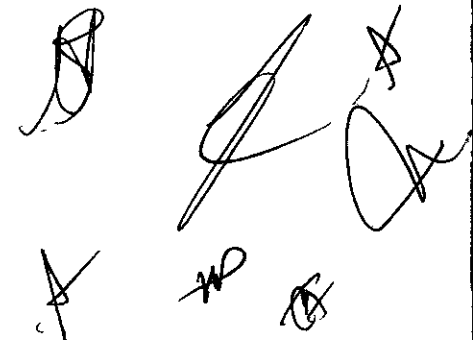
NOME COMPLETO: IURY PINTO E SILVA

CARGO/FUNÇÃO: SÓCIO ADMINISTRADOR RG: 910.934 SSP AL CPF:
677.659.714-68

CELULAR(ES): (82)99619-9722 EMAIL(S): grupojotapinto@hotmail.com

Santana do Ipanema, Alagoas 11 de Maio de 2017.


Iury Pinto e Silva
CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL



COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Razão Social: IRMÃOS JOTA PINTO E CIA LTDA
Nome Fantasia: JOTA PINTO GÁS CNPJ Nº: 08.418.303/0004-83
Endereço: RUA JOSÉ TEODÓSIO, 199, DOMINGOS ACÁCIO
Fone(s)/Fax: (82) 3621-8131 E-mail: grupojotapinto@hotmail.com
Contato: JURY PINTO Celular(es) contato: (82) 99619-9722

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: S. DO IPANEMA, 02 de MAIO, 2017

Assinatura

Obs: Preenchimento com "letra de forma"

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. Sª preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à **Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL**, através do e-mail: **santanadolpanemacplal@outlook.com**.

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

CARTÓRIO DE SANTANA DO IPANEMA

ACTO DE SOCIEDADE: POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA FIRMA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA.

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social, José Pinto de Araújo, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado na Av. Martins Vieira nº: 415, no bairro do monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, portador da Carteira de Identidade nº: 80.816-AL, inscrito no Ministério da Fazenda com Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº: 004.570.784-72, Zélia Silva de Araújo, brasileira, casada, funcionária Pública Estadual, residente e domiciliada na Av. Martins Vieira, nº: 415, no bairro do monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, portadora da Carteira de Identidade nº: 106.379-AL, inscrita no Ministério da Fazenda com Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº: 004.570.784-72, e José Pinto de Assis, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Sebastião Pereira de Bastos, nº: s/n, no bairro do monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, portador da Carteira de Identidade nº: 75.677-AL, inscrito no Ministério da Fazenda com Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº: 007.773.584-68, e Laura Maria Chagas de Assis, brasileira, casada, funcionária Pública Estadual, residente e domiciliada na Rua Sebastião Pereira de Bastos, nº: s/n, no bairro do monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, portadora da Carteira de Identidade nº: 85.510-AL, inscrita no Ministério da Fazenda com Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº: 007.773.584-68, resolvem, em comum acordo, constituir uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, nos termos do Decreto-Lei nº: 3.708, de 10.01.1919, que se regerá pelas cláusulas seguintes e, nos casos omissos, segundo os princípios e regras estabelecidas pelas Leis Comerciais vigentes:

PRIMEIRA CLÁUSULA: Denominar-se-á IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA. a Sociedade que se fundam os quotistas acima qualificados, que terá sua sede e Rua Domingos Acácio, nº: s/n, no bairro Domingos Acácio, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, suas filiais: Av. Dr. Arsenio Moreira, nº: 420, no bairro do monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, Rua Panócio, nº: 1219, no bairro da campanga, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas e Rua Domingos Acácio, nº: s/n, no bairro Domingos Acácio, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas, com prazo indeterminado, ficando limitada a responsabilidade dos Sócios, a importância total do Capital Social.

SEGUNDA CLÁUSULA: A Sociedade tem por objetivo principal, O Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, (Combustíveis e Lubrificantes), Alcool Hidratado, em sua Matriz, situada na Rua Domingos Acácio, s/n, no bairro Domingos Acácio, em Santana do Ipanema, Estado de Alagoas e em suas filiais ora constituídas, conforme primeira cláusula, O Comércio Varejista de Combustíveis e lubrificantes (Derivados de Petróleo), Alcool Hidratado, exclusivo gas liquefeito de Petróleo, salve na filial da Rua Domingos Acácio, s/n, no bairro Domingos Acácio, nesta cidade, que terá gas liquefeito de Petróleo e Comércio Alcool de C.A.L., com compras e vendas, podendo ainda dedicar-se a outras atividades comerciais e ou industriais, abrir filiais, agências e depósitos em qualquer parte do território Nacional.

TERCEIRA CLÁUSULA: O Capital Social é de Cr\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Cruzeiros), assim distribuídos: José Pinto de Araújo, subscreve a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Cruzeiros), dividido em 1.000.000 (Um milhão) de quotas de Cr\$1,00 (Um cruzeiro), cada uma; Zélia Silva de Araújo, subscreve a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros), dividido em 500.000 (quinhentas mil) de quotas de Cr\$1,00 (Um cruzeiro), cada uma; José Pinto de Assis, subscreve a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Cruzeiros), dividido em 1.000.000 (Um milhão) de quotas de Cr\$1,00 (Um cruzeiro), cada uma; Laura Maria Chagas de Assis, subscreve a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), dividido em 500.000 (Quinhentas mil) de quotas de Cr\$1,00 (Um cruzeiro), cada uma, estas quotas podem

CONFERE O ORIGINAL

EM: 11/05/2017. Cartão parcialmente entre si,

SERVIDOR RESPONSÁVEL

MULHER SANTANA DO

CONSTITUIÇÃO DA FIRMA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA.

12. Integralização das fls. 01 - porém, a pessoas estranhas somente quando obtiver a sua respectiva autorização expressa do outro sócio.

13. QUARTA CLÁUSULA: A integralização das quotas acima especificadas serão feitas das seguintes maneiras: José Pinto de Araújo, sócio Gerente, integraliza a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros), em moeda corrente no País, no ato da constituição desta Sociedade; Zélia Silva de Araújo, sócia quotista, integraliza a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), em moeda corrente no País, no ato da constituição desta Sociedade; José Pinto de Assis, sócio Gerente, integraliza a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Cruzeiros), em moeda corrente no País, no ato da constituição desta Sociedade; e Laura Maria Chagas de Assis, sócia quotista, integraliza a importância de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), em moeda corrente no País, no ato da constituição desta Sociedade.

14. QUINTA CLÁUSULA: A Sociedade será administrada pelos sócios Gerentes, José Pinto de Araújo e José Pinto de Assis já qualificados os quais poderão representar a Sociedade Ativa e Passivamente, em Juízo ou fora dele, assinando individualmente, acrescido da expressão: Sócio-Gerente ou nome Social.

15. SEXTA CLÁUSULA: As sócias quotistas: Zélia Silva de Araújo e Laura Maria Chagas de Assis, não administrarão a presente Sociedade, nem exercerão a função de gerência, participando apenas dos lucros ou prejuízos, consequentemente não terão retiradas pró-labore, nesta Sociedade.

16. SÉTIMA CLÁUSULA: Fica esclarecido que o uso da firma em Avals, fianças, endossos e semelhantes, a favor de terceiros ou de quaisquer outras operações não poderá ser feito, mesmo constando em ocorrências da Sociedade.

17. OITAVA CLÁUSULA: Para manutenção particular, os sócios Gerentes, já qualificados, retirarão a importância até o limite estabelecido pelas leis do Imposto de Renda, as retiradas pró-labore, serão lançadas a título de DESPESAS OPERACIONAIS: Despesas de Administração: Retiradas, nesta Sociedade.

18. NONA CLÁUSULA: Os sócios-Gerentes ficam isentos de caução, conforme consagra o Art. 12º do Decreto nº 3.708 de 20 de Janeiro de 1919.

19. DÉCIMA CLÁUSULA: A responsabilidade dos sócios, é limitada, quanto a importância total do Capital Social, e quota de cada um.

20. DÉCIMA PRIMEIRA CLÁUSULA: A nenhum título podem os sócios-gerentes ocupar-se de negócios alheios à Sociedade, salvo consentimento mútuo.

21. DÉCIMA SEGUNDA CLÁUSULA: Os Balanços definitivos serão dados anualmente, aos 31 (Trinta e Um) dias do mês de Dezembro e antes de partilhados os lucros pelos sócios, deduzir-se-á a quota de 3% (Três por cento), a título de Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme consagra o Art. 166, do Regulamento do Imposto de Renda, de conformidade c/o Art. 167, §§ 1º, 2º, 3º, letras a e b. O lucro líquido poderá ser acumulado na rubrica LUCROS EM RESERVA ou distribuídos proporcionalmente ao capital de cada um.

22. DÉCIMA TERCEIRA CLÁUSULA: No caso de dissolução da Sociedade, os sócios permanentes que sucederem, indenizarão o retirante pelo seu Capital, Lucros e outros créditos, nas seguintes bases: 10% (Dez por cento), à vista e o restante em nove (09) pagamentos de igual valor, devidamente cobertos por notas promissórias do aceite dos sócios permanentes ou sucessores, vencíveis trimestralmente, sendo a primeira após cento e vinte (120) dias da retirada do sócio indenizado e as demais, sucedendo-se umas das outras com a diferença de 20 (vinte) dias.

23. QUARTA CLÁUSULA: No caso de um dos sócios querer deixar a Sociedade, deve comunicar por escrito aos demais sócios, no mínimo (06) dias antes.

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/09/2007

Assinatura Geral,

SERVIDOR RESPONSÁVEL

ARTIGO 10 PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA FIRMA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA.

"Continuação das fls:02".- para que tenha direito à sua indenização dentro dos prazos estipulados na cláusula anterior. Não avisando, os sócios permanecem ou sucessores poderão iniciar a indenização até seis (06) meses após o desligamento do sócio retirante. Neste caso, os pagamentos serão cobertos por dez (10) notas promissórias de igual valor, do aceite dos sócios permanecendo ou seus sucessores, vencendo-se a segunda e demais com intervalos de cento e vinte (120) dias.

CLÁUSULA: No caso de falecimento de um dos sócios, os sócios sobreviventes indenizarão aos herdeiros do falecido, pelo Capital, Lucros e créditos existentes, nesta Sociedade, na época, do seguinte modo: 30% (Trinta por cento), após o óbito, mediante recibo assinado pelo beneficiário ou tutor quando se tratar de menores. Quanto a parte restante, será coberta por 10 (dez) notas promissórias de igual valor, vencíveis com o espaço de noventa (90) dias de uma para outra, sendo que a primeira terá o seu vencimento 100 (Cento e Carenta) dias após o óbito, todas vencendo juros de Lei, que serão pagos mensalmente, mediante recibo, assinado pelo beneficiário ou tutor, quando se tratar de menores. Se o óbito se verificar no primeiro semestre do exercício Comercial, o Balanço Geral anterior, servirá de base para as indenizações dos herdeiros do sócio falecido. Se porém, o óbito se verificar no segundo semestre, nesse caso, servirá de base para as indenizações o próximo Balanço Geral a se realizar no dia 31 (Trinta e Um) de Dezembro do exercício Comercial desta Sociedade que se verificar o óbito. No caso dos sobreviventes, sócio ou firma sucessora preferir antecipar o resgateamento da indenização, poderá fazê-lo independentemente de consultas aos herdeiros ou beneficiários.

CLÁUSULA: Dos Lucros Líquidos, serão distribuídos, antes de partilhados com os sócios ou colocados na rubrica: LUCROS EM SUSPENSO, com o fim de ser pagos empregados indistintamente, com base nos termos do Art. 396 do Regulamento da Previdência Social, conforme Portaria nº: SPS-199, de 06 de Novembro de 1973, publicada no Diário Oficial da União nº: 216, em 12.11.73 (Seção I-parte I) pag. 11.543, o percentual de 30% (Trinta por cento) e ou até o limite determinado pelas Leis do Imposto de Renda, sendo o segundo critério ou ambos aplicados a juízo dos sócios ou cotistas, porém nunca ultrapassando a faixa de isenção determinado por Lei.

DÉCIMA SÉTIMA CLÁUSULA: As dúvidas e contestações que se suscitarem entre os sócios, serão decididas por dois árbitros de livre e comum escolha dos mesmos sócios.

Se a decisão for unânime, os interessados a ela submeter-se-ão; se porém discordante, escolherão terceiro árbitro, que se mediará numa das opiniões, conformando-se o dito interessado com a decisão final.

E, por estarem de pleno acordo e acharem as cláusulas justas e perfeitas, lavram este instrumento de Constituição de Sociedade por quotas de Responsabilidade, limitada, sob a denominação de "IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA", em cinco (05) vias de igual teor, na presença de duas (02) testemunhas abaixo que também o assinam a fim de que produza os seus jurídicos efeitos. Ficam arquivadas na 1ª JUNTA COMERCIAL do Estado de Alagoas, as vias exigidas por Lei e as demais vias depois de anotadas, na forma da Lei, serão devolvidas para uso da Sociedade e dos Sócios.

Santana do Ipanema, 10 de Março de 1981.

José Pinto de Araújo, assinando *[assinatura]*
José Pinto de Araújo - Sócio-Gerente.

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

"CONTINUAÇÃO DAS FLS:03 (TRÊS)".

282
BANCA DO
Tribunal de Santa Ana do

CONSTITUIÇÃO DA FIRMA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA.

"Continuação do fls: 03".-

José Pinto de Araújo, assinará José Pinto de Araújo
Irmãos Jota Pinto & Cia. Ltda.

José Pinto de Assis, assinará José Pinto de Assis
José Pinto de Assis - Sócio-Gerente

José Pinto de Assis, assinará José Pinto de Assis
Irmãos Jota Pinto & Cia. Ltda.

Zelia Silva de Araújo
Zelia Silva de Araújo - Sócia Quotista

Laura Maria Chagas de Assis
Laura Maria Chagas de Assis - Sócia Quotista

ASSISTENTES:

Hamilton Silva Melo
Hamilton Silva Melo

Galvão Aquino Barros
Galvão Aquino Barros

Dr. Wilson de Oliveira
Advogado
Rua ... 1210 - CEP 14120-000

Certifico que o pedido de arquivamento deste documento
foi ... em 01 de 04
do 20002285-0
Manoel P. Gomes
Escritário - Geral

SECRETARIA
Jota

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2007
SERVIDOR RESPONSÁVEL

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Fotocópia de Processo

Documento Emitido pela Internet

Dados da Empresa

Nome Empresarial

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

NIRE

20160022850

Último Arquivamento

Numero

20160098572

Data

18/05/2016

Numero Protocolo



170056023

Local, Data

Maceió, terça-feira, 14 de março de 2017

Edvaldo Maiorano de Lima

EDVALDO MAIORANO DE LIMA

Secretário(a) Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

14/03/2017

Hora de Expedição

11:42:02

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PRF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA
284

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE "IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA"

JOSÉ PINTO DE ARAÚJO, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador do CPF sob nº 004.570.784-72 e Cédula de Identidade RG nº 80.816-SSP/AL., residente na Av. Martins Vieira, 415 - Monumento - Santana do Ipanema/AL., Cep. 57500-000.

IRIS SILVA DE ARAÚJO, brasileira, casada com regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portadora do CPF sob nº 723.870.174-04 e R.G. sob nº 782.178-SSP/AL, residente na Av. Dr. Antonio Gouvêa, 775 - Apto. 604 - Pajuçara - Maceió/AL, Cep. 57030-170.

* **ISIS SILVA DE ARAUJO**, brasileira, divorciada, comerciante, portadora do CPF sob nº 739.718.474-04 e R.G. sob nº 695.669-SSP/AL residente na Av. Dr. Antonio Gouvêa, 775 - Apto. 804 - Pajuçara - Maceió/AL, Cep. 57030-170.

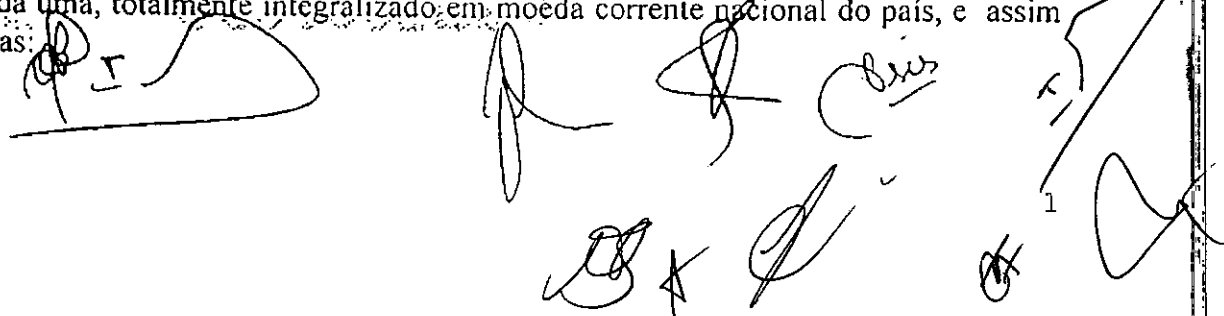
ILKA SILVA DE ARAÚJO, brasileira, casada com regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portadora do CPF nº 019.931.054-84 e R.G. sob nº 1.347.322-SSP/AL., residente na Av. Dr. Antonio Gouvêa, 775 - Apto. 604 - Pajuçara - Maceió/AL., Cep. 57030-170.

IBN PINTO E SILVA, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador do CPF sob nº 505.617.744-04 e Cédula de Identidade RG sob nº 686.019-SSP/AL., residente à Rua Padre Jefferson de Carvalho, 576 - Alto do Cruzeiro - Arapiraca/AL., Cep. 57312-480.

IURY PINTO E SILVA, brasileiro, viúvo, comerciante, portador do CPF sob nº 677.659.714-68 e Cédula de Identidade RG sob nº 910.934-SSP/AL., residente na Av. Martins Vieira, 415 - Monumento - Santana do Ipanema/AL, Cep. 57500-000., únicos sócios da empresa **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA.**, com sede à Rua Domingos Acácio 144 - Bairro Domingos Acácio - Santana do Ipanema/AL., Cep. 57500-000, com seu Contrato Social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Alagoas sob nº 272.0002285-0 e inscrita no CNPJ nº 08.418.303/0001-30, resolvem de comum acordo promover a alteração contratual, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O capital social que é R\$ R\$ 1.124.714,00 (um milhão, cento e vinte e quatro mil e setecentos e quatorze reais), , dividido em 1.124.714 (um milhão, cento e vinte e quatro mil e setecentos e quatorze) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional do país, será elevado para R\$ 4.124.700,00 (quatro milhões, cento e vinte quatro mil e setecentos reais), dividido em 4.124.700 (quatro milhões, cento e vinte quatro mil e setecentas) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional do país, e assim subscritas:





APR 2 2007

JUCSAL Nº 276.001.0054.8 *

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2206-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10779310/0001-40 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Alcides
ALCIDES DE OLIVEIRA DOS SANTOS CAVALCANTE

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido. Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo.

[Handwritten signatures and marks]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE "IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA"

Continuação

JOSÉ PINTO DE ARAUJO	2.144.844	2.144.844,00
IBN PINTO E SILVA ✓	659.952	659.952,00
IURY PINTO E SILVA ✓	453.717	453.717,00
ILKA SILVA DE ARAÚJO ✓	288.729	288.729,00
IRIS SILVA DE ARAÚJO ✓	288.729	288.729,00
ISIS SILVA DE ARAÚJO ✓	288.729	288.729,00
TOTAL	4.124.700	4.124.700,00

§ 1º - As novas cotas subscritas são integralizadas neste ato, proporcionalmente a cada sócio, pelo aproveitamento: R\$ 2.999.986,00 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais) dos LUCROS ACUMULADOS, na forma da legislação em vigor.

§ 2º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAÚSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato de constituição e alterações posteriores não alteradas neste ato continuam em pleno vigor.

E, por estarem assim, justo e acordados assinam o presente contrato social em 03 vias de igual teor e forma, ficando 01 via arquivada na Junta Comercial do Estado de Alagoas.

Santana do Ipanema AL, 26 de dezembro de 2006

JOSÉ PINTO DE ARAUJO
SÓCIO ADMINISTRADOR

IBN PINTO E SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR

IURY PINTO E SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR

ISIS SILVA DE ARAUJO
SÓCIA

IRIS SILVA DE ARAUJO
SÓCIA

ILKA SILVA DE ARAUJO
SÓCIA

287
AL - P
PREFEITURA DE SANITARIA DO INHAMA

APR 2 2007

JUCRAL Nº 276.00100548 ★
REG. 809

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

13/04/07
ALICE DE CASSIA SANTOS CAVALCANTI

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 02/04/2007
SOS Nº: 27600100548
Protocolo: 06/033895-4
Empresas: 27 2 0002285 0
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
ALICE DE CASSIA SANTOS CAVALCANTI
SECRETARIO-GERAL

EM

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



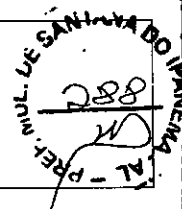
Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



Governo do Estado de Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Via Única

Documento Emitido pela Junta Comercial do Estado de Alagoas

Dados da Empresa

Nome Empresarial

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

NIRE

27022850

Último Arquivamento

Numero

20140223312

Data

14/08/2014

Numero Protocolo



140223312

Local, Data

Maceió quarta-feira, 3 de setembro de 2014

af. ju. 15.1.14

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

Dados da Certidão

Data de Expedição

03/09/2014

Hora de Expedição

13:20:54

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Chancela, e informe o número do protocolo.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº. 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



JOSÉ PINTO DE ARAÚJO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador do CPF sob nº 004.570.784-72 e RG. sob nº 80.816 SEDS/AL, residente e domiciliado na Av. Martins Vieira, nº 415, Bairro Monumento, Santana do Ipanema/AL., CEP: 57500-000.

ISIS SILVA DE ARAÚJO, brasileira, divorciada, comerciante, portadora do CPF sob nº 739.718.474-04 e RG. sob nº 695.669 SSP/AL, residente e domiciliada na Avenida Doutor Antonio Gouveia, nº 775, Apto. 804, Pajuçara, Maceió/AL.. CEP: 57030-970.

ILKA SILVA DE ARAÚJO, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portadora do CPF sob nº 019.931.054-84 e RG. sob nº 1.347.322 SSP/AL, residente e domiciliada na Av. Dr. Antonio Gouveia, nº 775, Apto. 604, Pajuçara, Maceió/AL, CEP: 57030-970.

IBN PINTO E SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador do CPF sob nº 505.617.744-04 e RG. sob nº 686.019 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Padre Jéferson de Carvalho, nº 576, Bairro Alto do Cruzeiro, Arapiraca/AL., CEP: 57312-480.

IURY PINTO E SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador do CPF sob nº 677.659.714-68 e RG. sob nº 910.934 SSP/AL, residente e domiciliado na Av. Martins Vieira, nº 415, Bairro Monumento, Santana do Ipanema/AL., CEP: 57500-000.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob o nome empresarial de **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA**, com sede na Rua Domingos Acácio, nº 144, Bairro Domingos Acácio, Santana do Ipanema/AL, CEP: 57500-000, com seu Contrato Social Primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Alagoas, sob o NIRE 272.0002285-0, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 08.418.303/0001-30, resolvem de comum acordo promover a **DÉCIMA QUARTA** alteração contratual, da seguinte forma:

Handwritten signatures and initials, including "Jota", "Iury", and "Carlos Alberto Barros de Araújo".

Junta Comercial do Estado de Alagoas

Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312

Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014

Handwritten signature of Carlos Alberto Barros de Araújo.

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº. 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



CLÁUSULA PRIMEIRA

O OBJETO DA SOCIEDADE É:

- 1) Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes Para Veículos;
- 2) Comércio Varejista de Gás GLP Para Uso Doméstico;
- 3) Comércio Varejista de Peças e Acessórios Para Veículos;
- 4) Comércio Varejista de Loja de Conveniência;
- 5) Comércio Varejista de Água Mineral;
- 6) Comércio Varejista de Bebidas Alcoólicas e Não Alcoólicas;
- 7) Comércio Varejista de Cigarros.

O OBJETO DA SOCIEDADE PASSARÁ A SER:

- 1) Comércio Varejista de Combustíveis Para Veículos Automotores;
- 2) Comércio Varejista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP);
- 3) Comércio a Varejo de Peças e Acessórios Novos Para Veículos Automotores;
- 4) Comércio Varejista de Mercadorias em Lojas de Conveniência;
- 5) Comércio Varejista de Bebidas;
- 6) Tabacaria;
- 7) Comércio a Varejo de Pneumáticos e Câmaras-de-ar.

CLÁUSULA SEGUNDA

Retira-se da sociedade **ISIS SILVA DE ARAÚJO**, já qualificada no preâmbulo dessa alteração, detentora de 288.729 (Duzentas e oitenta e oito mil e setecentas e vinte e nove) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 288.729,00 (Duzentos e oitenta e oito mil e setecentas e vinte e nove reais), cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas para o sócio **IURY PINTO E SILVA**.

Junta Comercial do Estado de Alagoas

Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312

Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral

[Handwritten signatures and initials]



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº: 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



CLÁUSULA TERCEIRA

Retira-se da sociedade ILKA SILVA DE ARAÚJO, já qualificada no preâmbulo dessa alteração, detentora de 288.729 (Duzentas e oitenta e oito mil e setecentas e vinte e nove) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 288.729,00 (Duzentos e oitenta e oito mil e setecentas e vinte e nove reais), cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas para o sócio IURY PINTO E SILVA.

CLÁUSULA QUARTA

Retira-se da sociedade IBN PINTO E SILVA, já qualificado no preâmbulo dessa alteração, detentor de 659.952 (Seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e duas) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 659.952,00 (Seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais), cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas para o sócio IURY PINTO E SILVA.

CLÁUSULA QUINTA

O sócio JOSÉ PINTO DE ARAÚJO detentor de 2.433.573 (Dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentas e setenta e três) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, equivalente a R\$ 2.433.573,00 (Dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentas e setenta e três reais), transfere neste ato, parte de suas cotas de capital para o sócio IURY PINTO E SILVA, a quantia de 2.021.103 (Dois milhões e vinte e um mil e cento e três) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, equivalente a R\$ 2.021.103,00 (dois milhões e vinte e um mil e cento e três reais), reduzindo desta forma as suas cotas de capital para 412.470 (Quatrocentos e doze mil, quatrocentos e setenta) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 412.470,00 (Quatrocentos e doze mil, quatrocentos e setenta reais).

Junta Comercial do Estado de Alagoas

Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312
Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014

Carlos Alberto Barros de Araújo

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº. 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



Parágrafo Primeiro: Os sócios já qualificados anteriormente, que se retiram da sociedade, declaram terem recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhe geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA SEXTA

O Capital Social da empresa IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA., é de R\$ 4.124.700,00 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil e setecentos reais), dividido e representado por 4.124.700 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil e setecentas) cotas, todas com valor de R\$ 1,00 (um real) cada, após a cessão e transferência, ficarão distribuídas aos sócios da seguinte forma:

Sócios	Cotas	Valor/cota	Valor Total	%
JOSÉ PINTO DE ARAÚJO	412.470	R\$ 1,00	R\$ 412.470,00	10
IURY PINTO E SILVA	3.712.230	R\$ 1,00	R\$ 3.712.230,00	90
Total	4.124.700		R\$ 4.124.700,00	100

CLÁUSULA SÉTIMA

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Junta Comercial do Estado de Alagoas

Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312

Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº. 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



CLÁUSULA OITAVA

A administração da sociedade será exercida pelos sócios **JOSÉ PINTO DE ARAÚJO** e **IURY PINTO E SILVA**, a quem competem a administração geral de todas as operações comerciais e administrativas da empresa, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo assinar em conjunto ou separadamente, ficando vedada a concessão de avais em nome da sociedade em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

CLÁUSULA NONA

Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

As cláusulas e condições do Contrato de Constituição e posteriores alterações, não modificadas neste instrumento, continuam em pleno vigor.

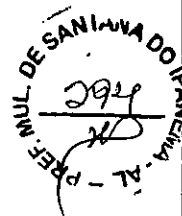
Junta Comercial do Estado de Alagoas
Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312
Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



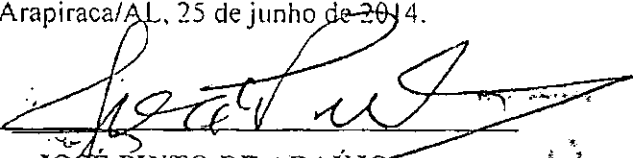
ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE Nº. 14
SOCIEDADE EMPRESÁRIA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA
CNPJ Nº. 08.418.303/0001-30
NIRE: 272.0002285-0



E por estarem justos e contratados, assinam a presente alteração contratual em 01 (uma) via, destinando-se ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza efeitos legais.

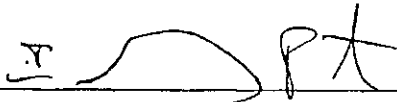
Arapiraca/AL, 25 de junho de 2014.

2º OFÍCIO
PROTESTO


JOSÉ PINTO DE ARAÚJO

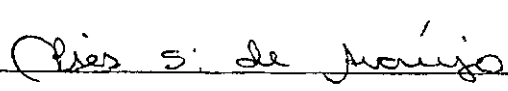
Sócio Administrador

2º OFÍCIO
PROTESTO


IURY PINTO E SILVA

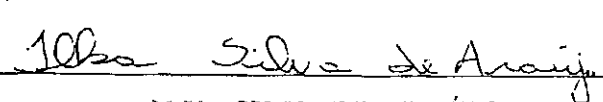
Sócio Administrador

2º OFÍCIO
PROTESTO


ISIS SILVA DE ARAÚJO

Sócia Retirante

2º OFÍCIO
PROTESTO


ILKA SILVA DE ARAÚJO

Sócia Retirante

2º OFÍCIO
PROTESTO


IBN PINTO E SILVA

Sócio Retirante

Junta Comercial do Estado de Alagoas

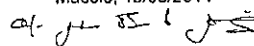
Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob Nº 20140223312

Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022850

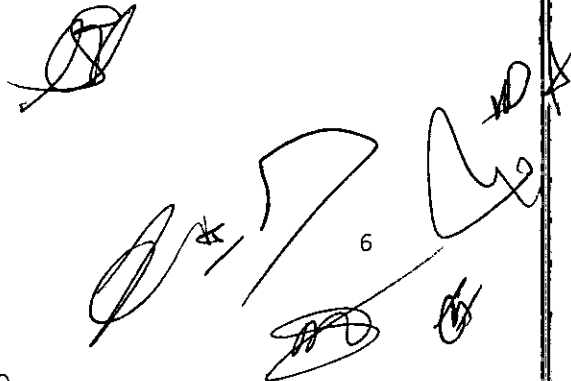
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDCB63

Maceió, 15/08/2014



CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral





RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jose Pinto de Araujo
... dou fe.

05 AGO. 2014

Em res. [assinatura]

☒ Tabelião ☐ Escrevente



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Bel. José Geraldo Farias
Tabelião
CPF: 007.505.064-15

RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jose Pinto e Silva
... dou fe.

05 AGO. 2014

Em res. [assinatura]

☒ Tabelião ☐ Escrevente



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Bel. José Geraldo Farias
Tabelião
CPF: 007.505.064-15

RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jose Silva de Araujo
... dou fe.

05 AGO. 2014

Em res. [assinatura]

☒ Tabelião ☐ Escrevente



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Bel. José Geraldo Farias
Tabelião
CPF: 007.505.064-15

RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jose Silva de Araujo
... dou fe.

05 AGO. 2014

Em res. [assinatura]

☒ Tabelião ☐ Escrevente



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Bel. José Geraldo Farias
Tabelião
CPF: 007.505.064-15

RECONHECIMENTO

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
Jose Pinto e Silva
... dou fe.

05 AGO. 2014

Em res. [assinatura]

☒ Tabelião ☐ Escrevente



Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos
Bel. José Geraldo Farias
Tabelião
CPF: 007.505.064-15

Certifico o Registro em 14/08/2014 Sob N° 20140223312
Protocolo : 140223312 de 21/07/2014 NIRE: 27200022690
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
Chancela : 7D4C3E83F16DBEA93F0F1639CB265DC090FDC0B63

Maceió, 15/08/2014

CARLOS ALBERTO BARROS DE ARAÚJO
Secretário(a) Geral



296
AL - PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

JURY PINTO E SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
518834 SSP AL

CPF: 677.688.714-08 DATA NASCIMENTO: 24/02/1976

Próximo:
JOSE PINTO DE ARAUJO
KEILA SILVA DE ARAUJO

Carteira: 00528460222 VALOR: 07/08/2015 EXPIRAÇÃO: 08/08/2020

Observações:

LOCAL: **MACIO, ALAGOAS** DATA EMISSÃO: 15/02/2017

ALAGOAS
DENATRAN

1417678864

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

2017.05.11

[Handwritten signatures and initials]



IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL
CNPJ 08.418.303/0004-83 INSC240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131
EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO V

DECLARAÇÃO ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-SRP - 2ª
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

A empresa IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado. Com inscrição no CNPJ sob o nº 08.418.303/0004-83, situada na Rua José Teodósio, 149, Bairro: Domingos Acácio - Santana do Ipanema-AL, por intermédio de seu representante legal o Srº Iury Pinto e Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº 910934 SSP/AL e do CPF nº 677.659.714-68, abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 02 - Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII. Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2017-SRP-2ª do Município de Santana do Ipanema/AL.

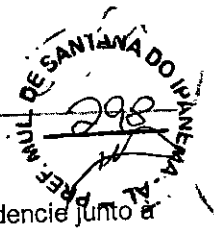
Santana do Ipanema, Alagoas 11 de maio de 2017.

Iury Pinto e Silva
CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.098.346/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/10/2007
NOME EMPRESARIAL DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARMAZEM KI BARATO		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV GOVERNADOR AFRANIO LAGES	NÚMERO 817	COMPLEMENTO
CEP 57.420-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BATALHA
UF AL	ENDEREÇO ELETRÔNICO JT.CONTABILIDADE @BOL.COM.BR	TELEFONE (82) 3344-0129 / (82) 3522-6264
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/10/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2017 às 22:01:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
Secretaria do Desenvolvimento da Produção
Departamento Nacional de Registro do Comércio

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) JOSE CLOVES DA SILVA LEITE			
NACIONALIDADE BRASILEIRO		ESTADO CIVIL Solteiro(a)	
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) JOSE LEITE DA SILVA		(mãe) MARIA LUCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 24-12-1979	IDENTIDADE número 3.125.750-0	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 068.611.904-54			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar de Junta Comercial) AL
MUNICÍPIO BATALHA			
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do ESTADO DE ALAGOAS:			
CÓDIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PADRE DANIEL BEZERRA		NÚMERO 712	
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Usar de Junta Comercial) AL
MUNICÍPIO BATALHA		UF AL	PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00		VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS	
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4712-1/00	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ARMAZEM VAREJISTA).		
Atividades secundárias	SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA-AL Reconheço a(s) firma(s) de Jose Cloves da Silva Leite Batalha, 27 de Agosto de 2007 Em test. da V. [Assinatura] O Notário.		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assalante/gerente) J. C. DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA			
DATA DA ASSINATURA 22-08-2007	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO JOSE CLOVES DA SILVA LEITE		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.	AUTENTICADO	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/10/2007 SOB Nº: 27101162947 Protocolo: 07/027881-4 J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ALICE DE CASSIA SANTOS CAVALCANT SECRETARIO-GERAL	
CONFERE C/ ORIGINAL EM: 17/10/2007 SERVIDOR RESPONSÁVEL			

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO.

- 1 - Preencher o formulário em quatro vias legíveis, à máquina ou à mão, com letra de forma, sem rasura.
- 2 - Não preencher os campos destinados a uso da Junta Comercial.
- 3 - **ESTADO CIVIL** - Declarar se é solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente ou divorciado.
- 4 - **REGIME DE BENS DO EMPRESÁRIO** - Se o empresário for casado, declarar o regime de bens (comunhão parcial, comunhão universal, participação final nos aqüestos, separação de bens). A alteração do regime de bens depende de autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.
- 5 - **IDENTIDADE** - Indicar o número, a sigla do órgão expedidor e a sigla da respectiva unidade da federação mencionados no documento de identidade. São aceitos como documento de identidade: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se o titular for estrangeiro, é exigida carteira de identidade de estrangeiro, com visto permanente.
- 6 - **EMANCIPADO POR** - Caso o titular seja menor de 18 e maior de 16 anos, emancipado, deverá indicar a forma de emancipação e arquivá-la em separado. São hipóteses de emancipação: casamento; ato judicial; concessão dos pais; colação de grau em curso de ensino superior; exercício de emprego público efetivo; estabelecimento civil ou comercial; ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 7 - **DECLARAÇÃO** (de desimpedimento para exercer atividade empresária e de que não possui outra inscrição de empresário) e **REQUERIMENTO** - Complementar o nome da Junta Comercial.
- 8 - **CÓDIGO DO ATO E DESCRIÇÃO DO ATO** - Preencher com o código e com a descrição do ato que está sendo praticado, conforme tabela abaixo.
- 9 - **CÓDIGO DO EVENTO E DESCRIÇÃO DO EVENTO** - Preencher com o código e com a descrição do evento que está contido no ATO, conforme tabela abaixo.

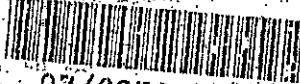
CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
080	INSCRIÇÃO
092	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
022	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
023	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
024	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
025	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
026	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
027	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
028	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
029	ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
030	ALTERAÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
031	EXTINÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
032	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
033	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
034	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
035	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
038	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
048	RETRATIFICAÇÃO
052	REATIVAÇÃO
065	EMANCIPAÇÃO
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
003	EXTINÇÃO
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

EXEMPLO:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

- 10 - **NOME EMPRESARIAL** - Indicar o nome completo ou abreviado do empresário, adotando, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa (apelido ou nome como é mais conhecido) ou gênero de negócio, que deve constar do objeto. Não pode ser abreviado o último sobrenome, nem ser excluído qualquer um dos nomes. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam parentesco.
- 11 - **CÓDIGO DE ATIVIDADE** - Classificação Nacional de atividade principal correspondente em português ao código da atividade principal correspondente em português.
- 12 - **DESCRIÇÃO DO OBJETO** - Descrição do negócio. Na correspondente em português, de forma precisa e detalhada, indicando o gênero e a espécie do negócio, exceto quando não houver termos costumes ou à ordem pública. No caso de filial, vide orientação no Manual de Atos.
- 13 - **DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES** - Data de início das atividades a qual não poderá ser anterior à data da assinatura do Requerimento de Empresário. No caso dos eventos 029, 037 e 039, vide orientação no Manual de Atos.
- 14 - **ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO** - Deverá ser aposta a assinatura da firma de acordo com o nome da empresa indicado no campo nome empresarial.
- 15 - **DATA DA ASSINATURA** - Indicar o dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.
- 16 - **ASSINATURA DO EMPRESÁRIO** - A assinatura deve ser a que o empresário, seu representante legal ou procurador usa normalmente para o nome civil.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
ARAPIRACA



07/027831-4

CONFERE O ORIGINAL

EM: 11/05/2018

SERVIDOR RESPONSÁVEL



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101162947		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, com abreviações) JOSE CLOVES DA SILVA LEITE			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) XXXXXXXXXXXXXX		
FILHO DE (pai) JOSE LEITE DA SILVA		(mãe) MARIA LUCIA DA SILVA	
NASCIMENTO EM (data de nascimento) 24/12/1979	IDENTIDADE (número) 31257500	Órgão emissor SSP	UF AL
CPF (número) 068.611.904-54			
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX			
DOMICILIADO NA (LÓGRADUO - rua, av. etc) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO FUNDOS	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CODIGO DO MUNICÍPIO (Use de Junta Comercial) 30
MUNICÍPIO ARAPIRACA			
UF AL			
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CÓDIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 046	DESCRIÇÃO DO EVENTO TRANSFORMAÇÃO
CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CÓDIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME			
LÓGRADUO (rua, av. etc) RUA PADRE DANIEL BEZERRA			NÚMERO 7
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CODIGO DO MUNICÍPIO (Use de Junta Comercial) 40
MUNICÍPIO BATALHA	UF AL	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) Atividade Principal: 4712100 Atividade secundária: XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ARMAZEM VAREJISTA)		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/10/2007	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 09098346000149	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
LÍBRO DA JUNTA COMERCIAL / SE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME			
DATA DA ASSINATURA 11/01/2011	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO JOSE CLOVES DA SILVA LEITE		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE CARLOS ALBERTO BARROS DE ALMEIDA VOCAL - JUCEAL	AUTENTICO JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/02/2011 SOB Nº: 27600161649 Protocolo: 11/006074-1, DE 11/02/2011 Empresa: 27 1 0116294 7 J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO-GERAL		
CONFERE O ORIGINAL EM: 11/05/2012 SERVIDOR RESPONSÁVEL	1582		



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS



11/006074-1

CONFERE COM ORIGINAL

EM: 11/05/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL

5013

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
J. C. DA SILVA LEITE & CIA. LTDA



JOSE CLOVES DA SILVA LEITE, brasileiro, solteiro, nascido em 24/12/1979, empresário, portador do RG sob o nº. 31257500 SSP/AL e do CPF sob o nº. 068.611.904-54, residente e domiciliado na rua Santa Maria, nº. 534 fundos, Centro, Batalha, Alagoas, Empresário **J. C. DA SILVA LEITE ME**, com sede na rua Padre Daniel Bezerra, nº. 7, Centro, Batalha, Alagoas, inscrito na Junta Comercial de Alagoas sob NIRE 27101162947 no CNPJ sob nº. 09.098.346/0001-49, fazendo uso do que permite o § 3º do art. 968 da Lei nº. 10.406/2002, com a redação alterada pelo art.10 da Lei Complementar nº. 128/2008, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admitiu o sócio **ROBSON FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, portador do RG nº. 1.686.512 SSP/AL e do CPF nº. 023.639.634-07, residente e domiciliado na rua Senhor do Bonfim, nº. 262, Centro, Batalha, Alagoas, passando a construir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL** ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:

PRIMEIRA CLAUSULA - DO NOME EMPRESARIAL, SEDE E FILIAIS

A sociedade girará sob o nome empresarial **J C DA SILVA LEITE & CIA. LTDA**, com sede na rua Padre Daniel Bezerra, nº. 7, Centro, Batalha, Alagoas, CEP: 57420-000, e usará a expressão **ARMAZEM KIBARATO** como nome de fantasia, podendo, todavia, estabelecer filiais, em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração contratual por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade terá o seguinte objeto social:

- | |
|--|
| -Comercio Varejista de Mercadorias em Geral, com predominância de Produtos Alimentícios – Armazém Varejista; |
| -Comércio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informática; |
| -Comercio Varejista de Materiais de Construção em Geral. |

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), dividido em 30.000 (Trinta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, sendo subscrito e com integralização pelos sócios como segue:

Sócios	Nº Quotas	Participação (%)	Valor R\$
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE	15.000	50%	15.000,00
ROBSON FERNANDES DA SILVA	15.000	50%	15.000,00
Total	30.000	100%	30.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O ativo e passivo da atividade empresária fica por este ato totalmente absorvido pela sociedade, que se compromete a fazer a guarda, nos prazos legais, de todos os livros e registros provenientes da empresa ora transformada. Como também os documentos da empresa individual **J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME**, ficam sob guarda e responsabilidade do Sr. **JOSE CLOVES DA SILVA LEITE**, portador do CPF 068.611.904-54, residente na Rua Santa Maria, n. 534, fundos, Centro, Batalha, Alagoas.

JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
Robson Fernandes da Silva

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2017
SERVIDOR RESPONSÁVEL

77200496045*

FEB 16 2017

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
J. C. DA SILVA LEITE & CIA. LTDA



CLÁUSULA QUARTA - DAS QUOTAS DA SOCIEDADE

As quotas da sociedade serão indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, no todo ou em parte, sem o consentimento dos demais sócios, aos quais ficam assegurados em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postos à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS QUOTAS DA SOCIEDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração será exercida separadamente pelo sócio **ROBSON FERNANDES DA SILVA**, que assume a responsabilidade e a função de administrador o qual poderá praticar todos os atos de operações referentes à gestão da sociedade dentro dos limites do objeto social, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vetada a concessão de avais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor da empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade constituída.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO, LUCROS E/OU PREJUÍZOS

O exercício social encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sob as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer dos sócios, a quota com relação ao primeiro, não será liquidada, sendo seu valor apurado em balanço especial àquela data. Nas demais hipóteses: poderá a sociedade continuar com seus herdeiros, sucessores e o incapaz, este, desde que legalmente autorizado. O sócio que se retirar será substituído com o ingresso de um novo sócio, desde que conveniente aos demais. O sócio falecido será substituído mediante acordo firmado entre herdeiros e os demais sócios, ou indicado judicialmente. Se interditado será representado ou assistido legalmente. Caso contrário, ou seja, inexistindo interesse de comum acordo na continuidade da empresa, esta será liquidada após apuração em balanço patrimonial, cujo resultado econômico, se positivo, será pago ao sócio que se retirou ou aos herdeiros do falecido em 10 (dez) prestações iguais, no prazo máximo de 10 (dez) meses a contar do encerramento deste, desde que não se crie obstáculo para seu encerramento; se negativo, o sócio que se retirou ou os herdeiros do sócio falecido suportarão nas mesmas proporções. Em nenhuma das hipóteses a sociedade poderá continuar apenas com um sócio por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/2011

SERVIDOR RESPONSÁVEL

JOSUESDASILVALEITE

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
J. C. DA SILVA LEITE & CIA. LTDA



CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE DURAÇÃO
O início da atividade empresarial individual ocorreu em 02/10/2007, e através deste instrumento prosseguirá transformada para sociedade empresaria a partir da data de deferimento do presente instrumento pela Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCELAL), e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESIMPEDIMENTO
O administrador declara sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, de pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO
Fica eleito o Foro da comarca de Batalha, deste Estado de Alagoas, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro Foro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESIGNAÇÃO E ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS
A sociedade poderá designar administradores não sócios, devendo a designação ser aprovada pelos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OMISSÕES
Quando houver omissão de normas específicas regentes de sociedade limitada, supletivamente poderão ser aplicadas às normas em vigor, estabelecidas para as sociedades anônimas.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se 1 (uma) das vias ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Arapiraca, 18 de janeiro de 2011.

JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
Sócio

Robson Fernandes da Silva
ROBSON FERNANDES DA SILVA
Sócio

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2017
SERVIDOR RESPONSÁVEL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/02/2011 SOB Nº: 27200496045
Protocolo: 11/006075-0, DE 11/02/2011
J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA
MIRIAM FERREIRA TABOZA
SECRETÁRIO-GERAL



Página 11

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, Sr. JOSE CLOVES DA SILVA LEITE, brasileiro, solteiro, nascido em 24/12/1979, empresário, portador da cédula de identidade n.º 31257500 SSP- AL, CPF n.º 068.611.904-54, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, n.º 534 - Bairro Centro, cidade de Batalha, CEP 57.420-000 no Estado de Alagoas;

ROBSON FERNANDES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial bens, nascido em 12/08/1978, empresário, portador da carteira de identidade n.º 1.686.512 SSP/AL, e no CPF n.º 023.639.634-07, residente e domiciliado na Rua Danilo de Carvalho Houli, n.º 262- Bairro Centro, cidade de Batalha, CEP 57.420-000 no Estado de Alagoas.

Únicos sócios da empresa: J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME, com sede no Terminal Rodoviário, n.º 34 - bairro Centro - Batalha - AL, CEP - 57.420-000, registrada na Junta Comercial sob o n.º 27200496045, em 16/02/2011 e inscrita no CNPJ sob o n.º 09.098.346/0001-49, resolvem de comum acordo alterar o contrato social, que regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA 1ª - ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL

A sociedade que antes era: J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME, passa neste ato para: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.

CLÁUSULA 2ª - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A Sede da sociedade que era no Terminal Rodoviário, n.º 34 bairro Centro - Batalha - AL, CEP - 57.420-000, fica transferida para Avenida Governador Afrânio Lages, n.º 817, bairro Centro - Batalha - AL, CEP 57.420-000.

JOSÉ CLOVES DASILVE

Robson Fernandes da Silva
Residência dos irmãos Silva

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB N.º 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015



A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site www.facilita.al.gov.br informando o seguinte código de verificação: AL150122357



2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME

CLÁUSULA 3ª - ADMISSÃO DE SÓCIO

E admitida na sociedade: LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 03/10/1977, empresária, portadora da cédula de identidade sob o nº 1.568.727 SSP/AL e CPF nº 029.456.414-45, residente e domiciliada na Rua Danilo de Carvalho Houli, nº 262 - bairro Centro - Batalha - Alagoas - CEP 57420-000.

CLÁUSULA 4ª - RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade: JOSE CLOVES DA SILVA LEITE, já identificado no preâmbulo, deste instrumento, o qual participa no capital da empresa com um montante de 15.000 (quinze mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um capital de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, que cede e transfere para a sócia ora admitida a Sra. LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, 12.000 (doze mil) quotas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e para o sócio ROBSON FERNANDES DA SILVA, 3.000 (três mil) quotas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), dando pela presente pleno, geral e irrevogável quitação de todos os seus direitos.

JOSE CLOVES DASILVA LEITE

CLÁUSULA 5ª - ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objetivo social neste ato passa ser:

Atividade Principal

- Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) - CNAE - 4784-9/00

Atividades Secundárias

- Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar - CNAE - 4649-4/08;

Robson Fernandes da Silva
Luciella dos Santos Silva

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACETÓ, 22/06/2015



2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE **J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME**

- Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - CNAE - 4712-1/00;
- Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática - CNAE - 4751-2/01;
- Comercio varejista de materiais de construção em geral - CNAE - 4744-0/99;
- Comercio varejista de bebidas - CNAE - 4723-7/00;
- Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal - CNAE - 4772-5/00;
- Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação - CNAE - 4789-0/04;

CLÁUSULA 6ª - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e passa neste ato para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, está assim distribuído entre os sócios:

PARÁGRAFO ÚNICO - O sócio ROBSON FERNANDES DA SILVA, possuidor de 50% das quotas de capital, no valor de 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), já integralizadas em moeda corrente do país, adquiriu neste ato 3.000 (três mil) quotas do sócio que ora se retira da sociedade, e no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e passa neste ato a integralizar um montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) perfazendo assim um total de R\$ 108.000 (cento e oito mil) quotas de capital totalmente integralizada em moeda corrente do país no valor nominal de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

JOSÉ CLOVES DA SILVA LEITE

Robson Fernando da Silva
Fernando da Silva

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015



2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR
ROBSON FERNANDES DA SILVA	90	108.000	R\$ 108.000,00
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA	10	12.000	R\$ 12.000,00
TOTAL	100%	120.000	R\$ 120.000,00

CLÁUSULA 7ª - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 8ª - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios: ROBSON FERNANDES DA SILVA e LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, isoladamente ou em conjunto aos quais competem a administração geral de todas as operações comerciais e administrativas da empresa, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vetada a concessão de avais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor da empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade constituída.

CLÁUSULA 9ª - DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

Robson Fernandes da Silva
Luciella dos Santos Silva

JOSÉ CLOVES DA SILVA LEITE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME



Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME

CLÁUSULA 10ª - DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observada as disposições regulamentadas pertinentes.

CLÁUSULA 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Arapiraca, Estado de Alagoas, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

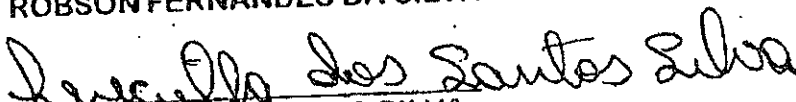
CLÁUSULA 12ª - As demais cláusulas de seu contrato não atingidas por este instrumento, permanece em pleno vigor.

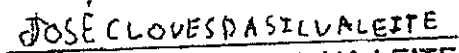
E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em 01 (uma) via única destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Batalha - AL, 09 de Junho de 2015.

Sócios:


ROBSON FERNANDES DA SILVA


LUCIELBA DOS SANTOS SILVA


JOSE CLOVES DA SILVA LEITE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE.

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB N°
20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015



A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade no site
www.facilita.al.gov.br informando o seguinte código de verificação: AL150122357

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ROBBON, FERNANDES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE/ONS. BASTOR/UF
1686512/SSP AL

CPF
023.639.634-07

DAT. NASCIMENTO
12/08/1978

PLACAO
CICERO FERNANDES DA SILVA
LVA
MARIA SALETE DA SILVA

PERMISSÃO
RECONHECIMENTO

ACC
RECONHECIMENTO

CAT. HAB.
AD

N. REGISTRO
0084733089

VALIDADE
11/09/2018

EMISSÃO
07/08/1989

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
MACEIO, ALAGOAS

DATA EMISSÃO
15/09/2014

Assinatura do Diretor Geral
Aza Paula Sacramento Martins Mendes
Diretor Geral do DETRAN

1230794199
AL015045617

DETRAN - AL (ALAGOAS)

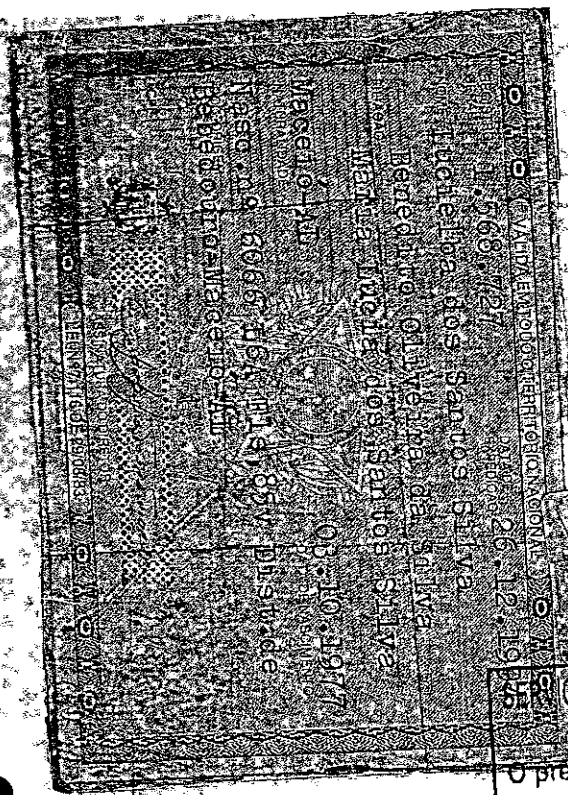
VALIDADE EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
965643728

PROBIO PLASTIFICAR
965643728

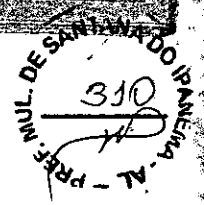
309
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2017

SERVIDOR RESPONSÁVEL



SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA/AL
AUTENTICACÃO
O presente é cópia fiel do original seguinte:
Batalha/AL 30.07.2015
Em Test. ou Verbo _____ O Notário.
Bel Hildebrando Balbino de Melo - Not./Reg./Protesto
Bela Franciane Helten Lopes Melo - Substituta
Inçon Balbino de Melo - Substituto



CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11/05/2015
SERVIDOR RESPONSÁVEL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Batalha - AL

CEP: 57.420-000

Fone: (82) 3531-1575

e-mail: gasaqua@confianca@outlook.com



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Distribuidora de Gás Confiança Ltda., por seu representante legal o Sr. Robson Fernandes da Silva, CPF nº 023.639.634-07 e RG nº 1.686.512 SSP/AL, abaixo assinado, inscrita no CNPJ sob nº 09.098.346/0001-49, com endereço a Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro - Batalha - Alagoas.

OUTORGADO: Marlon Ferreira da Silva, portador dos documentos RG 1.757.290 SSP/AL e CPF: 041.175.114-08, residente e domiciliado a Rua Projetada nº 137, Loteamento São Luís - Batalha - Alagoas.

PODERES: Especiais para representar a Outorgante junto a quaisquer órgãos Municipais, Estaduais e Federais, para adquirir/retirar editais e documentos relacionados a Licitações em qualquer circunstância e na forma da Lei 8.666/93, podendo para tanto; Participar de pregões e/ou outras modalidades, assinar: Atas, Contratos, Proposta de Preços; assim como receber, dar quitação, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos, dar lances verbais relativos à proposta de preços apresentada, assinar quaisquer documentos necessários e/ou indispensáveis relacionados ao acima referenciado e tudo mais de bom e fiel cumprimento do presente mandato pertinente ao certame licitatório. Dando a Outorgante tudo por bom, firme e valioso.

Batalha - AL, 07 de janeiro de 2015.

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/2015

SERVIDOR RESPONSÁVEL

Robson Fernandes da Silva

Robson Fernandes da Silva

CPF: 023.639.634-07

RG: 1.686.512 SSP/AL

Sócio Administrador



SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS BATALHA-AL Ingon Balbino de Melo (Substituto)	RECONHECER <input type="checkbox"/> P/ SEMELHANÇA <input type="checkbox"/> P/ AUTENTICIDADE <input type="checkbox"/>
	A(s) firma(s) de: <u>Robson Fernandes da Silva</u>
	Batalha/AL <u>08 MAR 2015</u>
	Em Teste ou verificação: _____ O Notário.
Bel. Hildebrando Balbino de Melo - Not./Reg./Protesto	
Bela. Franciane Hellen Lopes Melo - Substituta	

SERIE X



MINISTERIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO

20ª CSM
RA XXXXXX

162394-X

NOME
MARLON FERREIRA DA SILVA

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

ADRIANO PINHEIRO DA SILVA

MARIA MONICA FERREIRA DA SILVA

DATASAC NATURALIDADE

22 JUL 1981 BATALHA-AL

EXPEDIDO DO SERVIÇO MILITAR MOORE EM 15 JUL 2001

15/05/2001 ARAPIRACA-AL EM

SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA-AL

AUTENTICAÇÃO

O presente é cópia fiel do original dou fé

Batalha/AL 19 ABR. 2017

Em Testº. ou Verd. O Notário.

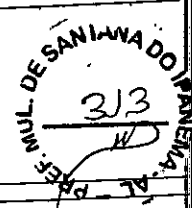
Bel Hildebrando Balbino de Melo - Not./Reg./Protesto
Bela Franciane Helen Lopes Melo - Substituta
Inçon Balbino de Melo - Substituto





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR
Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedades Empresárias, exceto as Anônimas e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME

Natureza Jurídica : 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)
27200496045

C.N.P.J
09098346000149

Data de Arquivamento do Ato
Constitutivo
02/10/2007

Data de Início de Atividades
02/10/2007

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)

AVENIDA GOVERNADOR AFRANIO LAGES, 817, CENTRO, BATALHA - 57420000 - Alagoas

Objeto Social

Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domicilia, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de bebidas, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação,

Capital Social

R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Capital Integralizado

R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Microempresa ou Empresa de
Pequeno Porte
Microempresa

Prazo de Duração
Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE - 06861190454	R\$ 0,00	EMPRESÁRIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
ROBSON FERNANDES DA SILVA - 02363963407	R\$ 0,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
ROBSON FERNANDES DA SILVA - 02363963407	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA - 02945641445	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA - 02945641445	R\$ 0,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXX

Último Arquivamento

Data: 22/06/2015 00:00:00 Número: 20150122357

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

Situação
REGISTRO ATIVO
Status
XXXXXXXXXXXX

Filiais

Empresa não Possui Filiais registradas nesta Junta....

Numero Protocolo



170054705

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 10 de março de 2017

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio.

em sexta-feira, 10 de março de 2017 as 4:29:39

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro Fone: (82) 3531-1575

Batalha - AL CEP: 57.420-000

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

MUL. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

314

10

PREGÃO PRESENCIAL003/2017

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa Distribuidora de Gás Confiança Ltda. - ME, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins de comprovação no Pregão Presencial em epigrafe, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(x) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.

Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal

10

10

10

10

Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414



DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.-ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Batalha - AL

CEP: 57.420-000

Fone: (82) 3531-1575

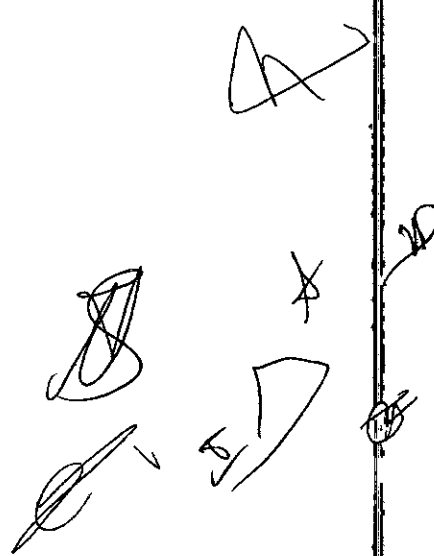
e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Declaramos que cumprimos plenamente com todos os requisitos de habilitação constantes do Edital do Pregão Presencial nº 003/2017 do Município de Santana do Ipanema - AL.

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.


Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal



Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA. - ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro Fone: (82) 3531-1575

Batalha - AL CEP: 57.420-000

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com



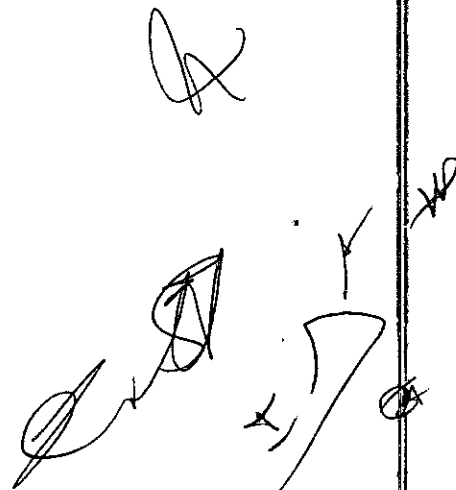
PREGÃO PRESENCIAL003/2017

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO TEOR DO EDITAL

A empresa Distribuidora de Gás Confiança Ltda. - ME, por intermédio de seu representante legal, declara em atendimento ao previsto no Pregão em epígrafe, que conhece e aceita o inteiro Teor Completo do Edital Deste Pregão Presencial, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações desta licitação.

Batalhá - AL, 11 de maio de 2017.


Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal



Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414



DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA. - ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Batalha - AL

CEP: 57.420-000

Fone: (82) 3531-1575

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com



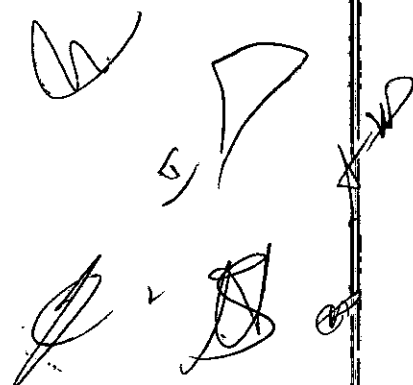
DECLARAÇÃO

A empresa Distribuidora de Gás Confiança Ltda. - ME, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins de comprovação no Pregão Presencial nº 003/2017, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa;

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.

Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PROPOSTA

ADEMIR AQUINO- ME



Proposta de Preço

Santana do Ipanema, 11 de maio de 2017

A:
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL

A/C:
Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Presencial nº 03/2017 – SRP 2ª Chamada

Objetivo: registro de preços para a aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo – GLP com exclusividades de lotes para ME e EPP, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência – Anexo I.

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)								
ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL	
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	unidade	5.000	FRASCALLI	R\$ 5,90	Cinco reais e noventa centavos	R\$ 29.500,00	Vinte e nove mil e quinhentos reais

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

320
AL. FRASCALLI
MUL. DE SANTANA DO PARANÁ

3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	unidade	500	FRASCALLI	R\$ 11,90	Onze reais e noventa centavos	R\$ 5.950,00	Cinco mil e novecentos e cinquenta reais
					TOTAL		R\$ 35.450,00	Trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais

LOTE 04- ÁGUA MINERAL

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 14,90	Catorze reais e noventa centavos	R\$ 14.900,00	Catorze mil e novecentos reais
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 18,90	Dezoito reais e noventa reais	R\$ 18.900,00	Dezoito mil e novecentos reais
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	pacote	500	CRYSTAL	R\$ 13,90	Treze reais e noventa reais	R\$ 6.950,00	Seis mil novecentos e cinquenta reais
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	caixa	500	CRYSTAL	R\$ 44,90	Quarenta e quatro reais e	R\$ 22.450,00	Vinte dois mil quatrocentos e cinquenta

ADEMIR AQUINO- ME

Valor global da proposta – R\$ 98.650,00 (Noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta reais).

1. DECLARAÇÕES DA PROPOSTA:

- .1.1. A licitante DECLARA, expressamente que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de convite e seus anexos.
- .1.2. A licitante DECLARA, que o prazo de entrega dos produtos será conforme o Edital de convocação e seus anexos.
- .1.3. A licitante DECLARA, que a validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de seu recebimento.
- .1.4. A licitante DECLARA que dará garantia total dos bens entregues do objeto deste edital de convocação contra eventuais defeitos de fabricação de acordo com os termos do inciso II do artigo 26 da Lei nº 8.078/90
- .1.5. A licitante DECLARA, que todas as despesas decorrentes da elaboração de sua proposta e participação em todas as etapas do certame correrão por conta da mesma, não lhe cabendo o direito de indenização de qualquer natureza.
- .1.6. A licitante DECLARA que estão incluídas nesta Proposta de Preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação em epigrafe.
- .1.7. A licitante DECLARA, que acatará o pagamento da Administração conforme especificado no Edital de Convocação e seus anexos.
- .1.8. Dados bancários: Banco: 104 – Caixa Econômica Federal, Ag. 0712 – op. 013 – c/c. 270-0

Santana do Ipanema, 11 de maio de 2017

Júlio César de Carvalho Barros

ADEMIR AQUINO – ME

Júlio César de Carvalho Barros

RG 1972082/AL – CPF nº 048.698.464-89

Representante por procuração

ADEMIR AQUINO – ME

CNPJ sob nº 13.736.940/0001-95 CACEAL nº 242.48108-6

Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233 – Box 1 – Monumento – CEP 57500-000

Santana do Ipanema - Alagoas

Envelope nº.1 - Proposta de Preços
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema
Pregão Presencial nº. 03/2017 - SRP - 2ª Chamada

Ademir Aquino - ME

CNPJ nº. 13.736.940/0001-95

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.

SANTANA DO IPANEMA

Confiança
LIQUIGÁS
ENTREGA RÁPIDA
99964.6900
98125.4414

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.-ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49
Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro Fone: (82) 3531-1575
Batalha - AL CEP: 57.420-000
e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

A
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema -AL
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial 003/2017 - Data de Abertura 11/05/2017
Objeto: Registro de preços para aquisição de Água e Gás glp, para atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema

LOTE 1 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E BOTIÃO (Cota Principal)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	1525	Liquigás	R\$ 55,00 cinquenta e cinco reais	R\$ 83.875,00 oitenta e três mil oitocentos e setenta e cinco reais
2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	Liquigás	R\$ 150,00 cento e cinquenta reais	R\$ 30.000,00 trinta mil reais
Total do Lote I						R\$ 113.875,00
Total do Lote (por extenso)						cento e treze mil oitocentos e setenta e cinco reais

LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	475	Liquigás	R\$ 55,00 cinquenta e cinco reais	R\$ 26.125,00 vinte e seis mil cento e vinte e cinco reais
Total do Lote II						R\$ 26.125,00
Total do Lote (por extenso)						vinte e seis mil cento e vinte e cinco reais

LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAÇÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UNID	5000	Águas Claras	R\$ 6,00 seis reais	R\$ 30.000,00 trinta mil reais
2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	Sanplast	R\$ 15,00 quinze reais	R\$ 7.500,00 sete mil e quinhentos reais
Total do Lote III						37.500,00
Total do Lote (por extenso)						trinta e sete mil e quinhentos reais

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	Crystal	R\$ 12,00 doze reais	R\$ 12.000,00 doze mil reais
2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1000	Crystal	R\$ 15,00 quinze reais	R\$ 15.000,00 quinze mil reais
3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	Crystal	R\$ 12,00 doze reais	R\$ 6.000,00 seis mil reais
4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500	Crystal	R\$ 40,00 quarenta reais	R\$ 20.000,00 vinte mil reais
Total do Lote IV						R\$ 53.000,00
Total do Lote (por extenso)						cinquenta e três mil reais
Total Geral dos Lotes						R\$ 230.500,00
Total Geral dos Lotes (por extenso)						duzentos e trinta mil e quinhentos reais

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.

A

Prefeitura Municipal de Major Izidoro - AL

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial 003/2017 - Data de Abertura 24/03/2017

Objeto: Registro de preços para aquisição de Água e Gás glp, para atender às necessidades do Município de Major Izidoro.



DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.-ME

CNPJ: 09.090.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Batalha - AL CEP: 57.420-000

e-mail: gaseaguconfianca@outlook.com

Fone: (82) 3531-1575

Dados para Assinatura do Contrato:

Sócio Responsável: ROBSON FERNANDES DA SILVA

RG:1.686.512 SSP AL - CPF: 023.639.634-07

Rua Juscelino Kubitschek- Centro - Batalha/AL

Estado Civil: Casado

DADOS BANCARIOS:

Banco do Brasil Agência: 0534-7

Conta Corrente: 12.475-3

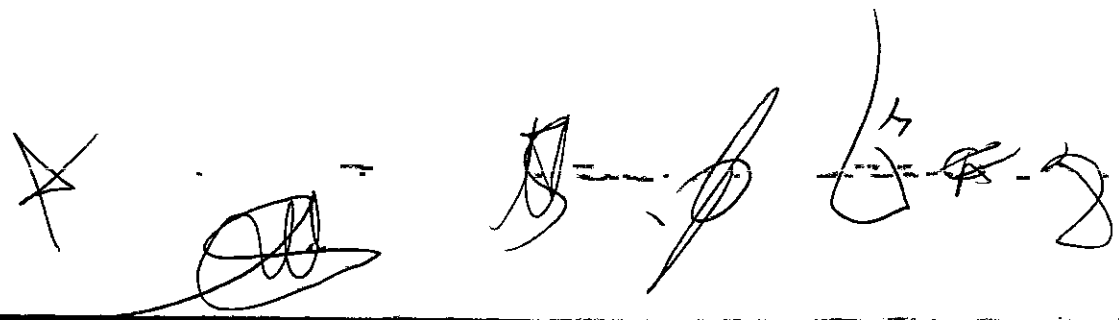
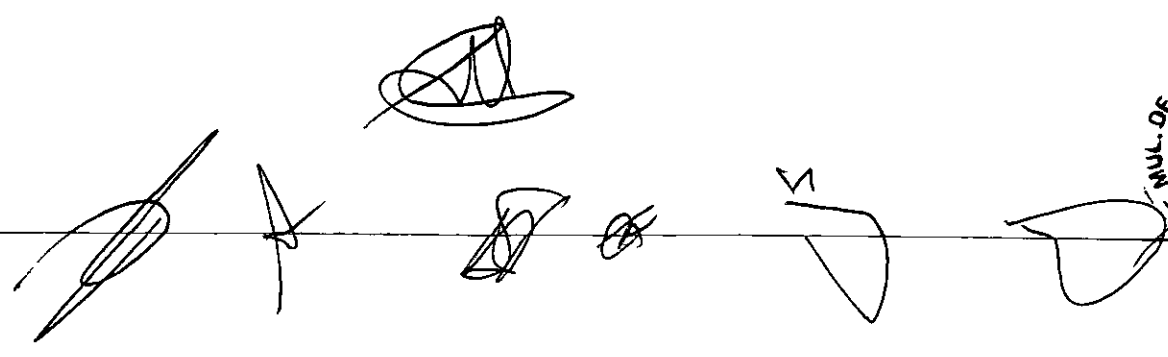
e-mail: distribuidoradegasconfianca@gmail.com

Declaramos que:

- * Em nossos preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;
- * Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;
- * Estamos de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;
- * A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso xv, letra b, da constituição federal;
- * O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;
- * A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da referida proposta.


Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal

MUL. DE SANIWA DU...
326
PR. AL - PR. AL





DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.-ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro
Batalha - AL CEP: 57.420-000

Fone: (82) 3531-1575

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

Envelope Nº 1 (Proposta de Preços)

Município de Santana do Ipanema - AL
Pregão Presencial Nº 003/2017
Data de Abertura: 11/05/2017
Às 09h00min (horário local).



IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL
CNPJ 08.418.303/0004-84 INSC. 240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131
EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO I

ORÇAMENTO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP - 2ª
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

1. OBJETO

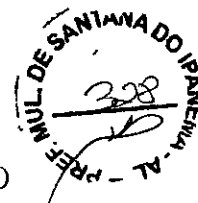
1.1 registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a **Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE Petróleo – GLP E Botijão – COTA PRINCIPAL						
ITEM	Especificação Detalhada do (S) Produto(S)	Unid. De Medida	Quant. Exigida	Marca	Valor unitário	Valor total
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT	UND	1.525 (Hum mil, quinhentos e vinte cinco)	Butano	R\$ 65,00 (Sessenta e cinco reais)	R\$ 99.125,00 (Noventa e nove reais e cento e vinte cinco reais)
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13kg.	UND	200 (Duzentos)	Butano	R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais)	R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais)

R\$ 127.125,00 (CENTO E VINTE SETE MIL, CENTO E VINTE CINCO REAIS).

II- Dados Bancários

A proponente possui conta corrente 7523-X, agência nº0331-X , do BANCO DO BRASIL S/A.



III- Representação Legal.

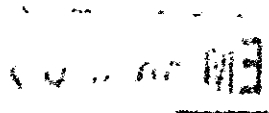
Informamos que o Sr.º Iury Pinto e Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº 910934 SSP/AL e do CPF nº 677.659.714-68, casado, empresário, Residente na Rua Marileide Bulhões, nº 590, Bairro: monumento em Santana do Ipanema/AL é representante legal da empresa, nos termos da cláusula sexta da Alteração contratual nº 14, do Contrato social, podendo firmar contrato com a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema do estado de Alagoas.

IV- DECLARAÇÃO

Declaramos que:

- 1) Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.
- 2) O prazo de validade da nossa proposta é de 60(sessenta) dias, a contar da abertura da licitação;
- 3) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Santana do Ipanema, Alagoas 11 de maio de 2017.



A

Iury Pinto e Silva

CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



ENVELOPE 01

PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 -SRP - 2ª
IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA.
CNPJ: 08.418.303/0004-83



A, Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema -Pe
Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Lajedo-Pe.
Ref: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada /PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

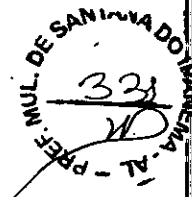
PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME			
CNPJ: 17.705.246/0001-61		INSC. ESTADUAL: 242.81433-6	
INSC. MUNICIPAL: 7405	NOME FANTASIA: SM EMPREENDIMENTOS		FONE: (82) 3551-5813/99604-7804
RUA: PRAÇA LARGO DE FATIMA, 297-SL 201	BAIRRO E MUNICÍPIO: CENTRO - PENEDO		UF: AL
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA DIAS)		Email: mauro_junior00@hotmail.com	
DESPESAS: Nossa proposta de preços foi elaborada considerando todas as despesas diretas, como mão-de-obra direta, equipamentos, materiais, subcontratados etc..., e quaisquer outras despesas indiretas como mão-de-obra indireta, ferramentas, EPI, tributos, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, e outros componentes da Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e seus anexos			
OBJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo - GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP, visando atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema.		DATA: 11 DE MAIO DE 2017	

1. Propõe prestar o serviço a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL, em estrito cumprimento ao previsto no Edital da licitação em epígrafe, produtos e serviços, conforme abaixo discriminado, para o período de 12 (doze) meses, ao tempo em que assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificado;
2. Na prestação dos serviços objeto desta proposta observaremos rigorosamente as especificações técnicas, as condições e os prazos de entrega estabelecidos no edital e em seus respectivos anexos, assumindo desde já a integral responsabilidade pela perfeita execução das obrigações assumidas, que também estão incluindo nos preços unitário e global, todos os custos diretos e indiretos, mão de obra especializada ou não, equipamentos, materiais, ferramentas, encargos trabalhistas, previdenciários, impostos, taxas, e tudo que atender as especificações das normas técnicas exigidas no edital, tanto no lance por escrito e nos lances verbais;
3. O Representante Legal para assinatura dos instrumentos contratuais e afins, serão: Mauro Ferreira Rodrigues Junior, brasileiro, maior, divorciado, Bacharel em Direito, com Rg: 2.005.085 SSP-AL, com CPF sob o nº 052.713.854-18, gerente administrativo, residente e domiciliado no Res. Sam Francisco, 188- Stº Izabel - Penedo-AL. CEP: 57.200-000 ou Sr. Samuel Mota Mendonça Junior, portador da cédula de identidade RG 1598242 SSP-AL, inscrito no CPF sob o nº 027.185.264-08, residente e domiciliado na cidade de Penedo -AL .
4. Dados Bancários: Banco Bradesco S/A ag: 3171-2 c/c: 24627-1

LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)

Item	Descrição do produto	unidade	quantidade	Valor Unit.	Valor Total
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de	UND	# 5.000	R\$ 6,00 (Seis Reais)	R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)



	identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade. (Refresc)				
--	--	--	--	--	--

Item	Descrição do produto	unidade	quantidade	Valor Unit.	Valor Total
3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame. (Refresc)	UND	# 500	R\$ 15,00 (Quinze Reais)	R\$ 7.500,00(Seze Mil e Quinhentos Reais)

LOTE 04-ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)

Item	Descrição do produto	unidade	quantidade	Valor Unit.	Valor Total
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades. (Refresc)	PCT	# 1.000	R\$ 10,40 (Dez reais e Quarenta Centavos)	R\$ 10.400,00(Dez Mil e Quatrocentos Reais)

Assim, sendo essa proposta a expressão da verdade, firmamo-la para que seja válida e produza os efeitos jurídicos desejados.

Penedo-AL, 11 de maio de 2017.

Outorgante

Samuel Mota Mendonça Junior Empreendimentos – ME

CNPJ: 17.705.246/0001-61

Samuel Mota Mendonça Junior

Sócio Administrador

Rg nº 598242 – SSP/AL

CPF: 027.185.264-08

Mauro F. Rodrigues Junior

Representante Legal

Rgº 2005.085 SSP/AL

CPF: 052.713.854-18



ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

AO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA-AL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada /PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

OBEJETO: Registro de preços para aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP, visando atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema.

DATA: 11/05/2017 ÀS 09:00 HS.

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: **SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS-ME**

CNPJ: 17.705.246/0001-61



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 1 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota principal)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT	UNID	1.525	70,00	106.750,00
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13 kg	UNID	200	160,00	32.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE 01 - R\$ 138.750,00

LOTE 2 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota reserva do lote 01)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID	475	70,00	33.250,00

VALOR TOTAL DO LOTE 02 - R\$ 33.250,00

LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAÇÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	UNID	5.000	7,00	35.000,00
3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	UNID	500	16,00	8.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE 03 - R\$ 43.000,00

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	QUANT. EXIGIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000	22,00	22.000,00
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	PCT	1.000	24,00	24.000,00
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	PCT	500	19,00	9.500,00
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	CX	500	38,00	19.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE 04 - R\$ 74.500,00**VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$ 289.500,00****PROPOSTA VALIDA POR 60 DIAS**

335
MUN. DE SANTANA

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA
MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA PREGÃO PRESENCIAL Nº
03/2017-SRP-2ª Chamada J. MÁRIO A. DAMASCENO – ME CNPJ
Nº 19.295.877/0001-85

INSC. 241.05237-8



ULTRAGAZ

uma empresa do grupo



LOTE-01 GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO-GLP E BOTIJÃO					
PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2017-SRP-2ªCHAMADA				11 DE MAIO DE 2017	
Nº	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1.1	GLP ENVAZADO 13KG	UNID.	1.525	68,00	103.700,00
1.2	BOTIJÃO VAZIO DE GÁS GLP COM CAPACIDADE DE 13KG	UNID.	200	140	28.000,00
CENTO E TRINTA E UM-MIL E SETISSENTOS REAIS				TOTAL	131.700,00

b) prazo de entrega 1 (um) dias a partir da emissão da ordem de Compra;

Carimbo do CNPJ e Assinatura

INSCRIÇÃO NO CAD. ICMS

241.05237 - 8

Aldo Nobre Oliveira - EPP

Rua Tiradentes, N° 139 - São José

*CEP: 57.500-000 / S. do Ipanema - AL

CNPJ: 01.095.693/0001 - 06

judo nome O'Brien.

INSC. 241.05237-8



ULTRAGAZ

uma empresa do grupo **ULTRA**



INSTITUTUL DE SANITATEA DUCALĂ
337
AL - PREȘA

Nº	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
2.1	GLP ENVAZADO 13KG	UNID.	475	68,00	32.300,00
TRINTA E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS				TOTAL	32.300,00

b) prazo de entrega 1 (um) dias a partir da emissão da ordem de Compra;

Carimbo do CNPJ e Assinatura

INSCRIÇÃO NO CAD. ICMS

241.05237 - 8

Aldo Nobre Oliveira - EPP

Rua Tiradentes, Nº 139 - São José

CEP: 57.500-000 / S. do Ipanema - AL

CEP: 57.500-000 / S. do Ipanema - AL
CNPJ: 01.095.693/0001-06

грозю дошк. Олени

Handwritten signatures and initials scattered across the page, including a large stylized 'C' with a diagonal line, a signature resembling 'W', and various other scribbles and initials.

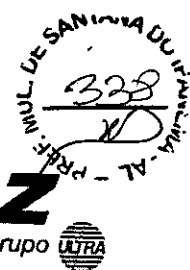

ALDO NOBRE OLIVEIRA-EPP

Rua Tiradentes, 139 - São José-

Santana do Ipanema - AL

CNPJ: 01.095.693/0001-06 FONE: (82) 3621 - 1149

INSC. 241.05237-8

**ULTRAGAZ**uma empresa do grupo **LOTE-03 ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO**

PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2017-SRP-2ªCHAMADA 11 DE MAIO DE 2017

Nº	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
3.1	ÁGUA MINERAL SEM GÁS:ENVASADO EM GARRAFÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 20 L	UNID.	5.000	7,50	37.500,00
3.2	GARRAFÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM CAPACIDADE DE 20 LITROS	UNID.	500	15,00	7.500,00
QUARENTA E CINCO MIL REAIS				TOTAL	45.000,00

Serão atendidas as seguintes condições:

- a) período de validade da proposta: 60(sessenta) dias a partir da sua apresentação;
b) prazo de entrega 1 (um) dias a partir da emissão da ordem de Compra;

Fornecedor: ULTRAGAZRazão Social: ALDO NOBRE OLIVEIRA-EPP CNPJ:01.095.693/0001-06Endereço: RUA TIRADENTES Nº139

Carimbo do CNPJ e Assinatura

INSCRIÇÃO NO CADASTRO

241.05237 - 8**Aldo Nobre Oliveira - EPP**

Rua Tiradentes, Nº 139 - São José

CEP: 57.500-000 / S. do Ipanema - AL

CNPJ: 01.095.693/0001-06*Aldo Nobre Oliveira*

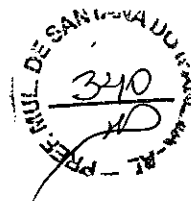
ENVELOPE Nº1-PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2017-SRP-2ºCHAMADA

ALDO NOBRE OLIVEIRA-EPP

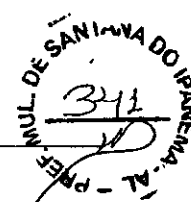
CNPJ DE Nº 01.095.693/0001-06



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

HABILITAÇÃO

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.736.940/0001-95 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/05/2011
NOME EMPRESARIAL ADEMIR AQUINO - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LANCHONETE VOVO BIA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO PC DR ADELSON ISAAC DE MIRANDA	NÚMERO 233	COMPLEMENTO BOX 1	
CEP 57.500-000	BAIRRO/DISTRITO MONUMENTO	MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO f_contab@ig.com.br		TELEFONE (82) 3621-1978	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/05/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/05/2017** às **17:02:56** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

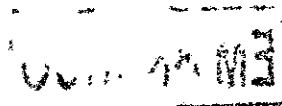
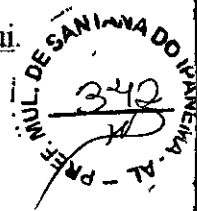
Consulta OSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



**Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas**

Superintendência de Receita Estadual - SRE

Secretaria Adjunta da Receita Estadual

Diretoria de Cadastro

Sistema de Emissão da Ficha Cadastral do Contribuinte - FIC On-Line

Maceió / AL

Quarta-feira, 10 de Maio de 2017

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte, Confira os dados de Identificação da Empresa e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SEFAZ a sua atualização cadastral.

As informações contidas nesta ficha carecem de verificação junto a SEFAZ para comprovação da idoneidade dos dados contidos.

		Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças - PGF	
		Secretaria Executiva de Fazenda do Estado de Alagoas - SEFAZ	
		Secretaria Adjunta da Receita Estadual - SARE	
		Diretoria de Cadastro - DICAD	
NÚMERO CACEAL 242.48108-6 CNPJ/CPF 13.736.940/0001-95		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		INÍCIO DE ATIVIDADE 02/06/2011 OPTANTE PELO SIMPLES ? SIM	
RAZÃO SOCIAL ADEMIR AQUINO - ME			
NOME DE FANTASIA LANCHONETE VOVO BIA			
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA 5611203 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares (PRINCIPAL) 4723700 - Comércio varejista de bebidas 6619302 - Correspondentes de instituições financeiras 5620102 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 4712100 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 89 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO PC DR ADELSON ISAAC DE MIRANDA		NÚMERO 233	COMPLEMENTO BOX 1
CEP 57500-000	BAIRRO/DISTRITO MONUMENTO	MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA	UF AL
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/5/2017	
ENDEREÇO ELETRÔNICO f_contab@ig.com.br			

Data de Emissão: **Quarta, 10 de Maio de 2017, às 16:41:57** (data e hora de Brasília).

Para qualquer sugestão ligar para:



Informações: Call Center Sefaz - 0800 284 1060

2000 - 2017 @GETI WEB - © Gerência Executiva de Tecnologia da Informação - SEFAZ/AL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ADEMIR AQUINO - ME

CNPJ: 13.736.940/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:23:25 do dia 03/05/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/10/2017. *

Código de controle da certidão: **0C5A.45A1.B712.A0F1**

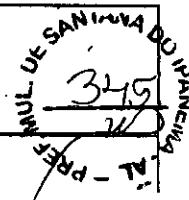
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

EM 03/05/2017

[Assinaturas manuscritas]



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO



Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: ADEMIR AQUINO - ME - REGULAR

CNPJ : 13736940000195

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE n° 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 14:16:48 do dia 03/05/17

Válida até 02/07/2017.

Código de controle da certidão: 4576-894B-899A-0010

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

345

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



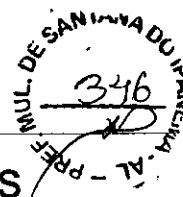
ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

SETOR DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - SECRETARIA DE FINANÇAS

RUA CORONEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CNPJ 12.250.916/0001-89



CND - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Documento : 003430

Ano : 2017

Emissão : 04/05/2017

Validade : 03/07/2017

ATENDENDO SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 003430

DE 04/05/2017

CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA ADEMIR AQUINO ME

INSCRITA NO CNPJ Nº

13.736.940/0001-95

, PRAÇA DR. ADELSON ISAAC DE MIRANDA, 233

MONUMENTO

ENCONTRA-SE COM SUA SITUAÇÃO FISCAL REGULARIZADA COM A FAZENDA MUNICIPAL COM

REFERENCIA AOS TRIBUTOS COBRADOS POR ESTA REPARTIÇÃO, PRESALVANDO A MESMA O

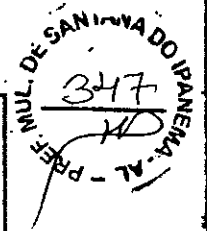
DIREITO DE COBRAR DÉBITOS ANTERIORES OU QUE VIEREM A SER APURADOS.

Welkison Barbosa Vilela Ferreira
Diretor de Fiscalização e Tributação



IMPRIMIR

VOLTAR



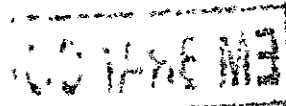
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13736940/0001-95
Razão Social: ADEMIR AQUINO ME
Endereço: PCA DR ADELSON ISAAC DE MIRANDA 233 / MONUMENTO / MACEIO / AL / 57500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/04/2017 a 14/05/2017



Certificação Número: 2017041503065515550693

Informação obtida em 03/05/2017, às 14:12:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1. de 1
348
PRÉ-MUL. DE SANITÁRIA DO TRABALHO - AL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ADEMIR AQUINO - ME

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.736.940/0001-95

Certidão nº: 128243226/2017

Expedição: 03/05/2017, às 14:28:16

Validade: 29/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ADEMIR AQUINO - ME**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
13.736.940/0001-95, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em **acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos** recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL
**FALENCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA**

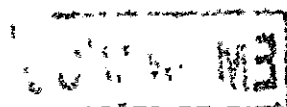
CERTIDÃO Nº: 001993073

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

ADEMIR AQUINO - ME, vinculado ao CNPJ: 13.736.940/0001-95 *****



Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a **ACÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA** em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no polo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

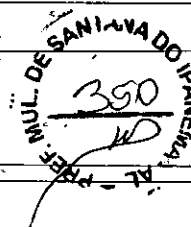
Maceió, quarta-feira, 3 de maio de 2017 às 14h27min.

PEDIDO Nº: **001993073**



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR
Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Empresárias ME ou EPP e suas Filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial ADEMIR AQUINO - ME			
Natureza Jurídica : 213-5 - EMPRESÁRIO			
Numero de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede) 27101282098	C.N.P.J 13736940000195	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 17/05/2011	Data de Início de Atividades 17/05/2011
Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF) PRAÇA DR. ADELSON ISAAC DE MIRANDA, 233, BOX 1, MONUMENTO, SANTANA DO IPANEMA - 57500000 - Alagoas			
Atividades Econômicas 5611203 - LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES 4712100 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÊNS 4723700 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BEBIDAS 5620102 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ 6619302 - CORRESPONDENTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
Objeto Social Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, Comércio varejista de bebidas; Correspondentes de instituições financeiras, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê.			
Capital Social R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)			Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) Microempresa
Último Arquivamento Data: 27/04/2017 00:00:00 Número: 20170093409 Ato: ALTERAÇÃO Evento: ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			Situação REGISTRO ATIVO Status XXXXXXXXXXXXXX
Nome do Empresário(s) ADEMIR AQUINO Identidade : 1284437 - SEDS C.P.F. : 95799982487 Estado Civil : CASADO(A) Regime de Bens : COMUNHÃO PARCIAL DE BENS			
Filiais Empresa não Possui Filiais registrada nesta Junta.			
Numero Protocolo 170102009		Local, Data Maceió, sexta-feira, 5 de maio de 2017 EDVALDO MAIORANO DE LIMA Secretário(a) Geral	
Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio. em sexta-feira, 5 de maio de 2017 as 12:37:9 Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.			


MUL. DE SANTANA DO IPANEMA
351
AL - PR



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa Ademir Aquino - ME, com sede na Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, nº 233 box1, bairro Monumento, CEP 57.500-000, Cidade Santana do Ipanema, Estado Alagoas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.736.940/0001-95, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos/serviços e quanto à liberação da garantia contratual junto à instituição financeira até a presente data.

Santana do Ipanema, 10 de Maio de 2017


.....
Marcelo Alex Correia Alécio

MARCELO A. C. ALECIO – ME
CNPJ nº 01.333.751/0001-92
Av. Nossa Sra. De Fátima, 449 – Monumento
Santana do Ipanema/AL







**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017-SRP-2ª Chamada
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17**

DECLARAÇÃO

ADEMIR AQUINO - ME com sede na praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, nº 233, Bairro Monumento, município de Santana do Ipanema/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.736.940/0001-95**, vem através de seu representante legal abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017-SRP do Município de Santana do Ipanema/AL.

Santana do Ipanema/AL, 11 de Maio de 2017.


JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS









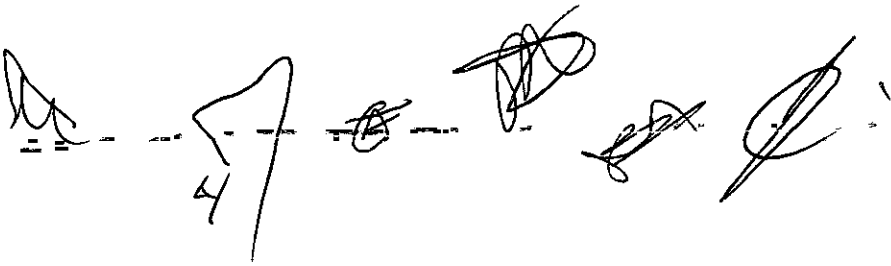
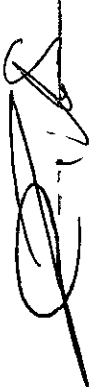
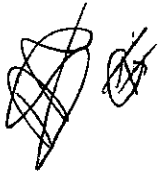
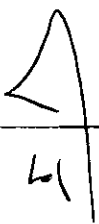
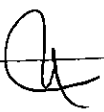






Envelope n.º 2 - Documentação de Habilitação
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema
Pregão Presencial n.º 03/2017 - SRP - 2ª Chamada
Ademir Aquino - ME
CNPJ n.º 13.736.940/0001-95

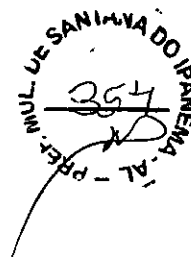
A Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema
Pregão Presencial nº. 03/2017 - SRP - 2ª chamada
Sessão em 11/05/2017, às 09:00 horas



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO DE
RERRATIFICAÇÃO DA NUMERAÇÃO IDENTIFICATIVA DA PRIMEIRA
ALTERAÇÃO ATÉ A DÉCIMA TERCEIRA DA EMPRESA: IRMÃOS JOTA
PINTO & CIA. LTDA**

CNPJ Nº 08.418.303/0001-30

NIRE: 2720002285-0



JOSÉ PINTO DE ARAÚJO, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 80.816 SEDS/AL e CPF nº 004.570.784-72, residente e domiciliado na Av. Martins Vieira, nº 415, Bairro Monumento, CEP: 57500-000, Santana do Ipanema/AL.

IURY PINTO E SILVA, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 910.934 SSP/AL e CPF nº 677.659.714-68, residente e domiciliado na Av. Martins Vieira, nº 415, Bairro Monumento, CEP: 57500-000, Santana do Ipanema/AL.

Únicos sócios da sociedade empresária **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA**, com sede na Rua Domingos Acácio, nº 144, Bairro Domingos Acácio, CEP: 57500-000, Santana do Ipanema/AL., registrada na Junta Comercial do Estado de Alagoas, - JUCEAL sob o NIRE 272.0002285-0 e inscrita no CNPJ sob o nº 08.418.303/0001-30, resolvem de comum acordo **RETIFICAR** e **RATIFICAR** as alterações ocorridas até a presente data, pelas cláusulas a seguir enumeradas, mantendo em vigor os demais termos não alterados.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

As alterações contratuais ocorridas e devidamente registradas na Junta Comercial do Estado de Alagoas, quanto à numeração de cada alteração, foram enumeradas com equívoco e serão, neste ato, revistas para o realinhamento da ordem cronológica de cada arquivamento, tudo constando no quadro demonstrativo abaixo:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/05/2016 16:30 SOB Nº 20160098572.
PROTOCOLO: 160098572 DE 18/05/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600435457. NIRE: 27200022850.
IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 18/05/2016
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO DE
RERRATIFICAÇÃO DA NUMERAÇÃO IDENTIFICATIVA DA PRIMEIRA
ALTERAÇÃO ATÉ A DÉCIMA TERCEIRA DA EMPRESA: IRMÃOS JOTA

PINTO & CIA. LTDA

CNPJ Nº 08.418.303/0001-30

NIRE: 2720002285-0

395
AL - PRES. MUL. DE SANIT. DO INANIMA

Arquivamento	Data do Arquivamento	Tipo de Ato	Numeração Revista
27A00022850	29/03/1990	Alteração de Dados	Alteração nº 01
27B00022850	29/08/1991	Alteração de Dados	Alteração nº 02
27C00022850	06/08/1993	Alteração de Dados	Alteração nº 03
27D00022850	17/11/1993	Alteração de Dados	Alteração nº 04
27600017142	17/03/1997	Alteração de Dados	Alteração nº 05
27600018123	28/05/1997	Alteração de Endereço da Filial	Alteração nº 06
27600026330	23/09/1998	Alteração de Endereço da Sede	Alteração nº 07
27600045868	08/02/2002	Alteração de Dados	Alteração nº 08
27600068412	03/09/2004	Alteração de Dados	Alteração nº 09
27600100548	02/04/2007	Alteração de Dados	Alteração nº 10
27600109176	21/11/2007	Alteração de Filial na Uf da Sede	Alteração nº 11
27600124001	24/11/2008	Alteração de Dados	Alteração nº 12
20140223312	14/08/2014	Alteração de Dados	Alteração nº 13

CLÁUSULA SEGUNDA:

Com a chancela deste ato, ordena-se o número do arquivamento, a data do arquivamento e a numeração de cada ato de alteração ocorrida.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/05/2016 16:30 SOB Nº 20160098572.
PROTOCOLO: 160098572 DE 18/05/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600435457. NIRE: 27200022850.
IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA



Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 18/05/2016
www.facilita.al.gov.br

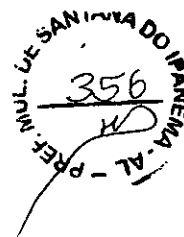
A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais
Informando seus respectivos códigos de verificação

INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA QUARTA ALTERAÇÃO DE
RERRATIFICAÇÃO DA NUMERAÇÃO IDENTIFICATIVA DA PRIMEIRA
ALTERAÇÃO ATÉ A DÉCIMA TERCEIRA DA EMPRESA: IRMÃOS JOTA

PINTO & CIA. LTDA

CNPJ Nº 08.418.303/0001-30

NIRE: 2720002285-0



CLÁUSULA TERCEIRA:

Ficam ratificadas todas as cláusulas do Contrato Social Primitivo e demais alterações ocorridas, que não colidam com o presente instrumento.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em uma única via, sendo destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza efeitos legais.

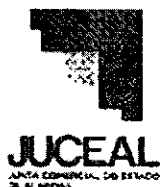
Santana do Ipanema/AL., 09 de Maio de 2016.

2º OFÍCIO
E JÚRIS PROTESTO

OFÍCIO
E JÚRIS PROTESTO

JOSE PINTO DE ARAÚJO
Sócio Administrador

IURY PINTO E SILVA
Sócio Administrador



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 18/05/2016 16:30 SOB Nº 20160098572.
PROTOCOLO: 160098572 DE 18/05/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11600435457. NIRE: 27200022850.
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 18/05/2016
www.facilita.al.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL
357
W

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

JOSE PINTO DE SILVA

DOC. IDENTIDADE / C.R.G. EMISSOR / UF
910934 SSP AL

CPF
677.629.714-68

DATA NASCIMENTO
04/02/1979

APLICAÇÃO
JOSE PINTO DE ARAUJO
RAIZA SILVA DE ARAUJO

TIPO DE DOCUMENTO
1

VALIDADE
02/12/2022

DATA EMISSÃO
04/02/2017

OBSERVAÇÕES

LOCAL
MACEIO, ALAGOAS

DATA EMISSÃO
15/03/2017

Assinatura do Portador
Antonio Carlos Gouveia
Diretor Provisório

Assinatura do Emissor
[Assinatura]

ALAGOAS

VALIDADEM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1417678864

RECIBO PLASTIFICAR
1417678864

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Número de Ordem do Livro: 15

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO	R\$ 5.630.517,87	R\$ 5.728.096,04
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 5.280.312,88	R\$ 5.296.369,44
DISPONIVEL	R\$ 4.168.330,65	R\$ 4.755.309,04
CAIXA	R\$ 3.008.895,04	R\$ 3.669.869,30
Caixa Geral	R\$ 3.008.895,04	R\$ 3.669.869,30
BANCOS - CONTA MOVIMENTO	R\$ 76.852,56	R\$ 2.856,69
Banco do Brasil S/A	R\$ 35.797,56	R\$ 0,00
Caixa Economica Federal	R\$ 38.686,65	R\$ 2.613,41
Banco Bradesco S/A	R\$ 128,91	R\$ 185,24
Itau Bankline	R\$ 2.239,44	R\$ 58,04
APLICAÇÃO FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	R\$ 1.082.583,05	R\$ 1.082.583,05
CDB - Unibanco	R\$ 370.096,34	R\$ 370.096,34
Bando do Nordeste C/5987-4	R\$ 180.235,98	R\$ 180.235,98
Unibanco Retorno Total FICFI	R\$ 103.949,82	R\$ 103.949,82
CDB - Itaú	R\$ 428.300,91	R\$ 428.300,91
CLIENTES	R\$ 561.548,24	R\$ 0,00
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 553.664,88	R\$ 0,00
Clientes	R\$ 553.664,88	R\$ 0,00
CARTÕES DE CRÉDITOS	R\$ 7.883,36	R\$ 0,00
Cartão Pos	R\$ 7.399,63	R\$ 0,00
Cielo	R\$ 195,06	R\$ 0,00
Redecard	R\$ 288,67	R\$ 0,00
OUTROS CREDITOS	R\$ 72.714,67	R\$ 69.572,46
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	R\$ 4.563,03	R\$ 6.629,14
GERTEC telecomunicações	R\$ 141,73	R\$ 141,73
CTF Technologies do Brasil	R\$ 4.421,30	R\$ 6.017,29
LINX Sistemas e Consultoria Ltda	R\$ 0,00	R\$ 320,12
Organicos Ambiental Cons. Auditoria e Serviços Ltd	R\$ 0,00	R\$ 150,00
IMPOSTO A RECUPERAR	R\$ 68.151,64	R\$ 62.943,32
ICMS A Recuperar	R\$ 63.452,39	R\$ 62.943,32
PIS A Recuperar	R\$ 976,65	R\$ 0,00
COFINS A Recuperar	R\$ 3.722,60	R\$ 0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 117.796,89	R\$ 117.796,89
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RENDIMENTOS PRÉ-FIXADOS	R\$ 117.796,89	R\$ 117.796,89

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.7 do Visualizador

Página 1 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Número de Ordem do Livro: 15

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA ABSOLUTO	R\$ 102.026,48	R\$ 102.026,48
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA EXECUTIVO	R\$ 15.770,41	R\$ 15.770,41
ESTOQUES	R\$ 359.922,43	R\$ 349.243,85
ESTOQUES MERCADORIAS P/REVENDA	R\$ 232.167,16	R\$ 195.652,95
Merc.P/ Revenda Tributadas	R\$ 3.829,02	R\$ 1.863,44
Merc.P/ Revenda Isentas	R\$ 11.363,19	R\$ 7.481,71
Lubrificantes	R\$ 35.741,98	R\$ 56.435,87
Glp - Gas Liquefeito	R\$ 63.142,81	R\$ 9.472,39
Querosene	R\$ 148,82	R\$ 103,24
Merc.P/ Revenda Substituição	R\$ 117.941,34	R\$ 120.296,30
ESTOQUES DE COMBUSTIVEIS	R\$ 127.755,27	R\$ 153.590,90
Gasolina Comum	R\$ 41.189,62	R\$ 48.799,05
Alcool	R\$ 5.204,47	R\$ 11.171,40
Oleo-Diesel Comum	R\$ 54.990,82	R\$ 40.729,97
Gasolina Aditivada	R\$ 15.119,97	R\$ 23.150,14
Oleo-Diesel Aditivado	R\$ 11.250,39	R\$ 29.740,34
DESPESAS ANTECIPADAS	R\$ 0,00	R\$ 4.447,20
SEGUROS A APROPRIAR	R\$ 0,00	R\$ 4.447,20
BB Corretora de seguros e Administ. de Bens S.A	R\$ 0,00	R\$ 4.447,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 350.204,99	R\$ 431.726,60
REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	R\$ 6.839,49	R\$ 107.168,56
CONTAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
Filial	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	R\$ 6.839,49	R\$ 4.541,28
ICMS do Imobilizado	R\$ 6.839,49	R\$ 4.541,28
IMOBILIZADO	R\$ 343.365,50	R\$ 324.558,04
BENS E DIREITO EM USO	R\$ 343.365,50	R\$ 324.558,04
IMOVEIS	R\$ 172.661,91	R\$ 172.661,91
Imoveis	R\$ 172.661,91	R\$ 172.661,91
MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 21.003,82	R\$ 16.243,87
Móveis E Utensílios	R\$ 109.285,47	R\$ 109.285,47
(-) (-)Depreciação Acumulada	R\$ (88.281,65)	R\$ (93.041,60)
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 103.886,81	R\$ 104.189,59
Maquinas e Equipamentos - Unidade Comercial	R\$ 267.742,77	R\$ 285.006,80

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.7 do Visualizador

Página 2 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL

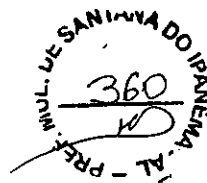
Entidade: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Número de Ordem do Livro: 15

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
(-) (-)Depreciação Acumulada	R\$ (163.855,96)	R\$ (180.817,21)
VEICULOS	R\$ 40.309,56	R\$ 21.495,48
Automoveis e Utilitários	R\$ 478.972,15	R\$ 478.972,15
(-) (-)Depreciação Acumulada	R\$ (438.662,59)	R\$ (457.476,67)
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE	R\$ 5.503,40	R\$ 5.503,40
Benfeitorias - Imoveis	R\$ 5.503,40	R\$ 5.503,40
PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO	R\$ 0,00	R\$ 4.463,79
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda	R\$ 0,00	R\$ 4.463,79
PASSIVO	R\$ 5.630.517,87	R\$ 5.728.096,04
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 421.117,04	R\$ 317.105,39
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	R\$ 421.117,04	R\$ 317.105,39
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	R\$ 71.054,52	R\$ 61.613,95
Salários e Ordenados a Pagar	R\$ 16.749,88	R\$ 11.598,90
Férias A Pagar	R\$ 54.304,64	R\$ 50.015,05
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R\$ 44.582,36	R\$ 54.139,26
INSS-Empregados a Pagar	R\$ 2.168,26	R\$ 2.394,26
INSS-Empresa a Pagar	R\$ 6.036,40	R\$ 6.332,79
FGTS a Pagar	R\$ 1.364,73	R\$ 1.581,34
INSS S/ Férias	R\$ 24.974,47	R\$ 31.302,36
FGTS S/ 13. Salario	R\$ 652,17	R\$ 715,05
FGTS S/ Férias	R\$ 9.085,66	R\$ 11.257,91
Contribuição Sindical	R\$ 300,67	R\$ 555,55
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	R\$ 8.146,49	R\$ 13.775,20
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	R\$ 417,06	R\$ 470,07
IRRF a Pagar	R\$ 417,06	R\$ 470,07
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ O LUCRO	R\$ 7.729,43	R\$ 12.171,23
IRPJ a Pagar	R\$ 4.830,89	R\$ 7.607,02
Contr. Social a Pagar	R\$ 2.898,54	R\$ 4.564,21
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	R\$ 0,00	R\$ 1.133,90
COFINS S/Vendas a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 1.070,77
PIS S/Vendas a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 63,13
FORNECEDORES	R\$ 292.569,97	R\$ 176.360,47
FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ 292.569,97	R\$ 176.360,47
FORNECEDORES DE REVENDA	R\$ 165.676,06	R\$ 39.493,93

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.7 do Visualizador

Página 3 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Número de Ordem do Livro: 15

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO SA	R\$ 0,00	R\$ 181,82
COMLUB COMERCIAL DE LUBRIFICANTES LTDA	R\$ 1.092,85	R\$ 1.359,64
LHB COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 3.761,79	R\$ 1.539,09
NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 17.784,00	R\$ 5.780,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	R\$ 64.735,50	R\$ 26.885,00
PETROBRAS(LUBRIFICANTE) DISTRIBUIDORA S.A	R\$ 5.578,77	R\$ 2.993,41
RV TECNOLOGIA E SISTEMAS S.A	R\$ 0,05	R\$ 132,12
UNILEVER BR GELADOS DO NOR S/A	R\$ 912,17	R\$ 223,17
TOCANTINS REFRIGERANTES SA	R\$ 246,73	R\$ 59,60
AM DISTRIBUIDORA DE BATERIAS LTDA	R\$ 0,00	R\$ 340,08
FORNECEDORES DE SERVICOS	R\$ 2.288,81	R\$ 4.258,10
CTF Technologies do Brasil Ltda	R\$ 1.497,68	R\$ 421,56
Araujo e Tavares Ltda	R\$ 0,00	R\$ 203,83
ADERSON DE SOUZA ACESSÓRIOS	R\$ 0,00	R\$ 3.455,50
GERTEC TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 512,82	R\$ 177,21
FORNECEDORES DE MAT. DE CONSUMO	R\$ 124.605,10	R\$ 132.608,44
IBN PINTO E SILVA & CIA LTDA	R\$ 2.832,53	R\$ 2.522,20
COMFERRAL COMERCIO DE FERRAGENS	R\$ 0,00	R\$ 147,40
CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA	R\$ 116.979,51	R\$ 119.772,55
CLANEL IND E COM DE CONFECCOES	R\$ 0,00	R\$ 458,30
REFRESCOS GUARARAPES LTDA	R\$ 0,00	R\$ 238,46
QUIK SERVICES TECNOLOGIA LTDA	R\$ 0,00	R\$ 9.469,53
CONTAS A PAGAR	R\$ 4.763,70	R\$ 11.216,51
Seguros A Pagar	R\$ 0,00	R\$ 4.447,20
Pró-Labore a Pagar	R\$ 3.638,70	R\$ 3.852,95
IBAMA	R\$ 1.125,00	R\$ 2.916,36
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
Conta Corrente	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
Matriz	R\$ 0,00	R\$ 102.627,28
PATRIMÔNIO LIQUIDO	R\$ 5.209.400,83	R\$ 5.308.363,37
PATRIMÔNIO LIQUIDO REALIZADO	R\$ 5.209.400,83	R\$ 5.308.363,37
CAPITAL REALIZADO	R\$ 4.124.700,00	R\$ 4.124.700,00
CAPITAL SUBSCRITO	R\$ 4.124.700,00	R\$ 4.124.700,00

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 3.3.7 do Visualizador

Página 4 de 5

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2015 a 31/12/2015

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Número de Ordem do Livro: 15

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015



Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final
Capital Social	R\$ 4.124.700,00	R\$ 4.124.700,00
RESERVAS DE LUCROS	R\$ 1.574.456,11	R\$ 1.388.175,55
RESERVAS DE LUCROS RETIDOS	R\$ 1.574.456,11	R\$ 1.388.175,55
Reserva de Lucros a realizar	R\$ 1.444.611,71	R\$ 1.236.082,09
Reservas de Lucros a Realizar a partir de 2014	R\$ 129.844,40	R\$ 152.093,46
(-) PREJUÍZOS	R\$ (489.755,28)	R\$ (204.512,18)
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ (489.755,28)	R\$ (204.512,18)
(-) Prejuizos no exercício	R\$ (489.755,28)	R\$ (204.512,18)

Rua Monsenhor Macedo, 454 - Centro - Arapiraca/AL

Fone: 82 3522 - 2702 | 82 3482 - 7186
82 3482 - 7187 | 82 3482 - 7189

FATURAMENTO DOS ULTIMOS 12 MESES

CONSOLIDADO

EMPRESA: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA

CNPJ: 08.418.303/0001-30

04/2016	671.656,78
05/2016	726.623,71
06/2016	692.822,80
07/2016	727.107,53
08/2016	664.204,42
09/2016	806.521,98
10/2016	909.908,03
11/2016	691.612,07
12/2016	819.114,95
01/2017	1.027.489,13
02/2017	802.829,35
03/2017	1.321.431,22
TOTAL	9.861.321,97

S. Alves

Solanne Clenia de Sandes Alves.

CRC/AL 7487

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.418.303/0004-83 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/01/1985
NOME EMPRESARIAL IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO JOTA PINTO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R JOSE TEODOSIO DA SILVA	NÚMERO 149	COMPLEMENTO	
CEP 57.500-000	BAIRRO/DISTRITO DOMINGOS ACACIO	MUNICÍPIO SANTANA DO IPANEMA	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO audicon@oops.com.br		TELEFONE (82) 3522-2702	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 02/05/2017 às 14:55:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

SETOR DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - SECRETARIA DE FINANÇAS

RUA CORONEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CNPJ 12.250.916/0001-89

365
PREF. MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA - AL

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO TLF : 000670

DOCUMENTO : 011223

Ano : 2017

Emissão : 05/01/2017

Validade : 31/12/2017

CONTRIBUINTE : 010170 IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA

ENDEREÇO : RUA JOSÉ TEODOSIO DA SILVA, 149

BAIRRO : DOMINGOS ACÁCIO

MUNICÍPIO : SANTANA DO IPANEMA

UF : AL

INSCRIÇÃO TLF : 000670

INSCRIÇÃO COMERCIAL :

ENDEREÇO FISCAL : RUA JOSÉ TEODOSIO DA SILVA, 149

TIPO DE ESTABELECIMENTO :

08.02.00 ARMAZEM E COMERCIALIZAÇÃO DE GLP

INICIO DAS ATIV. 25/06/2008

CPF :

CNPJ : 08.418.303/0004-83

CÓDIGO DO IMÓVEL : 1.004.057.0116.0000

Contribuinte

Welkison Barbosa Vilela Ferreira
Diretor de Fiscalização e Tributação





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
CNPJ: 08.418.303/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 18:24:37 do dia 13/03/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2017.

Código de controle da certidão: **7D36.0B28.5B26.521A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

1001-1-113

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

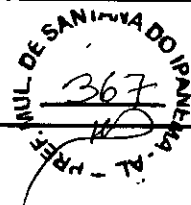


GOVERNO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO



Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA - REGULAR

CNPJ : 08418303000483

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE nº 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 15:02:04 do dia 02/05/17

Válida até 01/07/2017.

Código de controle da certidão: B511-ECBC-BC60-B2E2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

100-1

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

SETOR DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - SECRETARIA DE FINANÇAS

RUA CORONEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CNPJ 12.250.916/0001-89



CND-CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Documento : 003381

Ano : 2017

Emissão : 05/04/2017

Validade : 04/06/2017

ATENDENDO SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 003381

DE 05/04/2017

CERTIFICAMOS QUE A EMPRESA IRMÃOS JOTA PINTO & CIA. LTDA

INSCRITA NO CNPJ Nº

08.418.303/0004-83

, RUA JOSÉ TEODOSIO DA SILVA, 149

DOMINGOS ACÁCIO

ENCONTRA-SE COM SUA SITUAÇÃO FISCAL REGULARIZADA COM A FAZENDA MUNICIPAL COM

REFERENCIA AOS TRIBUTOS COBRADOS POR ESTA REPARTIÇÃO. RESSALVANDO A MESMA O

DIREITO DE COBRAR DÉBITOS ANTERIORES OU QUE VIEREM A SER APURADOS.



Welkison Barbosa Vilela Ferreira
Diretor de Fiscalização e Tributação

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08418303/0004-83
Razão Social: IRMAOS JOTA PINTO CIA LTDA
Nome Fantasia: POSTO JOTA PINTO
Endereço: RUA JOSE TEODOSIO DA SILVA 149 / DOMINGOS ACACIO / SANTANA DO IPANEMA / AL / 57500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/04/2017 a 25/05/2017

Certificação Número: 2017042601350700563743

Informação obtida em 02/05/2017, às 11:02:40.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Certidão nº: 128140201/2017

Expedição: 02/05/2017, às 10:57:35

Validade: 28/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.418.303/0001-30**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió



CERTIDÃO ESTADUAL
**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA**

CERTIDÃO Nº: 001991850

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

IRMAOS JOTA PINTO E CIA LTDA, vinculado ao CNPJ: 08.418.303/0004-83 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, terça-feira, 2 de maio de 2017 às 11h00min.

PEDIDO Nº:

001991850





CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP



Razão Social :
CNPJ :
Número de Autorização :
Número Despacho :
Data da Publicação :
Endereço : - -

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, **CERTIFICA** que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo – GLP, nos termos da Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003.

Emitido às 14:58:00 horas do dia 02/05/2017 (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **D41D.8CD9.D98F.8F00**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Ponto de Revenda de GLP Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br



51

6



O FERRAGEIRO

Desde 1926 Acreditando no Futuro da Região

NEPOMUCENO & BARROS LTDA

Pça. Manoel Rodrigues da Rocha, 62.

Centro

Santana do Ipanema-AL 82.3621-1140/1235

CNPJ (MF): 12.685.749/0001-07 IE: 24.005.115-7



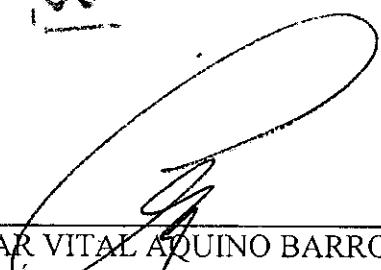
Santana do Ipanema/AL, 05 de Maio de 2017

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para os devidos fins que a empresa **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 08.418.303/0004-83, I.E. nº 24.064.696-7 sediada na Rua José Teodósio da Silva, 149, Santana do Ipanema-Alagoas, presta serviços de fornecimento de Gás Liquefeito de 13 Kg.


Informamos ainda que os serviços estão sendo executados dentro dos padrões de qualidade e prazos contratados, nada havendo que desabone sua conduta.


Por ser verdade, este documento segue assinado por: Cesar Vital Aquino Barros, Sócio-Administrativo da Empresa NEPOMUCENO & BARROS LTDA.




CESAR VITAL AQUINO BARROS
SÓCIO-ADMINISTRATIVO
Telefone: 82 3621-1140












IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL
CNPJ 08.418.303/0004-83 INSC: 240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131
EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO IV
DECLARAÇÃO - LEI Nº 9.854/99
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-SRP -2ª
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

003/2017-SRP

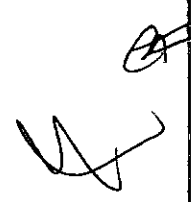
A empresa IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado. Com inscrição no CNPJ sob o nº 08.418.303/0004-83, situada na Rua José Teodósio, 149, Bairro: Domingos Acácio - Santana Do Ipanema-AL, por intermédio de seu representante legal o Srº Iury Pinto e Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº 910934 SSP/AL e do CPF nº 677.659.714-68 abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2017-SRP do Município De Santana Do Ipanema/AL.

Santana do Ipanema. Alagoas 11 de maio de 2017


Iury Pinto e Silva
CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL







352

~~6. 0~~

~~2~~

~~1~~

~~4~~

~~1~~

MUL. DE SANIWA DUL
375
AL - PRE

~~4~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

~~1~~

ENVELOPE 02

DOCUMENTAÇÃO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 –SRP – 2ª

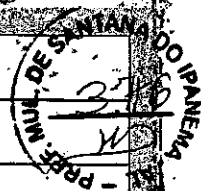
IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA.

CNPJ: 08.418.303/0004-83



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se alto referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) JOSE CLOVES DA SILVA LEITE			
NACIONALIDADE BRASILEIRO		ESTADO CIVIL Solteiro(a)	
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) JOSE LEITE DA SILVA		(mãe) MARIA LUCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 24-12-1979	IDENTIDADE número 3.125.750-0	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)		CPF (número) 068.611.904-54	
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) RUA SANTA MARIA			NÚMERO 534
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Usar de 01 a 9999) 71
MUNICIPIO BATALHA			UF AL
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do ESTADO DE ALAGOAS:			
CODIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CODIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
NOME EMPRESARIAL J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA			
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA PADRE DANIEL BEZERRA			NÚMERO 71
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 57420-000	CODIGO DO MUNICIPIO (Usar de 01 a 9999) 71
MUNICIPIO BATALHA	UF AL	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 4712-1/00 Atividades secundárias	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ARMAZEM VAREJISTA).		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES		NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA NIRE anterior
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO JOSE CLOVES DA SILVA LEITE	
DATA DA ASSINATURA 22-08-2007		DATA DA ASSINATURA	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

AUTENTICADO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 02/10/2007
SOB Nº: 27101162947
Protocolo: 07/027681-4

J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA

ALICE DE CASSIA SANTOS CAVALCANT
SECRETARIO-GERAL

LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES, ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO.

- 1- Preencher o formulário em quatro vias legíveis, à máquina ou à mão, com letra de forma, sem rasura.
- 2- Não preencher os campos destinados a uso da Junta Comercial.
- 3- **ESTADO CIVIL** - Declarar se é solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente ou divorciado.
- 4- **REGIME DE BENS DO EMPRESÁRIO** - Se o empresário for casado, declarar o regime de bens (comunhão parcial, comunhão universal, participação final nos aquestos, separação de bens). A alteração do regime de bens depende de autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, a qual deverá instruir o processo.
- 5- **IDENTIDADE** - Indicar o número, a sigla do órgão expedidor e a sigla da respectiva unidade da federação mencionados no documento de identidade. São aceitos como documento de identidade: cédula de identidade, certificado de reservista, carteira de identidade profissional, Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação (modelo com base na Lei nº 9.503, de 23/9/97). Se o titular for estrangeiro, é exigida carteira de identidade de estrangeiro, com visto permanente.
- 6- **EMANCIPADO POR** - Caso o titular seja menor de 18 e maior de 16 anos, emancipado, deverá indicar a forma de emancipação e arquivá-la em separado. São hipóteses da emancipação: casamento; ato judicial; concessão dos pais; colação de grau em curso de ensino superior; exercício de emprego público efetivo; estabelecimento civil ou comercial; ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- 7- **DECLARAÇÃO** (de desimpedimento para exercer atividade empresária e de que não possui outra inscrição de empresário) e **REQUERIMENTO** - Complementar o nome da Junta Comercial.
- 8- **CÓDIGO DO ATO E DESCRIÇÃO DO ATO** - Preencher com o código e com a descrição do ato que está sendo praticado, conforme tabela abaixo.
- 9- **CÓDIGO DO EVENTO E DESCRIÇÃO DO EVENTO** - Preencher com o código e com a descrição do evento que está contido no ATO, conforme tabela abaixo.

CÓDIGO DO ATO / EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO / DESCRIÇÃO DO EVENTO
080	INSCRIÇÃO
002	ALTERAÇÃO
020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
021	ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
022	ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
023	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
024	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
025	EXTINÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
026	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF
027	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
028	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRA UF
029	ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
030	ALTERAÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
031	EXTINÇÃO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF
032	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
033	ALTERAÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
034	EXTINÇÃO DE FILIAL EM OUTRO PAÍS
035	TRANSFERÊNCIA DE FILIAL PARA OUTRA UF
037	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE FILIAL DE OUTRA UF
039	TRANSFERÊNCIA DE SEDE PARA OUTRA UF
039	INSCRIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE SEDE DE OUTRA UF
040	RETRATIFICAÇÃO
052	REATIVAÇÃO
008	EMANCIPAÇÃO
961	AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR SUCESSÃO
003	EXTINÇÃO
150	PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
151	ALTERAÇÃO DE PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL
152	CANCELAMENTO DA PROTEÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

EXEMPLO:

CÓDIGO DO ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERAÇÃO	020	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

- 10- **NOME EMPRESARIAL** - Indicar o nome completo ou abreviado do empresário, admitindo, se quiser, designação mais precisa de sua pessoa (apelido ou nome como é mais conhecido) ou gênero de negócio, que deve constar do objeto. Não pode ser abreviado o último sobrenome, nem ser excluído qualquer um dos nomes. Não constituem sobrenome e não podem ser abreviados: FILHO, JÚNIOR, NETO, SOBRINHO etc., que indicam parentesco.
- 11- **CÓDIGO DE ATIVIDADE** - Classificação Nacional de atividade principal correspondente ao objeto do negócio. Na orientação no Manual de Atos.
- 12- **DESCRIÇÃO DO OBJETO** - Descrição do objeto do negócio, de forma precisa e detalhada, indicando o gênero e a espécie do negócio, exceto quando não houver termos costumes ou à ordem pública. No caso de filial, vide orientação no Manual de Atos.
- 13- **DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES** - Data de início das atividades não poderá ser anterior a essa. No caso dos eventos 029, 037 e 039, vide orientação no Manual de Atos.
- 14- **ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO** - Deverá ser aposta a assinatura da firma de acordo com o nome da empresa indicado no campo nome empresarial.
- 15- **DATA DA ASSINATURA** - Indicar o dia, mês e ano em que o Requerimento foi assinado.
- 16- **ASSINATURA DO EMPRESÁRIO** - A assinatura deve ser a que o empresário, seu representante legal ou procurador usa normalmente para o nome civil.



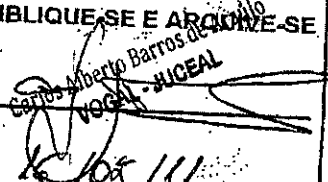


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
ARAPIRACA



07/027831-4

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE 27101162947		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXXXXXXXXXXXXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) JOSE CLOVES DA SILVA LEITE			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado) XXXXXXXXXXXXXX		
FILHO DE (pai) JOSE LEITE DA SILVA		(mãe) MARIA LUCIA DA SILVA	
NASCIDO EM (data de nascimento) 24/12/1979	IDENTIDADE (número) 31257500	Órgão emissor SSP	UF AL
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXXXXXXXXXXXXX		CPF (número) 068.611.904-54	
DOMICILIAÇÃO (LOGRADOURO - rua, av. etc.) RUA SANTA MARIA		NÚMERO 534	
COMPLEMENTO FUNDOS	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CODIGO DO MUNICIPIO (uso da Junta Comercial) 30
MUNICIPIO ARAPIRACA		UF AL	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresarial, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS			
CODIGO DO ATO 002	DESCRIÇÃO DO ATO ALTERAÇÃO	CODIGO DO EVENTO 046	DESCRIÇÃO DO EVENTO TRANSFORMAÇÃO
CODIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	CODIGO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX	DESCRIÇÃO DO EVENTO XXXXXXXXXXXXXX
NOME EMPRESARIAL J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME			
LOGRADOURO (rua, av. etc.) RUA PADRE DANIEL BEZERRA		NÚMERO 7	
COMPLEMENTO XXXXXXXXXXXXXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 57.420-000	CODIGO DO MUNICIPIO (uso da Junta Comercial) 30
MUNICIPIO BATALHA	UF AL	PAIS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) XXXXXXXXXXXXXX
VALOR DO CAPITAL - R\$ 30.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) TRINTA MIL REAIS		
CODIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (cnae) 4712100	DESCRIÇÃO DO OBJETO COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ARMAZEM VAREJISTA)		
Atividade Principal 4712100			
Atividade secundária XXXXXXX			
XXXXXXX			
XXXXXXX			
XXXXXXX			
XXXXXXX			
XXXXXXX			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/10/2007	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 09098346000149	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR XXXXXXXXXXXXXX	UF XX
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME		USO DA JUNTA COMERCIAL: DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
DATA DA ASSINATURA 11/01/2011	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO JOSE CLOVES DA SILVA LEITE		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE  VOCAZ - JUCAL 11/01/11		AUTENTICO  JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ALAGOAS CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/02/2011 SOB Nº: 27600161649 Protocolo: 11/006074-1, DE 11/02/2011 Empresa: 27 1 0116294 7 J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA ME  MIRIAM FERREIRA TABOZA SECRETARIO-GERAL	

1582



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS



11/006074-1

378

2006045*

A sociedade girará sob o nome empresarial **J C DA SILVA LEITE E CIA. LTDA**, com sede na rua Padre Daniel Bezerra, nº. 7, Centro, Batalha, Alagoas, CEP: 57420-000, e usará a expressão **ARMAZEM KIBARATO** como nome de fantasia, podendo, todavia, estabelecer filiais, em qualquer ponto do território nacional ou fora dele mediante alteração contratual por todos os sócios.

A sociedade terá o seguinte objeto social:

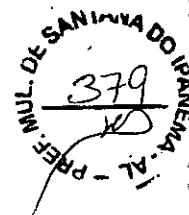
100-100000

O capital social é de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), dividido em 30.000 (Trinta Mil) quotas de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do País, sendo subscrito e com integralização pelos sócios como segue:

1

DOS CLOÛES DASILVA LEITE
Deleção Luminosa da Silva

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
J. C. DA SILVA LEITE & CIA. LTDA



CLÁUSULA QUARTA - DAS QUOTAS DA SOCIEDADE

As quotas da sociedade serão indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, no todo ou em parte, sem o consentimento dos demais sócios, aos quais ficam assegurados em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postos à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS QUOTAS DA SOCIEDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração será exercida separadamente pelo sócio **ROBSON FERNANDES DA SILVA**, que assume a responsabilidade e a função de administrador o qual poderá praticar todos os atos de operações referentes à gestão da sociedade dentro dos limites do objeto social, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vetada a concessão de avais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor da empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade constituída.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO, LUCROS E/OU PREJUÍZOS

O exercício social encerrará em 31 de dezembro de cada ano, quando o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do resultado econômico, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sob as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer dos sócios, a quota com relação ao primeiro, não será liquidada, sendo seu valor apurado em balanço especial àquela data. Nas demais hipóteses: poderá a sociedade continuar com seus herdeiros, sucessores e o incapaz, este, desde que legalmente autorizado. O sócio que se retirar será substituído com o ingresso de um novo sócio, desde que conveniente aos demais. O sócio falecido será substituído mediante acordo firmado entre herdeiros e os demais sócios, ou indicado judicialmente. Se interditado será representado ou assistido legalmente. Caso contrário, ou seja, inexistindo interesse de comum acordo na continuidade da empresa, esta será liquidada após apuração em balanço patrimonial, cujo resultado econômico, se positivo, será pago ao sócio que se retirou ou aos herdeiros do falecido em 10 (dez) prestações iguais, no prazo máximo de 10 (dez) meses a contar do encerramento deste, desde que não se crie obstáculo para seu encerramento; se negativo, o sócio que se retirou ou os herdeiros do sócio falecido suportarão nas mesmas proporções. Em nenhuma das hipóteses a sociedade poderá continuar apenas com um sócio por mais de 180 (cento e oitenta) dias.

JOSUESDASILVALEITE

11 1 12 13 14

20040960454

FEB 16 2011

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO
J. C. DA SILVA LEITE & CIA. LTDA**



CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

O início da atividade empresarial individual ocorreu em 02/10/2007, e através deste instrumento prosseguirá transformada para sociedade empresaria a partir da data de deferimento do presente instrumento pela Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL), e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESIMPEDIMENTO

O administrador declara sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Batalha, deste Estado de Alagoas, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro Foro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESIGNAÇÃO E ADMINISTRADORES NÃO SÓCIOS

A sociedade poderá designar administradores não sócios, devendo a designação ser aprovada pelos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OMISSÕES

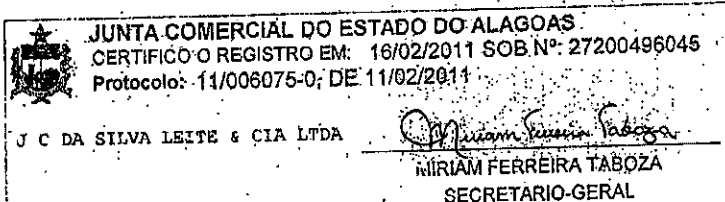
Quando houver omissão de normas específicas regentes de sociedade limitada, supletivamente poderão ser aplicadas às normas em vigor, estabelecidas para as sociedades anônimas.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, destinando-se 1 (uma) das vias ao arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Arapiraca, 18 de janeiro de 2011.

JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
Sócio

Robson Fernandes da Silva
ROBSON FERNANDES DA SILVA
Sócio





Página 11

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE **J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, Sr. JOSE CLOVES DA SILVA LEITE, brasileiro, solteiro, nascido em 24/12/1979, empresário, portador da cédula de identidade n.º 31257500 SSP- AL, CPF n.º 068.611.904-54, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, n.º 534 - Bairro Centro, cidade de Batalha, CEP 57.420-000 no Estado de Alagoas;

ROBSON FERNANDES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial bens, nascido em 12/08/1978, empresário, portador da carteira de identidade n.º 1.686.512 SSP/AL, e no CPF n.º 023.639.634-07, residente e domiciliado na Rua Danilo de Carvalho Houli, n.º 262- Bairro Centro, cidade de Batalha, CEP 57.420-000 no Estado de Alagoas;

Únicos sócios da empresa: J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME, com sede no Terminal Rodoviário, n.º 34 - bairro Centro - Batalha - AL, CEP - 57.420-000, registrada na Junta Comercial sob o n.º 27200496045, em 16/02/2011 e inscrita no CNPJ sob o n.º 09.098.346/0001-49, resolvem de comum acordo alterar o contrato social, que regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA 1ª - ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL

A sociedade que antes era: J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME, passa neste ato para: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.

CLÁUSULA 2ª - ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A Sede da sociedade que era no Terminal Rodoviário, n.º 34 bairro Centro - Batalha - AL, CEP - 57.420-000, fica transferida para Avenida Governador Afrânio Lages, n.º 817, bairro Centro - Batalha - AL, CEP 57.420-000.

JOSÉ CLOVES DA SILVA LEITE

Robson Fernandes da Silva
Presidente dos Sócios Silva



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB N.º 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano da Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015



2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE **J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME**

CLÁUSULA 3ª - ADMISSÃO DE SÓCIO

E admitida na sociedade: LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 03/10/1977, empresária, portadora da cédula de identidade sob o nº 1.568.727 SSP/AL e CPF nº 029.456.414-45, residente e domiciliada na Rua Danilo de Carvalho Houli, n.º 262 - bairro Centro - Batalha - Alagoas - CEP 57420-000.

CLÁUSULA 4ª - RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade: JOSE CLOVES DA SILVA LEITE, já identificado no preâmbulo, deste instrumento, o qual participa no capital da empresa com um montante de 15.000 (quinze mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo um capital de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional, que cede e transfere para a sócia ora admitida a Sra. LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, 12.000 (doze mil) quotas no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e para o sócio ROBSON FERNANDES DA SILVA, 3.000 (três mil) quotas no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), dando pela presente pleno, geral e irrevogável quitação de todos os seus direitos.

JOSE CLOVES DA SILVA LEITE

CLÁUSULA 5ª - ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objetivo social neste ato passa ser:

Atividade Principal

- Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) - CNAE - 4784-9/00

Atividades Secundárias

- Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar - CNAE - 4649-4/08;

Robson Fernandes da Silva
Luciella dos Santos Silva



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACIÓ, 22/06/2015



2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE **J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME**

- Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - CNAE - 4712-1/00;
- Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática - CNAE - 4751-2/01;
- Comercio varejista de materiais de construção em geral - CNAE - 4744-0/99;
- Comercio varejista de bebidas - CNAE - 4723-7/00;
- Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal - CNAE - 4772-5/00;
- Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação - CNAE - 4789-0/04;

CLÁUSULA 6ª - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, e passa neste ato para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, esta assim distribuído entre os sócios:

PARÁGRAFO ÚNICO - O sócio **ROBSON FERNANDES DA SILVA**, possuidor de 50% das quotas de capital, no valor de 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), já integralizadas em moeda corrente do país, adquiriu neste ato 3.000 (três mil) quotas do sócio que ora se retira da sociedade, e no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e passa neste ato a integralizar um montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) perfazendo assim um total de R\$ 108.000 (cento e oito mil) quotas de capital totalmente integralizada em moeda corrente do país no valor nominal de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

JOSÉ CLOVES DA SILVA LEITE

Robson Fernando da Silva
Robson Fernando da Silva



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015

3824
Nº
AL - PREF. MUL. DE SANITÁRIA DO PERNAMBUCO

Página 14

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE **J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME**

SÓCIOS	%	COTAS	VALOR
ROBSON FERNANDES DA SILVA	90	108.000	R\$ 108.000,00
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA	10	12.000	R\$ 12.000,00
TOTAL	100%	120.000	R\$ 120.000,00

CLÁUSULA 7ª - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 8ª - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida por ambos os sócios: ROBSON FERNANDES DA SILVA e LUCIELBA DOS SANTOS SILVA, isoladamente ou em conjunto aos quais competem à administração geral de todas as operações comerciais e administrativas da empresa, representando a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, ficando vetada a concessão de avais em nome da sociedade em favor de terceiros, exceto em favor da empresa que venha a ser coligada, controlada ou controladora da sociedade constituída.

CLÁUSULA 9ª - DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

JOSÉ CLOVES DA SILVA LEITE

Robson Fernandes da Silva
Luciella dos Santos Silva



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB Nº. 20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Majorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
J C DA SILVA LEITE & CIA LTDA - ME

CLÁUSULA 10ª - DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observada as disposições regulamentadas pertinentes.

CLÁUSULA 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Arapiraca, Estado de Alagoas, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 12ª - As demais cláusulas de seu contrato não atingidas por este instrumento, permanece em pleno vigor.

E, por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato, assinando-o em 01 (uma) via única destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Alagoas, para que produza os efeitos legais.

Batalha - AL, 09 de Junho de 2015.

Sócios:

Robson Fernandes da Silva
ROBSON FERNANDES DA SILVA

Lucielba dos Santos Silva
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA

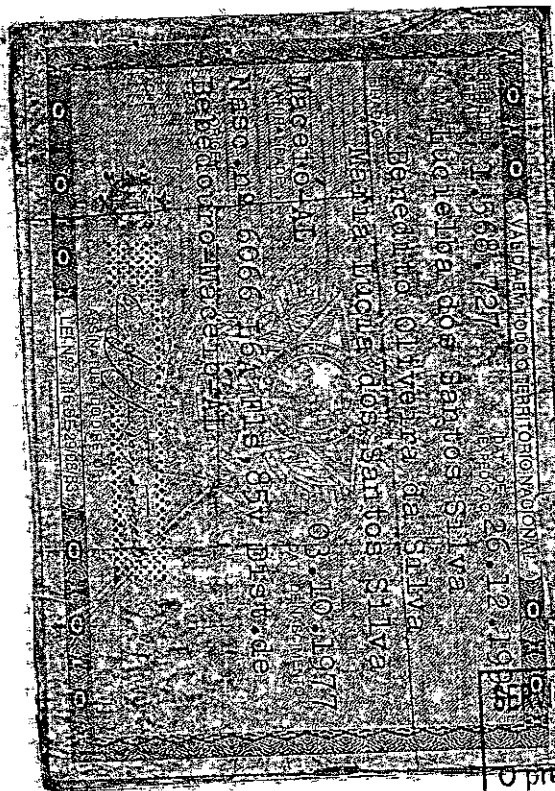
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/06/2015 15:09 SOB N°
20150122357.
PROTOCOLO: 150122357 DE 22/06/2015. NIRE: 27200496045.
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA ME

Edvaldo Maiorano de Lima
SECRETÁRIO GERAL
MACEIÓ, 22/06/2015



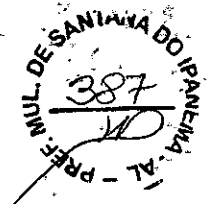
SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS - BATALHA/AL
AUTENTICAÇÃO

O presente é cópia fiel do original do(a) te

Batalha/AL 30-07-2015

Em Teste, ou Verbo _____ O Notário.

Bel: Hildebranco Balbino de Melo - Not./Reg./Protesto
Bela Franciane Hellen Lopes Melo - Substituta
Inçon Balbino de Melo - Substituto



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document.



CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP



Razão Social : **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME**
CNPJ : **09.098.346/0001-49**
Número de Autorização : **GLP/AL0231602**
Número Despacho : **ANP Nº 1577**
Data da Publicação 11/11/2015 : **11/11/2015**
Endereço : **AV GOVERNADOR AFRANIO LAGES - 817 -
CENTRO - BATALHA - AL**

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, **CERTIFICA** que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP, nos termos da Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003.

Emitido às **16:37:08** horas do dia **09/03/2017** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **B7A1.7E89.89F3.F36F**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Ponto de Revenda de GLP Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

389
AL - PREF. MUN. DE SANITÁRIA DO PANEMA

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.098.346/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/10/2007
NOME EMPRESARIAL DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ARMAZEM KI BARATO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV GOVERNADOR AFRANIO LAGES	NÚMERO 817	COMPLEMENTO	
CEP 57.420-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BATALHA	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO JT.CONTABILIDADE @BOL.COM.BR		TELEFONE (82) 3344-0129 / (82) 3522-6264	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/10/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 10/05/2017 às 22:01:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Handwritten signatures and initials.

**Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas**

Superintendência de Receita Estadual - SRE

Secretaria Adjunta da Receita Estadual


Diretoria de Cadastro

Quarta-feira, 10 de Maio de 2017

**Sistema de Emissão da Ficha Cadastral do Contribuinte - FIC On-Line****Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte, Confira os dados de Identificação da Empresa e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SEFAZ a sua atualização cadastral.

As informações contidas nesta ficha carecem de verificação junto a SEFAZ para comprovação da idoneidade dos dados contidos.

 Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças - PGF Secretaria Executiva de Fazenda do Estado de Alagoas - SEFAZ Secretaria Adjunta da Receita Estadual - SARE Diretoria de Cadastro - DICAD		
NÚMERO CACEAL 242.07118-0 CNPJ/CPF 09.098.346/0001-49	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	INÍCIO DE ATIVIDADE 03/10/2007 OPTANTE PELO SIMPLES ? SIM
RAZÃO SOCIAL DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME		
NOME DE FANTASIA ARMAZEM KI BARATO		
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA 4784900 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) (PRINCIPAL) 4712100 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 4723700 - Comércio varejista de bebidas 4751201 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 4772500 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 4789004 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 4649408 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral		
CÓDIGO - DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 83 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV GOVERNADOR AFRANIO LAGES	NÚMERO 817	COMPLEMENTO
CEP 57420-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BATALHA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		UF AL
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/5/2017		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JT.CONTABILIDADE @BOL.COM.BR		

Data de Emissão: Quarta, 10 de Maio de 2017, às 22:04:20 (data e hora de Brasília).

Para qualquer sugestão ligar para:



Informações: Call Center Sefaz - 0800 284 1060

2000 - 2017 @GETI WEB - © Gerência Executiva de Tecnologia da Informação - SEFAZ/AL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME**
CNPJ: **09.098.346/0001-49**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 07:12:20 do dia 11/05/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/11/2017.

Código de controle da certidão: **6E7A.AD57.D05A.32A4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO



Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME - REGULAR
CNPJ : 09098346000149

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE n.º 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 22:22:40 do dia 10/05/17

Válida até 09/07/2017.

Código de controle da certidão: 96BD-D203-6BF4-F418

20

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

[Handwritten signatures and marks]



BATALHA
— FORTES TRADIÇÃO, NOVAS CRIATIVIDADES —

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

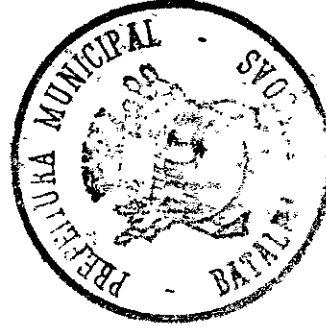
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL

De acordo com a Lei Municipal nº 547/2008. CAPÍTULO 'V'. Certifico para os devidos fins que revendo nos arquivos de lançamentos desta Prefeitura, no setor de tributos e arrecadações com inscrição municipal no (Cadastro Técnico Econômico Social) TL Nº 00485 neles constatei que a empresa, **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA-ME**, cadastrada com CNPJ sob número **09.098.346/0001-49**, localizado a **AV. GOV. AFRÂNIO LAGES, nº 817 Batalha/AL**, não possui nenhum débito com a Fazenda Municipal.

Validade: 90 dias.

E por ser verdade assino a presente Certidão;

Batalha/AL, 24 de Março de 2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BATALHA
ROBERTO BELARMINO DOS SANTOS
FISCAL DE TRIBUTOS
MATRÍCULA Nº 166



IMPRIMIR

VOLTAR

MUL. DE SANITARIA DO IANACARA - AL - PREC. 394

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 09098346/0001-49
Razão Social: J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA
Nome Fantasia: ARMAZEM KI BARATO
Endereço: TER RODOVIARIO 34 / CENTRO / BATALHA / AL / 57420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/05/2017 a 08/06/2017

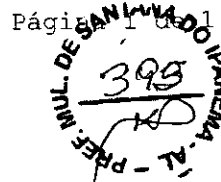
Certificação Número: 2017051002452090309470

Informação obtida em 10/05/2017, às 22:17:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DISTRIBUIDORA DE GS CONFIANA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.098.346/0001-49
Certidão nº: 126415445/2017
Expedição: 23/03/2017, às 17:49:29
Validade: 18/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DISTRIBUIDORA DE GS CONFIANA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.098.346/0001-49**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

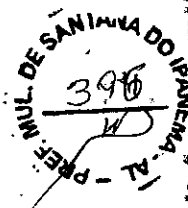
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS

Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 001998589****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA. - ME, vinculado ao CNPJ: 09.098.346/0001-49 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1- A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2- A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5- A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, quarta-feira, 10 de maio de 2017 às 22h21min.

PEDIDO Nº:**001998589**

CERTIDÃO SIMPLIFICADA**Certidão Simplificada para Sociedades Empresárias, exceto as Anônimas e suas Filiais**

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial

DISTRIBUIDORA DE GÁS-CONFIANÇA LTDA - ME

Natureza Jurídica: 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresa (NIRE da Sede)
27200496045C.N.P.J
09098346000149Data de Arquivamento do Ato
Constitutivo
02/10/2007Data de Início de Atividades
02/10/2007**Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, CEP, UF)**

AVENIDA GOVERNADOR AFRANIO LAGES, 817, CENTRO, BATALHA - 57420000 - Alagoas

Objeto Social

Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domicilia, Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Comércio varejista de bebidas, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação,

Capital Social

R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Capital Integralizado

R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais)

Microempresa ou Empresa de
Pequeno Porte
MicroempresaPrazo de Duração
Indeterminado**Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato**

Nome/CPF ou CNPJ	Participação no capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
JOSE CLOVES DA SILVA LEITE - 06861190454	R\$ 0,00	EMPRESÁRIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
ROBSON FERNANDES DA SILVA - 02363963407	R\$ 0,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
ROBSON FERNANDES DA SILVA - 02363963407	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA - 02945641445	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX
LUCIELBA DOS SANTOS SILVA - 02945641445	R\$ 0,00	SOCIO	XXXXXXXXXXXX	XX/XX/XXXXXX

Último Arquivamento

Data: 22/06/2015 00:00:00 Número: 20150122357

Ato: ALTERAÇÃO

Evento: ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL

Situação
REGISTRO ATIVOStatus
XXXXXXXXXXXXXX**Filiais**

Empresa não Possui Filiais registradas nesta Junta....

Número Protocolo



170054705

Local, Data

Maceió, sexta-feira, 10 de março de 2017

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
Secretário(a) Geral

Este documento foi assinado digitalmente, em conformidade com a MP 2200-2/2001, por meio do e-CNPJ nº 10.279.310/0001-10 - Fundo Estadual do Registro e Comércio, em sexta-feira, 10 de março de 2017 às 4:39

Se impresso, para conferência acesse o site: www.juceal.al.gov.br - Opção Acesso Rápido >> Autenticidade de Certidão, e informe o número do protocolo.

**CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL ADALBERTO MARROQUIM
AV. PAULO DANTAS, 285, CENTRO – BATALHA/AL.**




ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

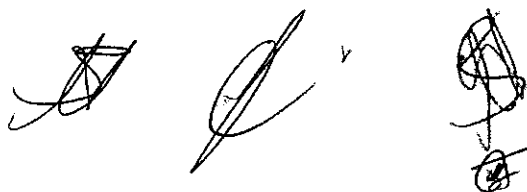
Atestamos para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa **Distribuidora de Gás Confiança Ltda**, inscrita no CNPJ: 09.098.346/0001-49, sediada na Avenida Gov. Afrânio Lages, 817 – Bairro Centro em Batalha – Alagoas, forneceu Gás de Cozinha (GLP).

Tendo desempenhado a prestação do seu serviço e fornecimento dos produtos a contento, no que se refere ao prazo de entrega, a quantidade e qualidade dos produtos e os demais requisitos exigidos por este Conselho Escolar, sem nada que o desabone.

Batalha - AL, 23 de Março de 2017.


Michelane Soares de Melo Costa
- Presidente -

CONFERE C/ ORIGINAL
EM: 11 / 05 / 17

SERVIDOR RESPONSÁVEL



CONSELHO ESCOLAR
ESCOLA DERALDO CAMPOS

CNPJ: 03.721.114/0001-19



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ: 09.098.346/0001-49, sediada a Avenida Gov. Afrânio Lages nº 817 - Bairro Centro em Batalha - Alagoas, tem fornecido Gás de Cozinha (GLP) e Água Mineral a esta instituição.

Tendo desempenhado a prestação do seu serviço e fornecimento dos produtos a contento, no que se refere ao prazo de entrega, a qualidade dos produtos e os demais requisitos exigidos por esta empresa, sem nada que o desabone.

Batalha - AL, 01 de novembro de 2016.

CONFERE C/ ORIGINAL

EM: 11/05/17

SERVIDOR RESPONSÁVEL

Maria A. Silva de Miranda

Maria Aparecida S. de Miranda

CPF: 636.285.974-04

RG: 846.226 SSP/AL

Diretora Escolar

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS



AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS -
AVCB

Nº. 22065

Nos termos do art. 8º do Decreto nº 26.414/2013, conforme Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico - PSCIP nº 17488 cadastrado neste CBM/AL, VISTORIEI no dia 30/11/2016, as instalações de uma Edificação M-ESPECIAL - Armazenamento GLP Classe IV, com 1 pavimento(s) e área de construção de 54.76 m², situado na(o) AVENIDA GOVERNADOR AFRÂNIO LAGES, 817, CENTRO, Batalha-AL, denominada **DISTRIBUIDORA DE GAS CONFIANÇA LTDA - ME**, com o CNPJ/CPF 09.098.346/0001-49. Faço constar na presente data, que no momento da realização da vistoria, constatei o CUMPRIMENTO das medidas de segurança contra incêndio e pânico consignadas no PSCIP nº. 17488.

O presente AVCB tem validade de 01 (um) ano a partir de **30/11/2016**, desde que o proprietário ou responsável pelo uso, durante este período, mantenha todas as medidas de segurança contra incêndio e pânico em conformidade com as normas técnicas exigidas no PSCIP.

1. O Projeto Contra Incêndio e Pânico é de responsabilidade do proprietário ou locatário que faz uso do imóvel, devendo ainda o projeto permanecer na edificação e disponível em qualquer tempo para consulta do Corpo de Bombeiros.
2. Deverá o proprietário ou responsável pelo uso manter todos os sistemas preventivos em perfeitas condições de uso.
3. O descumprimento do item 2 anulará o AVCB da edificação.

Diretoria de Atividades Técnicas, 30/11/2016.

VISTORIANTE: 3º SGT GILSON MELO TENÓRIO

VISTADO POR: MAJ PAULO PANTALEÃO DOS SANTOS

Este Certificado deverá ter sua autenticidade comprovada no endereço eletrônico: <http://www.bombeiros.al.gov.br/csar>
Documento emitido pelo SAPS - Sistema de Acompanhamento de Projetos de Segurança - Conforme Portaria nº198 de 23/11/2011 (BGO nº217)
do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas

Distribuidora de Gás e Água

Confiança

LIQUIGÁS

ENTREGA RÁPIDA

99964.6900

98125.4414



DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA.-ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Batalha - AL

CEP: 57.420-000

Fone: (82) 3531-1575

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

Pregão Presencial nº 03/2017.

DECLARAÇÕES

A Empresa **Distribuidora de Gás Confiança Ltda.**, CNPJ Nº 09.098.346/0001-49, por intermédio de seu representante legal o Sr. Marlon Ferreira da Silva, portador do Registro Geral nº 1.757.290 SSP/AL e CPF nº 041.175.114-08.

1) DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA A HABILITAÇÃO: que, até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2) DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.: para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ()

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.


Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal





DISTRIBUIDORA DE GAS CONFIANÇA LTDA.-ME

CNPJ: 09.098.346/0001-49

Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro

Fone: (82) 3531-1575

Batalha - AL

CEP: 57.420-000

e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

Envelope Nº 2 (Documentos de Habilitação)

Município de Santana do Ipanema - AL

Pregão Presencial Nº 003/2017

Data de Abertura: 11/05/2017

Às 09h00min (horário local).



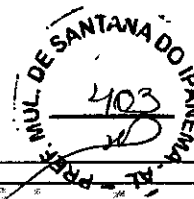
MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /

SANTANA DO IPANEMA / AL

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA****Nº do Pregão:** 03/2017 - SRP - 2ª CHAMADA**Nº do Processo:** 3430.02.24.012/17**Nº da ATA:** PP03/2017 - SRP - 2ª CHAMADA**Data do Pregão:** 11/05/2017 09:00:00**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DO PETRÓLEO - GLP**PREÂMBULO**

No dia 11 de Maio de 2017, às 09:00 horas, reuniram-se neste MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA, situado na Rua CEL LUCENA MARANHÃO, nº 141, CENTRO, o Pregoeiro, Senhor CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES, e a Equipe de Apoio, constituída pelos Senhores AMANDA COSTA MACIEL e KELYSON HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR, com o apoio técnico do Dr. RAFAEL TENÓRIO MELO, para a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, regido pela Lei Federal 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 3.555/00 e subsidiariamente no que for cabível pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Aberta a sessão, procedeu-se o exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e prática dos demais atos de atribuição do Licitante, conforme abaixo pontuando-se que a empresa ALDO NOBRE OLIVEIRA - EPP apenas deixou seus envelopes devidamente lacrados.

CREDENCIAMENTO

NOME DO REPRESENTANTE	EMPRESA	ME / EPP
JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS	ADEMIR AQUINO ME	SIM
MARLON FERREIRA DA SILVA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM
MARIO VAGNER SIQUEIRA DAMASCENO	J. MARIO A. DAMASCENO - ME	NÃO
MAURO FERREIRA RODRIGUES JUNIOR	SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDEIMENTOS - ME	SIM
IURY PINTO E SILVA	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO

O Pregoeiro comunicou o encerramento do credenciamento.

Em seguida recebeu as declarações dos Licitantes presentes de que atendem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no Edital e os dois envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, respectivamente.

REGISTRO DO PREGÃO

Ato contínuo, foram abertos os envelopes contendo as Propostas e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento ou de execução, com aqueles definidos no Edital, tendo desclassificado as propostas desconformes e selecionados entre os Autores das demais, os Licitantes que participaram da Fase de Lances em razão dos preços propostos, nos termos dos incisos VIII e IX do artigo 4º da Lei Federal 10.520, de 17 de Julho de 2002.

Pontuando-se que a empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDEIMENTOS - ME foi desclassificada para o lote 4 por não cotar todos os itens, descumprindo assim o item 6.1 do edital; a empresa J. MARIO A. DAMASCENO - ME teve sua proposta desclassificada em todos os lotes por não apresentar a marca do produto conforme exigido no termo de referência descumprindo assim o item 6.1.1 do edital, ademais a proposta da mesma não estava assinada descumprindo assim o item 6.1 do edital; a empresa ALDO NOBRE OLIVEIRA - EPP teve sua proposta desclassificada para todos os lotes por não apresentar ~~marca em todos os produtos bem como apresentou as especificações incompletas dos itens, descumprindo assim o item 6.1.1 do edital.~~

Em seguida o Pregoeiro convidou individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor. A sequência de ofertas de lances ocorreu da seguinte forma:

Nº DO ITEM: 00001**STATUS DO ITEM:** VENCEDOR

ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	ADEMIR AQUINO ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA
PROPOSTAS	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	113.875,00	1	113.875,00	0,00	SELECIONADA
PROPOSTAS	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	127.125,00	1	127.125,00	11,64	SELECIONADA
PROPOSTAS	J. MARIO A. DAMASCENO - ME	NÃO	0,00	1	0,00	0,00	DESQUALIFICADO
PROPOSTAS	SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDEIMENTOS - ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 03/2017 - SRP - 2ª CHAMADA / PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17



MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /
SANTANA DO IPANEMA / AL

1ª RODADA	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.800,00	1	113.800,00	0,04	LANCE
1ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	113.750,00	1	113.750,00	0,00	LANCE
2ª RODADA	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.700,00	1	113.700,00	0,04	LANCE
2ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	113.650,00	1	113.650,00	0,00	LANCE
3ª RODADA	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.600,00	1	113.600,00	0,04	LANCE
3ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	113.550,00	1	113.550,00	0,00	LANCE
4ª RODADA	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.500,00	1	113.500,00	0,00	LANCE
4ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	DECLINOU
NEGOCIAÇÃO	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.500,00	1	113.500,00	0,00	VENCEDOR

Nº DO ITEM: 00002

STATUS DO ITEM: VENCEDOR

ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	ADEMIR AQUINO ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA
PROPOSTAS	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	26.125,00	1	26.125,00	0,00	SELECIONADA
PROPOSTAS	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA
NEGOCIAÇÃO	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	26.077,50	1	26.077,50	0,00	VENCEDOR

Nº DO ITEM: 00003

STATUS DO ITEM: VENCEDOR

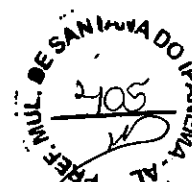
ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.450,00	1	35.450,00	0,00	SELECIONADA
PROPOSTAS	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	37.500,00	1	37.500,00	5,78	SELECIONADA
PROPOSTAS	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	37.500,00	1	37.500,00	5,78	SELECIONADA
1ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.400,00	1	35.400,00	0,14	LANCE
1ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.390,00	1	35.390,00	0,11	LANCE
1ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.350,00	1	35.350,00	0,00	LANCE
2ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.340,00	1	35.340,00	0,06	LANCE
2ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.330,00	1	35.330,00	0,03	LANCE
2ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.320,00	1	35.320,00	0,00	LANCE
3ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.310,00	1	35.310,00	0,06	LANCE
3ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.300,00	1	35.300,00	0,03	LANCE
3ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.290,00	1	35.290,00	0,00	LANCE
4ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.285,00	1	35.285,00	0,04	LANCE
4ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.280,00	1	35.280,00	0,03	LANCE
4ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.270,00	1	35.270,00	0,00	LANCE
5ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.268,00	1	35.268,00	0,02	LANCE
5ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.265,00	1	35.265,00	0,01	LANCE
5ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.260,00	1	35.260,00	0,00	LANCE
6ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.259,00	1	35.259,00	0,00	LANCE
6ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.255,00	1	35.255,00	0,01	LANCE
6ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.250,00	1	35.250,00	0,00	LANCE
7ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.248,00	1	35.248,00	0,02	LANCE
7ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.245,00	1	35.245,00	0,01	LANCE
7ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.240,00	1	35.240,00	0,00	LANCE
8ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	35.239,00	1	35.239,00	0,68	LANCE
8ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	35.230,00	1	35.230,00	0,57	LANCE
8ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	35.000,00	1	35.000,00	0,00	LANCE
9ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	34.950,00	1	34.950,00	0,43	LANCE
9ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	34.900,00	1	34.900,00	0,29	LANCE
9ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	34.800,00	1	34.800,00	0,00	LANCE
10ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	34.780,00	1	34.780,00	0,81	LANCE
10ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	34.600,00	1	34.600,00	0,29	LANCE
10ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	34.500,00	1	34.500,00	0,00	LANCE
11ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	34.450,00	1	34.450,00	0,73	LANCE
11ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	34.400,00	1	34.400,00	0,58	LANCE
11ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	34.200,00	1	34.200,00	0,00	LANCE
12ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	34.150,00	1	34.150,00	1,04	LANCE
12ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	34.000,00	1	34.000,00	0,59	LANCE
12ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	33.800,00	1	33.800,00	0,00	LANCE
13ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	33.750,00	1	33.750,00	1,66	LANCE
13ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	33.500,00	1	33.500,00	0,90	LANCE
13ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	33.200,00	1	33.200,00	0,00	LANCE
14ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	33.100,00	1	33.100,00	0,91	LANCE



MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /
SANTANA DO IPANEMA / AL

14ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	33.000,00	1	33.000,00	0,61	LANCE
14ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	32.800,00	1	32.800,00	0,00	LANCE
15ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	32.780,00	1	32.780,00	1,17	LANCE
15ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	32.500,00	1	32.500,00	0,31	LANCE
15ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	32.400,00	1	32.400,00	0,00	LANCE
15ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	32.300,00	1	32.300,00	2,54	LANCE
16ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	32.000,00	1	32.000,00	1,59	LANCE
16ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	31.500,00	1	31.500,00	0,00	LANCE
17ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	31.000,00	1	31.000,00	1,64	LANCE
17ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	30.950,00	1	30.950,00	1,48	LANCE
17ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.500,00	1	30.500,00	0,00	LANCE
18ª RODADA	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	0,00	1	0,00	0,00	DECLINOU
18ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	30.450,00	1	30.450,00	0,96	LANCE
18ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.200,00	1	30.200,00	0,00	LANCE
19ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	30.100,00	1	30.100,00	0,33	LANCE
19ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.000,00	1	30.000,00	0,00	LANCE
20ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	DECLINOU
NEGOCIAÇÃO	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.000,00	1	30.000,00	0,00	VENCEDOR

Nº DO ITEM: 00004

STATUS DO ITEM: VENCEDOR

ETAPA	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	STATUS
PROPOSTAS	ADEMIR AQUINO ME	SIM	63.200,00	1	63.200,00	19,25	SELECIONADA
PROPOSTAS	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	53.000,00	1	53.000,00	0,00	SELECIONADA
PROPOSTAS	SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMEN	SIM	0,00	1	0,00	0,00	DESQUALIFICADO
1ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	52.500,00	1	52.500,00	0,96	LANCE
1ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	52.000,00	1	52.000,00	0,00	LANCE
2ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	51.000,00	1	51.000,00	0,20	LANCE
2ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	50.900,00	1	50.900,00	0,00	LANCE
3ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.500,00	1	50.500,00	0,50	LANCE
3ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	50.250,00	1	50.250,00	0,00	LANCE
4ª RODADA	ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.000,00	1	50.000,00	0,00	LANCE
4ª RODADA	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	DECLINOU
NEGOCIAÇÃO	ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.000,00	1	50.000,00	0,00	VENCEDOR

CLASSIFICAÇÃO

Declarada encerrada a etapa de lances, as ofertas foram classificadas em ordem crescente de valor, na seguinte conformidade:

Nº DO ITEM: 00001

FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	POSICÃO
IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.500,00	1	113.500,00	0,00	1º COLOCADO - VENCEDOR
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	113.550,00	1	113.550,00	0,04	2º COLOCADO
ADEMIR AQUINO ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA
SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMENTOS	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA

Nº DO ITEM: 00002

FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	POSICÃO
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	26.077,50	1	26.077,50	0,00	1º COLOCADO - VENCEDOR
ADEMIR AQUINO ME	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA
SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMENTOS	SIM	0,00	1	0,00	0,00	SEM PROPOSTA

Nº DO ITEM: 00003

FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	POSICÃO
ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.000,00	1	30.000,00	0,00	1º COLOCADO - VENCEDOR
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	30.100,00	1	30.100,00	0,33	2º COLOCADO
SAMUEL MOTA MENDONCA JUNIOR EMPREENDIMENTOS	SIM	31.000,00	1	31.000,00	3,33	3º COLOCADO

Nº DO ITEM: 00004

FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	%	POSICÃO
ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.000,00	1	50.000,00	0,00	1º COLOCADO - VENCEDOR
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	50.250,00	1	50.250,00	0,50	2º COLOCADO

NEGOCIAÇÃO

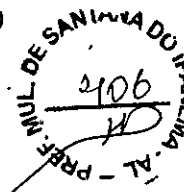
ATA DE SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 03/2017 - SRP - 2ª CHAMADA / PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17



MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /
SANTANA DO IPANEMA / AL

Negociada a redução do preço da menor oferta, o Pregoeiro considerou que o preço obtido, abaixo especificado, é aceitável e está dentro dos padrões de mercado.

ITEM	FORNECEDOR	ME/EPP	MELHOR PREÇO	R\$ UNITÁRIO NEGOCIADO	QTD	R\$ TOTAL NEGOCIADO	STATUS
00001	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.500,00	113.500,00	1	113.500,00	ACEITÁVEL
00002	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA	SIM	26.125,00	26.077,50	1	26.077,50	ACEITÁVEL
00003	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.000,00	30.000,00	1	30.000,00	ACEITÁVEL
00004	ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.000,00	50.000,00	1	50.000,00	ACEITÁVEL
VALOR GLOBAL			219.625,00	219.577,50	4	219.577,50	

HABILITAÇÃO

Aberto o 2º envelope dos Licitantes que apresentaram a melhor proposta e analisados os documentos de habilitação, foi verificado o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital.

Pontue-se que a empresa IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA apresentou certidão da ANP com dados incompletos por erro de impressão, tendo sido realizada diligência por este Pregoeiro no site www.anp.gov.br verificando-se que o mesmo encontra-se devidamente autorizado a venda do objeto em questão, declarando-se o mesmo habilitado.

Os documentos de habilitação examinados e as propostas dos credenciados foram rubricados pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio e colocados à disposição dos Licitantes para exame e rubrica.

RESULTADO

À vista da habilitação, foi declarado:

ITEM	FORNECEDOR	ME/EPP	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL	STATUS
00001	IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA	NÃO	113.500,00	1	113.500,00	ACEITÁVEL
00002	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME	SIM	26.077,50	1	26.077,50	ACEITÁVEL
00003	ADEMIR AQUINO ME	SIM	30.000,00	1	30.000,00	ACEITÁVEL
00004	ADEMIR AQUINO ME	SIM	50.000,00	1	50.000,00	ACEITÁVEL
VALOR GLOBAL			219.577,50	4	219.577,50	

OCORRÊNCIAS

Com base na Lei Complementar 123/06, referente ao §2º do Art. 44 - Capítulo V, foi concedido direito de preferência ao licitante DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME, por se tratar de uma empresa ME/EPP, porém a mesma declinou de direito à oferecer proposta inferior ao menor preço.

ENCERRAMENTO

Em vista do resultado, o Pregoeiro questionou os Licitantes presentes se desejava apresentar recursos sobre os atos realizados no certame, os mesmos declinaram de seu direito à interposição de recursos.

Pontue-se que a empresa SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDEMENTO - ME, requereu a devolução de seu envelope com os documentos de habilitação o que foi deferido por este Pregoeiro.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

ASSINATURAS

Júlio César de Carvalho Barros
JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS
ADEMIR AQUINO ME

MARLON FERREIRA DA SILVA
DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME

AMANDA COSTA MACIEL
EQUIPE DE APOIO
CARLOS THOMAZ ACCIOLY FERNANDES
PREGOEIRO



MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - 12.250.916/0001-89

R CEL LUCENA MARANHÃO, 141 - CENTRO

CEP: 57500-000

Fone / Fax: (82)3621-3280 /
SANTANA DO IPANEMA / AL



MARIO VAGNER SIQUEIRA DAMASCENO(AUSENTE)

J. MARIO AL DAMASCENO - ME

MAURO FERREIRA RODRIGUES JUNIOR

SAMUEL MOTA MENDONÇA JUNIOR EMPREENDIMENTOS
- ME

IURY PINTO E SILVA

IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA

Kelyson Henrique de Oliveira Defensor
KELYSO HENRIQUE DE OLIVEIRA DEFENSOR

EQUIPE DE APOIO

Rafael Tenório Melo
RAFAEL TENÓRIO MELO
TÉCNICO

COPIA



CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP



Razão Social : IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
CNPJ : 08.418.303/0004-83
Número de Autorização : GLP/AL0172955
Número Despacho : ANP Nº 984
Data da Publicação : 12/09/2008
12/09/2008
Endereço : RUA JOSÉ TEODÓSIO DA SILVA - 149 -
DOMINGOS ACACIO - SANTANA DO IPANEMA -
AL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, CERTIFICA que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada a exercer a atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo – GLP, nos termos da Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003.

Emitido às 12:46:09 horas do dia 11/05/2017 (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: 0AA8.ACEE.EE1B.1BCF

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Ponto de Revenda de GLP Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



COPIA

**CONFERE DAS
CERTIDÕES**

Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#) | [Histórico do Empregador](#)

:: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, bem como a situação de regularidade apurada na vigência da Circular CAIXA 204/2001 - de 08 de janeiro a 22 de abril de 2001.

Inscrição: 13736940/0001-95**Razão Social:** ADEMIR AQUINO ME

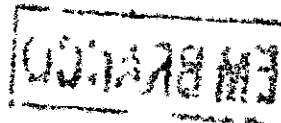
Data de Emissão/ Leitura	Data de Validade	Número do CRF
04/05/2017	04/05/2017 a 02/06/2017	2017050403340454856169
15/04/2017	15/04/2017 a 14/05/2017	2017041503065515550693
27/03/2017	27/03/2017 a 25/04/2017	2017032702442953437269
08/03/2017	08/03/2017 a 06/04/2017	2017030803430464499768
17/02/2017	17/02/2017 a 18/03/2017	2017021704581268406489
29/01/2017	29/01/2017 a 27/02/2017	2017012903593832562461
10/01/2017	10/01/2017 a 08/02/2017	2017011006152579078992
22/12/2016	22/12/2016 a 20/01/2017	2016122204372424967393
03/12/2016	03/12/2016 a 01/01/2017	2016120304055717070035
14/11/2016	14/11/2016 a 13/12/2016	2016111403252673032360
26/10/2016	26/10/2016 a 24/11/2016	2016102603544444252600
07/10/2016	07/10/2016 a 05/11/2016	2016100703364617075870
18/09/2016	18/09/2016 a 17/10/2016	2016091803290362665577
30/08/2016	30/08/2016 a 28/09/2016	2016083003261565466820
11/08/2016	11/08/2016 a 09/09/2016	2016081111192709329170
23/07/2016	23/07/2016 a 21/08/2016	2016072303595031747305
04/07/2016	04/07/2016 a 02/08/2016	2016070403043879445471
15/06/2016	15/06/2016 a 14/07/2016	2016061503420657283808
27/05/2016	27/05/2016 a 25/06/2016	2016052702504307904134
08/05/2016	08/05/2016 a 06/06/2016	2016050803045829353503
19/04/2016	19/04/2016 a 18/05/2016	2016041902201934668136
31/03/2016	31/03/2016 a 29/04/2016	2016033102153557350349
12/03/2016	12/03/2016 a 10/04/2016	2016031213165650244768
15/02/2016	15/02/2016 a 15/03/2016	2016021511512280061934
27/01/2016	27/01/2016 a 25/02/2016	2016012708343060634209
08/01/2016	08/01/2016 a 06/02/2016	2016010808352860094559
20/12/2015	20/12/2015 a 18/01/2016	2015122012430220208834
01/12/2015	01/12/2015 a 30/12/2015	2015120111440871198160
11/11/2015	11/11/2015 a 10/12/2015	2015111114174514391604
23/10/2015	23/10/2015 a 21/11/2015	2015102313425836174869
04/10/2015	04/10/2015 a 02/11/2015	2015100410430786054308
15/09/2015	15/09/2015 a 14/10/2015	2015091511505433196426
27/08/2015	27/08/2015 a 25/09/2015	2015082712251602519195
08/08/2015	08/08/2015 a 06/09/2015	2015080812244491365930
13/07/2015	13/07/2015 a 11/08/2015	2015071307162534362969

24/06/2015	24/06/2015 a 23/07/2015	2015062408495889663686
05/06/2015	05/06/2015 a 04/07/2015	2015060507234539132710
17/05/2015	17/05/2015 a 15/06/2015	2015051708092181192351
28/04/2015	28/04/2015 a 27/05/2015	2015042806472141734352
09/04/2015	09/04/2015 a 08/05/2015	2015040910135270761611
21/03/2015	21/03/2015 a 19/04/2015	2015032109142804675632
02/03/2015	02/03/2015 a 31/03/2015	2015030211085862346871
10/02/2015	10/02/2015 a 11/03/2015	2015021004470487130401
22/01/2015	22/01/2015 a 20/02/2015	2015012205360793153570
29/12/2014	29/12/2014 a 27/01/2015	2014122912440952856322
08/12/2014	08/12/2014 a 06/01/2015	2014120812430788462308
17/11/2014	17/11/2014 a 16/12/2014	2014111710235447332107
27/10/2014	27/10/2014 a 25/11/2014	2014102708474951577154
06/10/2014	06/10/2014 a 04/11/2014	2014100608390977054341
15/09/2014	15/09/2014 a 14/10/2014	2014091509525990490678

Resultado da consulta em 11/05/2017 às 15:03:52

■ Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas
Superintendência de Receita Estadual - SRE
Secretaria Adjunta da Receita Estadual
Diretoria de Arrecadação e Crédito Tributário

Sistema para Emissão de Certidão Negativa de Débitos

Confirmação de Autenticidade de Certidão Negativa - Resultado de Consulta

Certidão Válida

 Página Inicial



50/2016/113



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO



Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: ADEMIR AQUINO - ME - REGULAR

CNPJ : 13736940000195

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE nº 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 15:08:26 do dia 11/05/17

Válida até 10/07/2017.

Código de controle da certidão: 38B8-9EE7-649B-3EDE

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ADEMIR AQUINO - ME
CNPJ: 13.736.940/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 14:23:25 do dia 03/05/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/10/2017.

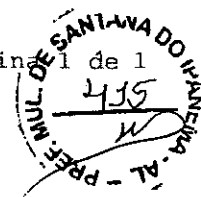
Código de controle da certidão: **005A.45A1.B712.A0F1**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ADEMIR AQUINO - ME

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.736.940/0001-95

Certidão nº: 128243226/2017

Expedição: 03/05/2017, às 14:28:16

Validade: 29/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ADEMIR AQUINO - ME**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
13.736.940/0001-95, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL

**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA**



CERTIDÃO Nº: 001993073

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

ADEMIR AQUINO - ME, vinculado ao CNPJ: 13.736.940/0001-95 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a **AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA** em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no polo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, quarta-feira, 3 de maio de 2017 às 14h27min.

PEDIDO Nº: **001993073**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
CNPJ: 08.418.303/0001-30

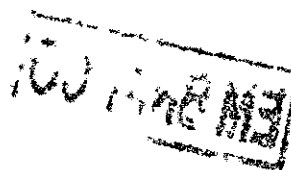
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 18:24:37 do dia 13/03/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/09/2017.

~~Código de controle da certidão: F036.9526.5526.521A~~
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas
Superintendência de Receita Estadual - SRE
Secretaria Adjunta da Receita Estadual
Diretoria de Arrecadação e Crédito Tributário

Sistema para Emissão de Certidão Negativa de Débitos

Confirmação de Autenticidade de Certidão Negativa - Resultado de Consulta

MUL. DE SANITARIA DO
418
AL - PREC

Certidão Válida

Página Inicial

16/03/2013



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CREDITO TRIBUTARIO

MUL. DE SANTANA DO IPANEMA
2139
AL - PRD - TV

Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA - REGULAR
CNPJ : 08418303000483

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE nº 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 15:18:20 do dia 11/05/17
Válida até 10/07/2017.

Código de controle da certidão: 1B54-0E52-5A6F-2E2A

CONTROLE

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#) | [Histórico do Empregador](#)

:: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, bem como a situação de regularidade apurada na vigência da Circular CAIXA 204/2001 - de 08 de janeiro a 22 de abril de 2001.

Inscrição: 08418303/0004-83**Razão Social:** IRMAOS JOTA PINTO CIA LTDA**Nome Fantasia:** POSTO JOTA PINTO

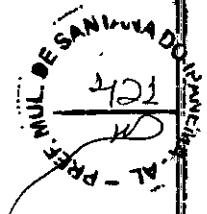
Data de Emissão/ Leitura	Data de Validade	Número do CRF
26/04/2017	26/04/2017 a 25/05/2017	2017042601350700563743
07/04/2017	07/04/2017 a 06/05/2017	2017040702163726294980
19/03/2017	19/03/2017 a 17/04/2017	2017031901212411928278
28/02/2017	28/02/2017 a 29/03/2017	2017022801252139876150
09/02/2017	09/02/2017 a 10/03/2017	2017020902273802221124
21/01/2017	21/01/2017 a 19/02/2017	2017012103272764530783
02/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	2017010201530686977704
14/12/2016	14/12/2016 a 12/01/2017	2016121402384087641789
25/11/2016	25/11/2016 a 24/12/2016	2016112502480958227974
06/11/2016	06/11/2016 a 05/12/2016	2016110602141960631262
18/10/2016	18/10/2016 a 16/11/2016	2016101802530973698482
29/09/2016	29/09/2016 a 28/10/2016	2016092902195040640814
10/09/2016	10/09/2016 a 09/10/2016	2016091001521846668775
22/08/2016	22/08/2016 a 20/09/2016	2016082201091756460706
03/08/2016	03/08/2016 a 01/09/2016	2016080302264781600370
15/07/2016	15/07/2016 a 13/08/2016	2016071502025900583222
26/06/2016	26/06/2016 a 25/07/2016	2016062602583517923010
07/06/2016	07/06/2016 a 06/07/2016	2016060702060852276907
19/05/2016	19/05/2016 a 17/06/2016	2016051902573866333063
30/04/2016	30/04/2016 a 29/05/2016	2016043002201494021353
11/04/2016	11/04/2016 a 10/05/2016	2016041102071861722887
23/03/2016	23/03/2016 a 21/04/2016	2016032312295602137549
04/03/2016	04/03/2016 a 02/04/2016	2016030407322946198753
14/02/2016	14/02/2016 a 14/03/2016	2016021403504645641660
26/01/2016	26/01/2016 a 24/02/2016	2016012601570390167866
07/01/2016	07/01/2016 a 05/02/2016	2016010702240374935768
19/12/2015	19/12/2015 a 17/01/2016	2015121902010781169124
30/11/2015	30/11/2015 a 29/12/2015	2015113002044039737163
11/11/2015	11/11/2015 a 10/12/2015	2015111104275712088002
23/10/2015	23/10/2015 a 21/11/2015	201510230424444789190
04/10/2015	04/10/2015 a 02/11/2015	2015100402423904715400
15/09/2015	15/09/2015 a 14/10/2015	2015091501365069895153
27/08/2015	27/08/2015 a 25/09/2015	2015082701563767161010
08/08/2015	08/08/2015 a 06/09/2015	2015080802545488894806

18/07/2015	18/07/2015 a 16/08/2015	2015071802423948204321
29/06/2015	29/06/2015 a 28/07/2015	2015062901101253907668
10/06/2015	10/06/2015 a 09/07/2015	2015061003061265197469
22/05/2015	22/05/2015 a 20/06/2015	2015052202481630839715
03/05/2015	03/05/2015 a 01/06/2015	2015050303315348281892
14/04/2015	14/04/2015 a 13/05/2015	2015041401143738897290
26/03/2015	26/03/2015 a 24/04/2015	2015032608111055659365
07/03/2015	07/03/2015 a 05/04/2015	2015030702331739497289
16/02/2015	16/02/2015 a 17/03/2015	2015021603293118729240
26/01/2015	26/01/2015 a 24/02/2015	2015012605311026980994
05/01/2015	05/01/2015 a 03/02/2015	2015010503521490845080
15/12/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	2014121503530054566190
24/11/2014	24/11/2014 a 23/12/2014	2014112404052256483905
03/11/2014	03/11/2014 a 02/12/2014	2014110304302837138402
13/10/2014	13/10/2014 a 11/11/2014	2014101302451283609793
22/09/2014	22/09/2014 a 21/10/2014	2014092201531791337473

Resultado da consulta em 11/05/2017 às 15:14:24

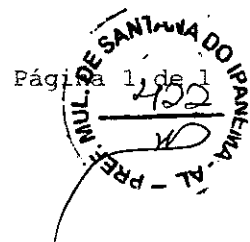
■ Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.418.303/0001-30

Certidão nº: 128140201/2017

Expedição: 02/05/2017, às 10:57:35

Validade: 28/10/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.418.303/0001-30**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS
Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL

**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA**

CERTIDÃO Nº: 001991850

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

IRMAOS JOTA PINTO E CIA LTDA, vinculado ao CNPJ: 08.418.303/0004-83 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a **AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas**, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, terça-feira, 2 de maio de 2017 às 11h00min.

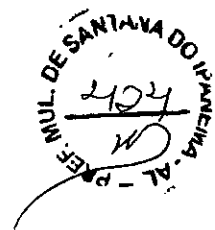
PEDIDO Nº:

001991850





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A ~~aceitação desta certidão~~ está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 07:12:20 do dia 11/05/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/11/2017.

~~Código de controle da certidão:~~ **6E7A.AD57.D65A.32A4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

1024243 ME



Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas
Superintendência de Receita Estadual - SRE
Secretaria Adjunta da Receita Estadual
Diretoria de Arrecadação e Crédito Tributário

SECRETARIA DE SANITARIA DO
425
PL - PR

Sistema para Emissão de Certidão Negativa de Débitos

Confirmação de Autenticidade de Certidão Negativa - Resultado de Consulta

Certidão Válida

 Página Inicial

COINTEME



GOVERNO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL
DIRETORIA DE ARRECAÇÃO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

426
W
MUL. DE SANTANA DO IANILIM

Certidão Negativa de Débitos

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME - REGULAR

CNPJ : 09098346000149

Ressalvado o direito de a Fazenda estadual cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa.

Certidão expedida com base na Portaria SARE nº 62, de 23 de julho de 2004.

Emitida às 15:27:28 do dia 11/05/17

Válida até 10/07/2017.

Código de controle da certidão: D520-CFFE-9764-E3B4

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, através do endereço <http://www.sefaz.al.gov.br/certidao>.

Certidão expedida gratuitamente.

66. 570/112

CAIXAPara você
para todos
os brasileiros

ACESSO SUA CONTA

OK

A CAIXA

REDE DE ATENDIMENTO

OUIVORIA

DOWNLOAD

MAPA DO SITE

SEGURANÇA

IMPRESSÃO

?

Navegue pela CAIXA

Produtos e Serviços

Ajuda

[Home](#) | [SERVIÇOS AO CIDADÃO](#) | [FGTS Empresa](#) | [Consulta Regularidade do Empregador](#) | [Situação de Regularidade do Empregador](#) | [Histórico do Empregador](#)

:: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, bem como a situação de regularidade apurada na vigência da Circular CAIXA 204/2001 - de 08 de janeiro a 22 de abril de 2001.

Inscrição: 09098346/0001-49**Razão Social:** J C DA SILVA LEITE ARMAZEM VAREJISTA**Nome Fantasia:** ARMAZEM KI BARATO

Data de Emissão/ Leitura	Data de Validade	Número do CRF
10/05/2017	10/05/2017 a 08/06/2017	2017051002452090309470
21/04/2017	21/04/2017 a 20/05/2017	2017042102325633506867
02/04/2017	02/04/2017 a 01/05/2017	2017040201265330634724
14/03/2017	14/03/2017 a 12/04/2017	2017031402050030879473
23/02/2017	23/02/2017 a 24/03/2017	2017022303005721360495
04/02/2017	04/02/2017 a 05/03/2017	2017020402231474534209
16/01/2017	16/01/2017 a 14/02/2017	2017011601523844135509
28/12/2016	28/12/2016 a 26/01/2017	2016122802144552244800
09/12/2016	09/12/2016 a 07/01/2017	2016120902081700035789
20/11/2016	20/11/2016 a 19/12/2016	2016112001360257112416
01/11/2016	01/11/2016 a 30/11/2016	2016110101404788649759
13/10/2016	13/10/2016 a 11/11/2016	2016101302032495211419
24/09/2016	24/09/2016 a 23/10/2016	2016092403345017627967
05/09/2016	05/09/2016 a 04/10/2016	2016090501145676163640
17/08/2016	17/08/2016 a 15/09/2016	2016081702081432556841
29/07/2016	29/07/2016 a 27/08/2016	2016072902021552906771
10/07/2016	10/07/2016 a 08/08/2016	2016071002451057117928
21/06/2016	21/06/2016 a 20/07/2016	2016062101562702665823
02/06/2016	02/06/2016 a 01/07/2016	2016060221072747748500
15/02/2016	15/02/2016 a 15/03/2016	2016021504585003376393
27/01/2016	27/01/2016 a 25/02/2016	2016012705211777424301
08/01/2016	08/01/2016 a 06/02/2016	2016010804295173534318
20/12/2015	20/12/2015 a 18/01/2016	2015122008243703319255
01/12/2015	01/12/2015 a 30/12/2015	2015120106291237474383
11/11/2015	11/11/2015 a 10/12/2015	2015111110120130415425
23/10/2015	23/10/2015 a 21/11/2015	2015102309571447307262
04/10/2015	04/10/2015 a 02/11/2015	2015100407432109336042
15/09/2015	15/09/2015 a 14/10/2015	2015091507071063795791
27/08/2015	27/08/2015 a 25/09/2015	2015082707563307780568
08/08/2015	08/08/2015 a 06/09/2015	2015080808590249365355
16/07/2015	16/07/2015 a 14/08/2015	2015071601063645316191
27/06/2015	27/06/2015 a 26/07/2015	2015062702425052693797
08/06/2015	08/06/2015 a 07/07/2015	2015060801191739592448
20/05/2015	20/05/2015 a 18/06/2015	2015052002231785807268

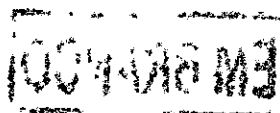
01/05/2015	01/05/2015 a 30/05/2015	2015050103191489488448
12/04/2015	12/04/2015 a 11/05/2015	2015041203105100541103
24/03/2015	24/03/2015 a 22/04/2015	2015032402392712871968
05/03/2015	05/03/2015 a 03/04/2015	2015030503443793365890
14/02/2015	14/02/2015 a 15/03/2015	2015021413033939920000
26/01/2015	26/01/2015 a 24/02/2015	2015012610141562565352
05/01/2015	05/01/2015 a 03/02/2015	2015010510310794300238
15/12/2014	15/12/2014 a 13/01/2015	2014121508064925279169
24/11/2014	24/11/2014 a 23/12/2014	2014112409082168400519
03/11/2014	03/11/2014 a 02/12/2014	2014110310521445818306
13/10/2014	13/10/2014 a 11/11/2014	2014101310402629002676
22/09/2014	22/09/2014 a 21/10/2014	2014092206225920816902
01/09/2014	01/09/2014 a 30/09/2014	2014090106165000317673
11/08/2014	11/08/2014 a 09/09/2014	2014081107584588041749
21/07/2014	21/07/2014 a 19/08/2014	2014072108545713613841
30/06/2014	30/06/2014 a 29/07/2014	2014063008144846666800



Resultado da consulta em 11/05/2017 às 15:23:28

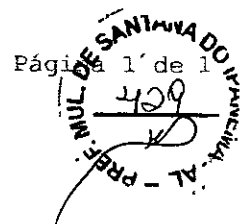
■ Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.098.346/0001-49
Certidão nº: 126415445/2017
Expedição: 23/03/2017, às 17:49:29
Validade: 18/09/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.098.346/0001-49**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ESTADO DE ALAGOAS

Comarca de Maceió

CERTIDÃO ESTADUAL**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 001998589****FOLHA: 1/1**

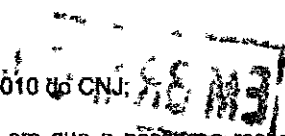
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, no período de 10 anos, verifiquei **NÃO CONSTAR** distribuições em nome de:

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA. - ME, vinculado ao CNPJ: 09.098.346/0001-49 *****

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a **AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado de Alagoas**, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ; 
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

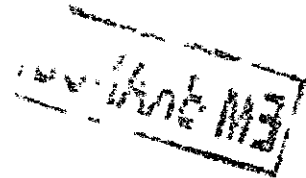
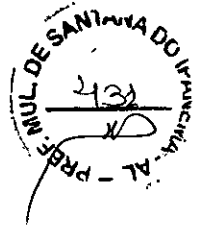
Maceió, quarta-feira, 10 de maio de 2017 às 22h21min.

PEDIDO Nº: **001998589**

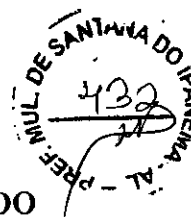




ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PROPOSTA READEQUADA



IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL

CNPJ 08.418.303/0004-84 INSC. 240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131

EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO I

ORÇAMENTO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP – 2ª

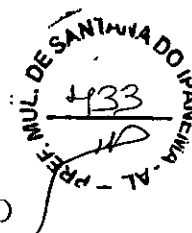
PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

1. OBJETO

1.1 registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP**, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a **Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE Petróleo – GLP E Botijão – COTA PRINCIPAL						
ITEM	Especificação Detalhada do(S) Produto(S)	Unid. De Medida	Quant. Exigida	Marca	Valor unitário	Valor total
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg , altamente tóxico e inflamável e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT	UND	1.525 (Hum mil, quinhentos e vinte cinco)	Butano	R\$ 58,65 (Cinquent a e oito reais e sessenta e cinco reais)	R\$ 89.441,25 (Oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13kg.	UND	200 (Duzentos)	Butano	R\$ 120,00 (Cento e vinte reais)	R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

R\$ 113.441,25 (CENTO E TREZE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) .



II- Dados Bancários

A proponente possui conta corrente 7523-X, agência nº0331-X , do BANCO DO BRASIL S/A.

III- Representação Legal.


Informamos que o Sr.º Iury Pinto e Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº 910934 SSP/AL e do CPF nº 677.659.714-68, casado, empresário, Residente na Rua Marileide Bulhões, nº 590, Bairro: monumento em Santana do Ipanema/AL é representante legal da empresa, nos termos da cláusula sexta da Alteração contratual nº 14, do Contrato social, podendo firmar contrato com a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema do estado de Alagoas.

IV- DECLARAÇÃO

Declaramos que:

- 1) Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.
- 2) O prazo de validade da nossa proposta é de 60(sessenta) dias, a contar da abertura da licitação;
- 3) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Santana do Ipanema, Alagoas 15 de maio de 2017.


Iury Pinto e Silva
CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL

INSCRIÇÃO NO CAD.ICMS
240.64696 - 7
IRMÃOS JOTA PINTO E CIA LTDA
Rua José Teodosio da Silva, 149
Domingos Acácio - CEP: 57.500-000
Santana do Ipanema - Alagoas
CNPJ: 08.418.303/0004 - 83

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.



A
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema -AL
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial 003/2017 - Data de Abertura 11/05/2017
Objeto: Registro de preços para aquisição de Água e Gás glp, para atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema

DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49
Av. Gov. Afrânio Lages nº 817 - Centro
Batalha - AL CEP: 57.420-000 Fone: (82) 3531-1575
e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)								
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO		VALOR TOTAL	
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UNID.	475	Liquigás	R\$ 54,90	cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos	R\$ 26.077,50	vinte e seis mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos
Total do Lote II							R\$	26.077,50
Total do Lote (por extenso)							vinte e seis mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos	

Dados para Assinatura do Contratado:

Sócio Responsável: ROBSON FERNANDES DA SILVA
RG:1.686.512 SSP AL - CPF: 023.639.634-07
Rua Juscelino Kubitschek- Centro - Batalha/AL
Estado Civil: Casado

DADOS BANCÁRIOS:

Banco do Brasil Agência: 0534-7
Conta Corrente: 12.475-3

e-mail: distribuidoradegasconfianca@gmail.com

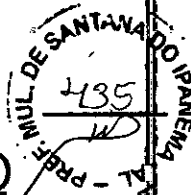
Declaramos que:

- * Em nossos preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;
- * Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;
- * Estamos de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;
- * A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso xv, letra b, da constituição federal;
- * O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;
- * A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da referida proposta.


Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal

ADEMIR AQUINO- ME

**ADEMIR
AQUINO**
DISTRIBUIDORA



Proposta de Preço

Santana do Ipanema, 15 de maio de 2017

A:

Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL

A/C:

Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Presencial nº 03/2017 – SRP 2ª Chamada

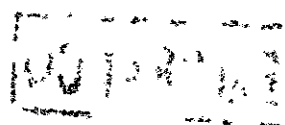
Objetivo: registro de preços para a aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo – GLP com exclusividades de lotes para ME e EPP, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referencia – Anexo I.

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)								
ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL	
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	unidade	5.000	FRASCALLI	R\$ 5,00	Cinco reais	R\$ 25.000,00	Vinte e cinco mil reais

3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	unidade	500	FRASCALLI	R\$ 10,00	Dez reais	R\$ 5.000,00	Cinco mil reais
					TOTAL		R\$ 30.000,00	Trinta mil reais

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)								
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL	
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 11,25	Doze reais	R\$ 11.250,00	Doze mil reais
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 15,65	Quinze reais	R\$ 15.650,00	Quinze mil reais
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	pacote	500	CRYSTAL	R\$ 12,30	Doze reais	R\$ 6.150,00	Seis mil reais
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	caixa	500	CRYSTAL	R\$ 33,90	Trinta e quatro reais	R\$ 16.950,00	Dezessete mil reais
TOTAL							R\$ 50.000,00	Cinquenta mil reais
TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 80.000,00		Oitenta mil reais	

Santana do Ipanema, 15 de maio de 2017



Júlio César de Carvalho Barros

ADEMIR AQUINO – ME

Júlio César de Carvalho Barros

RG 1972082/AL – CPF nº 048.698.464-89

Representante por procuração

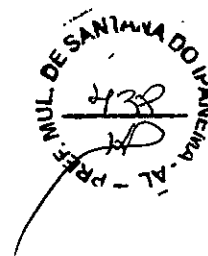
ADEMIR AQUINO – ME

CNPJ sob nº 13.736.940/0001-95 CACEAL nº 242.48108-6

Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233 – Box 1 – Monumento – CEP 57500-000

Santana do Ipanema - Alagoas

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



PROCESSO Nº: 3430.02.24.012/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 03/2017 SRP – 2ª Chamada

OBJETO: Aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

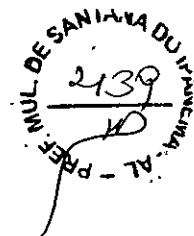
Por este Termo, tendo em vista o que consta do procedimento licitatório em epígrafe e considerando as disposições da Lei nº 10.520/2002 (art. 4º, inciso XX), ADJUDICA-SE o objeto da licitação aos licitantes vencedores, na seguinte conformidade:

LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)	IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA (CNPJ 08.418.303/0001-30)	R\$ 113.441,25
LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01)	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA – ME (CNPJ 09.098.346/0001-49)	R\$ 26.077,50
LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 30.000,00
LOTE 04 – ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 50.000,00

CPL, em 16 de maio de 2017.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



PROCESSO Nº: 3430.02.24.012/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 03/2017 SRP – 2ª Chamada

OBJETO: Aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP.

RELATÓRIO FINAL DE LICITAÇÃO

Atendendo solicitação constante na inicial, por meio de Memorando expedido pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, após autorização do Exmo. Sr. Prefeito através de Despacho constante nos autos, abriu-se o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 03/2017 SRP – 2ª Chamada, objetivando o **registro de preços para a aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, com exclusividade de lotes para ME e EPP**, na forma do Termo de Referência e da Estimativa de Preços apresentados pelo interessado solicitante, acostados à inicial.

A Minuta do Edital da licitação foi submetida à apreciação da Procuradoria Jurídica e devidamente aprovada, através de Parecer presente nos autos; o Aviso da Licitação foi publicado nos **Diários Oficiais da União** e do **Estado de Alagoas** e no **Jornal Tribuna Independente**, bem como afixado no **Quadro de Avisos desta Prefeitura**, conforme comprovantes anexos aos autos; e o Edital de convocação foi disponibilizado aos interessados através do e-mail: **santanadoipanemacplal@outlook.com**.

Decorrido o prazo para impugnações ao Edital, não se registrou a entrada de nenhum instrumento da espécie nesta Comissão, inexistindo assim qualquer pendência que obstasse o regular prosseguimento do certame.

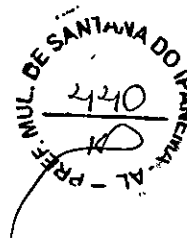
As sessões públicas para recebimento, abertura e julgamento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação ocorreram em **05/04/2017** e **11/05/2017**, totalizando **02** chamadas, havendo a participação das licitantes relacionadas nas atas circunstanciadas e lavradas em cada oportunidade, constante dos autos.

As propostas ofertadas e a documentação aberta, apresentadas pelas empresas participantes, encontram-se presentes nos autos.

Após os procedimentos relatados nas Atas das sessões, declarou-se vencedoras do certame as empresas abaixo, na seguinte conformidade:

LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)	IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA (CNPJ 08.418.303/0001-30)	R\$ 113.441,25
--	---	----------------

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME (CNPJ 09.098.346/0001-49)	R\$ 26.077,50
LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 30.000,00
LOTE 04 - ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 50.000,00

E, não havendo interposição de recurso por parte dos licitantes, adjudicou-se o objeto da licitação, conforme Termo de Adjudicação lavrado pelo Pregoeiro constante nos autos.

Isto posto, encaminhamos os presentes autos à consideração do Chefe do Executivo Municipal para fins de HOMOLOGAÇÃO, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei nº 10.520/2002.

CPL, em 16 de maio de 2017.

Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Carlos Thomaz Accioly Fernandes
Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO



PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

Procedimento Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 SRP – 2ª Chamada

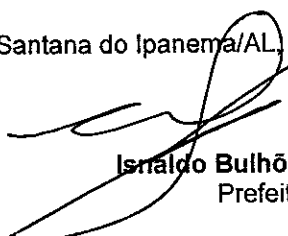
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP, COM EXCLUSIVIDADE DE LOTES PARA ME E EPP.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO


Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 03/2017 SRP – 2ª Chamada, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 3430.02.24.012/2017, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

Retorne à Comissão Permanente de Licitações, para a adoção das medidas necessárias à efetivação do registro de preços, cuja ata deverá ter vigência de 12 meses.

Santana do Ipanema/AL, 17 de Maio de 2017.


Ismael Bulhões Barros
Prefeito

Cópia publicada no Quadro de Avisos desta Prefeitura em 17/05/2017, nos termos do art. 40, XVII da Lei Orgânica do Município.


Servidor responsável

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-1

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 – 2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 17 dias do mês de **maio** do ano de **2017**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017 – 2ª Chamada**, conforme resultado homologado em **17/05/2017**;

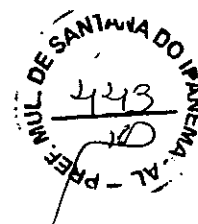
Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.418.303/0001-30**, com sede na **Rua José Teodósio da Silva, 149, Domingos Acácio**, CEP **57.500-000**, no Município de **Santana do Ipanema/AL**, neste ato representada pelo Sr. **YURI PINTO E SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº **910934 SSP /AL** e CPF nº **677.659.714 – 68**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de **R\$ 113.441,25 (cento e treze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal)	IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA (CNPJ 08.418.303/0001-30)	R\$ 113.441,25

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**

3.2.3. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;**

3.2.4. **Secretaria Municipal de Saúde;**

3.2.5. **Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;**

3.2.6. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;**

3.2.7. **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 28/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

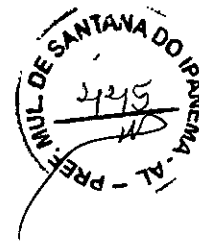
5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

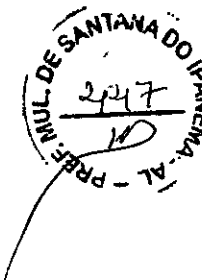
7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

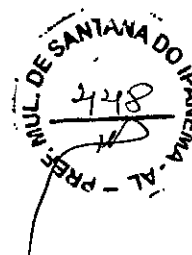
10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

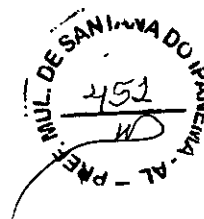
14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, 17 de maio de 2017.


IRMAOS JOTA PINTO & CIA LTDA
Representante da Empresa


ISNALDO BULHÕES BARROS
Representante do Órgão


HÉLIO MOREIRA DA SILVA
CPF 239.066.695-72
Gestor da ata

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-1

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017 SRP 2ª CHAMADA**.

454

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA
RUA JOSÉ TEODÓSIO, 149, Bairro: DOMINGOS ACÁCIO - SANTANA DO
IPANEMA-AL

CNPJ 08.418.303/0004-84 INSC. 240.64696-7 FONE : (82)3621-1284/8131

EMAIL: grupojotapinto@hotmail.com

ANEXO I

ORÇAMENTO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017-SRP – 2ª

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

1. OBJETO

1.1 registro de preços para aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP, para atender às necessidades dos diversos órgãos que compõem a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE Petróleo – GLP E Botijão – COTA PRINCIPAL						
Item	Especificação Detalhada do (S) Produto(S)	Unid. De Medida	Quant. Exigida	Marca	Valor unitário	Valor total
1.1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT	UND	1.525 (Hum mil, quinhentos e vinte cinco)	Butano	R\$ 58,65 (Cinqüenta e oito reais e sessenta e cinco reais)	R\$ 89.441,25 (Oitenta e nove mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos)
1.2	Botijão vazio para gás GLP com capacidade de 13kg.	UND	200 (Duzentos)	Butano	R\$ 120,00 (Cento e vinte reais)	R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

[Handwritten signature]

R\$ 113.441,25 (CENTO E TREZE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) .

II- Dados Bancários

A proponente possui conta corrente 7523-X, agência nº0331-X , do BANCO DO BRASIL S/A.

III- Representação Legal.


Informamos que o Sr.º Iury Pinto e Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº 910934 SSP/AL e do CPF nº 677.659.714-68, casado, empresário, Residente na Rua Marileide Bulhões, nº 590, Bairro: monumento em Santana do Ipanema/AL é representante legal da empresa, nos termos da cláusula sexta da Alteração contratual nº 14, do Contrato social, podendo firmar contrato com a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema do estado de Alagoas.

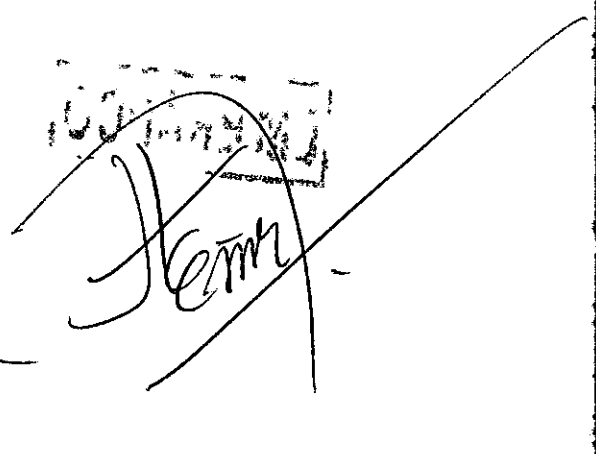
IV- DECLARAÇÃO

Declaramos que:

- 1) Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.
- 2) O prazo de validade da nossa proposta é de 60(sessenta) dias, a contar da abertura da licitação;
- 3) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Santana do Ipanema, Alagoas 15 de maio de 2017.


Iury Pinto e Silva
CPF: 677.659.714-68
RG 910934 SSP/AL


INSCRIÇÃO NO CAD. ICMS
240.64696 - 7
IRMÃOS JOTA PINTO E CIA LTDA
Rua José Teodosio da Silva, 149
Domingos Acácio - CEP: 57.500-000
Santana do Ipanema - Alagoas
[CNPJ: 08.418.303/0004 - 83]

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-2

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 – 2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 17 dias do mês de **maio** do ano de **2017**, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº **12.250.916/0001-89**, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017 – 2ª Chamada**, conforme resultado homologado em **17/05/2017**;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **09.098.346/0001-49**, com sede na **Av. Governador Afrânio Lages, 817, Centro**, CEP **57.420-000**, no Município de **Batalha/AL**, neste ato representada pelo Sr. **MARLON FERREIRA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº **1.757.290 SSP/AL** e CPF nº **041.175.114-08**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de **R\$ 26.077,50** (vinte e seis mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos), distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)	DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME (CNPJ 09.098.346/0001-49)	R\$ 26.077,50

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**

3.2.3. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;**

3.2.4. **Secretaria Municipal de Saúde;**

3.2.5. **Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;**

3.2.6. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;**

3.2.7. **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº **28/2017**, e na Lei nº 8.666, de 1993.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

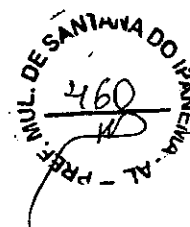
5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

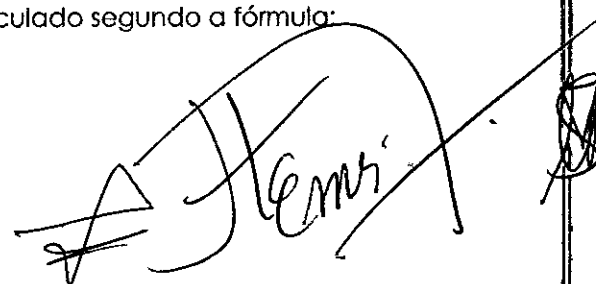
12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

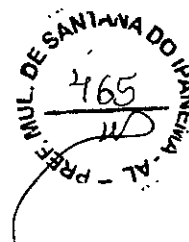
$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:



**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro do prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

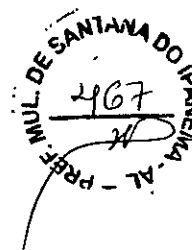
14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

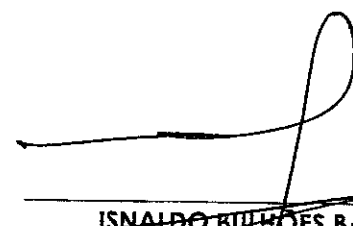
15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.


15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, 17 de maio de 2017.


DISTRIBUIDORA DE GAS CONFIANÇA LTDA - ME
Representante da Empresa


ISNALDO BULHÕES BARROS
Representante do Órgão


HÉLIO MOREIRA DA SILVA
CPF 239.066.695-72
Gestor da ata

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-2

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017 SRP 2ª CHAMADA**.

100.000,00

Batalha - AL, 11 de maio de 2017.

MUL. DE SANTANA DO IPANEMA - AL
470
PREL



DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME
CNPJ: 09.098.346/0001-49
Av. Gov. Alfrênio Lages nº 817 - Centro Fone: (82) 3531-1575
Batalha - AL CEP: 57.420-000
e-mail: gaseaguaconfianca@outlook.com

A
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema - AL
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial 003/2017 - Data de Abertura 11/05/2017
Objeto: Registro de preços para aquisição de Água e Gás glp, para atender às necessidades do Município de Santana do Ipanema.

LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Gás liquefeito do petróleo acondicionado em botijão de 13 kg, altamente tóxico e inflamável, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 47 de 24/03/99 ANP, NPR 14024 da ABNT.	UND.	475	Liquigás	R\$ 54,90 cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos	R\$ 26.077,50 vinte e seis mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos
Total do Lote II						R\$ 26.077,50
Total do Lote (por extenso)						vinte e seis mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos

Dados para Assinatura do Contratado:

Sócio Responsável: ROBSON FERNANDES DA SILVA
RG: 1.686.512 SSP AL - CPF: 023.639.634-07
Rua Juscelino Kubitschek - Centro - Batalha/AL
Estado Civil: Casado

DADOS BANCÁRIOS:

Banco do Brasil Agência: 0534-7
Conta Corrente: 12.475-3

e-mail: distribuidoradegasconfianca@gmail.com

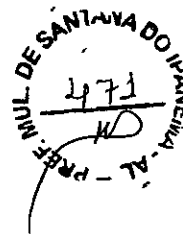
Declaramos que:

- * Em nossos preços estão contidos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros, frete, carga e descarga dos materiais e outros necessários ao cumprimento integral deste edital e seus anexos;
- * Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços;
- * Estamos de acordo com todas as condições, prazos, garantia e outros do edital e seus anexos;
- * A entrega dos itens será feita tão somente após emissão de "nota de empenho", em conformidade com o artigo 60 da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que conforme seu artigo 1º estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso xv, letra b, da constituição federal;
- * O fornecimento será feito conforme especificado neste edital e seus anexos;
- * A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da referida proposta.

10/05/2017

Marlon Ferreira da Silva
Representante Legal

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-3

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 – 2ª Chamada

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/17

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 17 dias do mês de maio do ano de 2017, o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA/AL** com sede administrativa na Rua Coronel Lucena Maranhão, nº 141, Bairro Centro, Santana do Ipanema, Alagoas, CEP 57.500-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.250.916/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito Sr. **ISNALDO BULHÕES BARROS** CPF Nº 026.236.684-34 e RG Nº 103.403 SSP/AL, no uso de suas atribuições legais;

Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 28/2017, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2017 – 2ª Chamada**, conforme resultado homologado em 17/05/2017;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a contratação dos itens constantes na proposta vencedora transcrita em Anexo desta Ata, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **ADEMIR AQUINO ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.736.940/0001-95, com sede na praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233, Box 1, monumento, CEP 57.500-000, no Município de Santana do Ipanema/AL, neste ato representada pelo Sr. **JÚLIO CÉSAR DE CARVALHO BARROS**, portador da Cédula de Identidade nº 1.972.082 SSP/AL e CPF nº 048.698.464-89, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto desta Ata é o registro de preços para aquisição de **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06) E LOTE 04 – ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06))**, visando atender às necessidades do **Município de Santana do Ipanema/AL**, conforme descrição, quantidades e preços descritos em Anexo(s).

1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global desta Ata é de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, distribuídos da seguinte forma:

Nº LOTE	DESCRIÇÃO DO LOTE	VALOR TOTAL
LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAÇÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 30.000,00
LOTE 04– ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)	ADEMIR AQUINO ME (CNPJ 13.736.940/0001-95)	R\$ 50.000,00

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

3.2. São participantes os seguintes órgãos:

3.2.1. **Gabinete do Prefeito;**

3.2.2. **Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;**

3.2.3. **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Ciência e Tecnologia;**

3.2.4. **Secretaria Municipal de Saúde;**

3.2.5. **Secretaria Municipal de Obras, Saneamento, Trânsito e Transportes;**

3.2.6. **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio-Ambiente;**

3.2.7. **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil.**

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 28/2017, e na Lei nº 8.666, de 1993.

3.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do Decreto Municipal nº **28/2017**, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

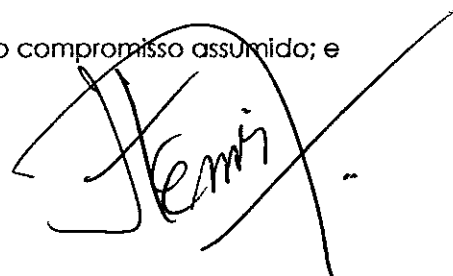
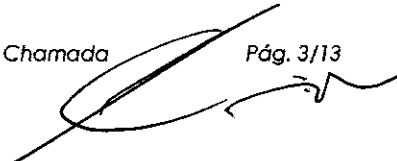
5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e



**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



5.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

5.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

6.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

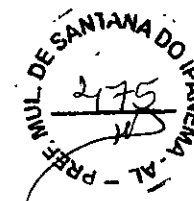
6.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

6.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

7.1. A contratação com fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Municipal nº 28/2017.

7.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

7.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.3. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

7.4. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

7.4.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

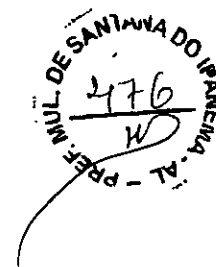
7.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

8. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

9. CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

9.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

10.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

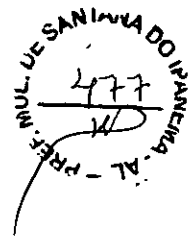
10.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

10.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



10.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2. A Contratante obriga-se a:

10.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

11.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

12.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

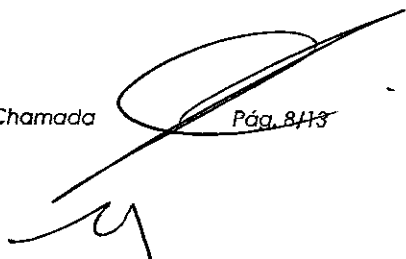

12.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

14.1.2. Apresentar documentação falsa;

14.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.6. Cometer fraude fiscal;

14.1.7. Fizer declaração falsa;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

14.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

14.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

14.3.2. Apresentar documentação falsa;

14.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

14.3.4. Cometer fraude fiscal;

14.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

14.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **Município de Santana do Ipanema/AL**, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**



14.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **03/2017-SRP** e a proposta da empresa.

15.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº **28/2017**, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

15.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da **Comarca de Santana do Ipanema**, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Santana do Ipanema/AL, 17 de maio de 2017.

Ademir Aquino ME

ADEMIR AQUINO ME
Representante da Empresa

Isnaldo Bulhões Barros

ISNALDO BULHÕES BARROS
Representante do Órgão

Hélio Moreira da Silva

HÉLIO MOREIRA DA SILVA
CPF 239.066.695-72
Gestor da ata

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PP03/2017-3

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **Município de Santana do Ipanema/AL** e a empresa **ADEMIR AQUINO ME**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Presencial nº **03/2017 SRP 2ª CHAMADA**.

ADEMIR AQUINO- ME



Proposta de Preço

Santana do Ipanema, 15 de maio de 2017

A:
Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL

A/C:
Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Presencial nº 03/2017 – SRP 2ª Chamada

Objetivo: registro de preços para a aquisição de Água Mineral e Gás Liquefeito de Petróleo – GLP com exclusividades de lotes para ME e EPP, conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência – Anexo I.

LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06)						
ITEM	PRODUTO	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3.1	Água mineral sem gás: Envasada em garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros , com cessão gratuita dos garrafões, fabricado em polipropileno puro (pp), contendo prazo de validade no vasilhame, etiqueta de identificação e demais identificações pertinentes, bem como lacre de segurança na tampa, conhecido pelo DNPM, para evitar contaminação externa e garantir a inviolabilidade.	unidade	5.000	FRASCALLI	R\$ 5,00 Cinco reais	R\$ 25.000,00 Vinte e cinco mil reais

3.2	Garrafão plástico transparente com capacidade de 20 litros, fabricado em polipropileno puro (PP) com prazo de validade no vasilhame.	unidade	500	FRASCALLI	R\$ 10,00	Dez reais	R\$ 5.000,00	Cinco mil reais
					TOTAL		R\$ 30.000,00	Trinta mil reais

LOTE 04- ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO(S) PRODUTO(S)	UNID	QUANT. EXIGIDA	MARCA	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL	
4.1	Água mineral sem gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 11,25	Doze reais	R\$ 11.250,00	Doze mil reais
4.2	Água mineral com gás garrafa com 500 ml pacote com 12 unidades.	pacote	1000	CRYSTAL	R\$ 15,65	Quinze reais	R\$ 15.650,00	Quinze mil reais
4.3	Água mineral sem gás garrafa com 1500 ml pacote com 06 unidades.	pacote	500	CRYSTAL	R\$ 12,30	Doze reais	R\$ 6.150,00	Seis mil reais
4.4	Água mineral sem gás copo com 200 ml caixa com 48 unidades.	caixa	500	CRYSTAL	R\$ 33,90	Trinta e quatro reais	R\$ 16.950,00	Dezessete mil reais
TOTAL							R\$ 50.000,00	Cinquenta mil reais
TOTAL DA PROPOSTA					R\$ 80.000,00		Oitenta mil reais	

Santana do Ipanema, 15 de maio de 2017



2011

Júlio César de Carvalho Barros

ADEMIR AQUINO – ME

Júlio César de Carvalho Barros

RG 1972082/AL – CPF nº 048.698.464-89

Representante por procuração

ADEMIR AQUINO – ME

CNPJ sob nº 13.736.940/0001-95 CACEAL nº 242.48108-6

Praça Dr. Adelson Isaac de Miranda, 233 – Box 1 – Monumento – CEP 57500-000

Santana do Ipanema - Alagoas

COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO



487
14
PREF. MUN. DE SANTANA DO IPANEMA - AL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº **PP03/2017-1** – Processo nº **3430.02.24.012/17** – Pregão Presencial nº **03/2017** – 2ª Chamada – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº **28/2017** – Fornecedor Registrado: **IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA** (CNPJ nº 09.098.346/0001-49) – Objeto: **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 01 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP E BOTIJÃO (Cota Principal))**, – Valor global: **R\$ 113.441,25** (cento e treze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) – Vigência: **12** (doze) meses.

Ata de Registro de Preços nº **PP03/2017-2** – Processo nº **3430.02.24.012/17** – Pregão Presencial nº **03/2017** – 2ª Chamada – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº **28/2017** – Fornecedor Registrado: **DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME** (CNPJ nº 09.098.346/0001-49) – Objeto: **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 02 – GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (Cota Reservada do Lote 01))**, – Valor global: **R\$ 26.077,50** (vinte e seis mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos) – Vigência: **12** (doze) meses.

Ata de Registro de Preços nº **PP03/2017-3** – Processo nº **3430.02.24.012/17** – Pregão Presencial nº **03/2017** – 2ª Chamada – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº **28/2017** – Fornecedor Registrado: **ADEMIR AQUINO ME** (CNPJ nº 13.736.940/0001-95) – Objeto: **Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo – GLP (LOTE 03 – ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06) E LOTE 04 – ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06))**, – Valor global: **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) – Vigência: **12** (doze) meses.

Cópia publicada no Quadro de Avisos
desta Prefeitura em 17/05/2017,
nos termos do art. 40, XVII da Lei
Orgânica do Município.

Daniel Thomas A. Fernandes
Servidor responsável

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP002/2017-5 - Processo nº 3430.02.14.047/17 - Pregão Presencial nº 002/2017-SRP - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: MARIA S. DA SILVA MERCADINHO-EPP (CNPJ nº 06.024.682/0001-59) - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR (LOTE 03.1 - CARNES E DERIVADOS (Cota Reservada); LOTE 06.1 - LEITE E DERIVADOS (Cota Reservada); LOTE 07 - AÇÚCAR E DERIVADOS (Cota Principal); LOTE 07.1 - AÇÚCAR E DERIVADOS (Cota Reservada); LOTE 09 - ÓLEO E DERIVADOS (Lote exclusivo para ME/EPP)), - Valor global: R\$ 174.964,96 (cento e setenta e quatro mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) - Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP002/2017-6 - Processo nº 3430.02.14.047/17 - Pregão Presencial nº 002/2017-SRP - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: MARKUS AMORIM OLIVEIRA-ME (CNPJ nº 01164999/0001-77) - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR (LOTE 08 - GRÃOS (Cota Principal); LOTE 08.1 - GRÃOS (Cota Reservada)), - Valor global: R\$ 99.710,00 (noventa e nove mil setecentos e dez reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP002/2017-7 - Processo nº 3430.02.14.047/17 - Pregão Presencial nº 002/2017-SRP - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: BERNARDI & GUEDES LTDA EPP (CNPJ nº 16.986.881/0001-00) - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR (LOTE 05 - CAFÉ (Lote exclusivo para ME/EPP); LOTE 11 - SUCOS E DERIVADOS (Cota Principal)), - Valor global: R\$ 109.188,00 (cento e nove mil cento e oitenta e oito reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 3430.02.14.047/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - SRP

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 02/2017 - SRP, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 3430.02.14.047/2017, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

Isnaldo Bulhões Barros
Prefeito

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP03/2017-1 - Processo nº 3430.02.24.012/17 - Pregão Presencial nº 03/2017 - 2ª Chamada - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: IRMÃOS JOTA PINTO & CIA LTDA (CNPJ nº 09.098.346/0001-49) - Objeto: Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE 01 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP E BOTILÃO (Cota Principal)), - Valor global: R\$ 113.441,25 (cento e treze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) - Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP03/2017-2 - Processo nº 3430.02.24.012/17 - Pregão Presencial nº 03/2017 - 2ª Chamada - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: DISTRIBUIDORA DE GÁS CONFIANÇA LTDA - ME (CNPJ nº 09.098.346/0001-49) - Objeto: Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE 02 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP (Cota Reservada do Lote 01)), - Valor global: R\$ 26.077,50 (vinte e seis mil, setenta e sete reais e cinquenta centavos) - Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº PP03/2017-3 - Processo nº 3430.02.24.012/17 - Pregão Presencial nº 03/2017 - 2ª Chamada - Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 28/2017 - Fornecedor Registrado: ADEMIR AQUINO ME (CNPJ nº 13.736.940/0001-95) - Objeto: Água Mineral e Gás Liquefeito do Petróleo - GLP (LOTE 03 - ÁGUA MINERAL E GARRAFÃO (Exclusivo conforme lei 123/06) E LOTE 04 - ÁGUA MINERAL (Exclusivo conforme lei 123/06)), - Valor global: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - Vigência: 12 (doze) meses.

MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 3430.02.24.012/2017

*PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 SRP - 2ª CHAMADA.

Face ao constante nos autos do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 03/2017 SRP - 2ª Chamada, do Tipo Menor Preço, referente ao Processo nº 3430.02.24.012/2017, HOMOLOGO, com fundamento no Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, a presente licitação para que a Adjudicação nela contida produza seus efeitos jurídicos e legais.

Isnaldo Bulhões Barros
Prefeito

Prefeitura Municipal de São Brás

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS

Decreto nº 17, de 31 de julho de 2017.

DECLARA UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE ABAIXO MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS (AL), no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 71, XII da Lei Orgânica do Município, na conformidade do art. 5º, XXIV da Constituição Federal, bem como o art. 6º do Decreto-lei 3.365 de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - É declarada a utilidade pública para fins de desapropriação de o imóvel a seguir identificado, situado na Rua projetada, s/n, Alto do Cemitério, São Brás (AL), Latitude: 10°07'20.9"S - Longitude: 36°54'14.5"W, assim descrito: TERRENO de propriedade da Sr. EDIVALDINO SANTOS DE CARVALHO, confrontando-se ao Norte - 112,87m - com terreno de Edivaldino Santos de Carvalho; confrontando-se ao Leste - 201,75m - com terreno de Edivaldino Santos e Carvalho e Kleanne Onofre da Silva; confrontando-se ao Sul - 501,32m - com terreno de diversas casas, Hospital Municipal Dr. José Wanderlei Neto, terreno de Edivaldino Santos de Carvalho, Rua Projetada e terreno de Kleanne Onofre da Silva; confrontando-se ao Oeste - 239,99m - com terreno de propriedade de Edivaldino Santos de Carvalho; totalizando uma área de 23.360,00m² ou 7,65 Tarefas.

Art. 2º - O imóvel individualizado no artigo antecedente será destinado à futura doação de terrenos para construção de casas populares.

Art. 3º - Para promover a desapropriação de que trata o presente Decreto Expropriatório, fica o Município de São Brás (AL) autorizado a efetivá-la em caráter judicial ou extrajudicial, na forma da legislação vigente e com os recursos constantes do orçamento do Município de São Brás (AL), a contar da dotação orçamentária de rubrica nº 09.01001648200011001-459061.00.00.00.000.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Brás (AL), 31 de julho de 2017.

MARCOS SANDES
Prefeito

Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

A Comissão Permanente de Licitação do Município de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, TORNA PÚBLICO que, após análise dos documentos de habilitação, resolve declarar:

1 - HABILITAÇÃO das empresas RCM COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS EIRELI ME, VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP, LUSMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, HAROLDO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA EPP, NETWORK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP, GM GARMA COMERCIAL LTDA EPP, COMERCIAL PEREIRA E SOARES LTDA ME, MAXIMA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, BS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CEZÁRIO MÓVEIS & COMÉRCIO LTDA EPP e BETANIAMED COMERCIAL LTDA EPP pela regularidade da documentação apresentada, restando vencedoras para os lotes que apresentaram o menor lance.

2 - INABILITAÇÃO da empresa FRANCIELSA NERI DO NASCIMENTO ME por não ter apresentado o documento original para autenticação por funcionário público da CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA e do ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, juntamente com o CONTRATO DE FORNECIMENTO.

Outrossim, a CPL informa que a partir da data desta publicação, abre-se o prazo para interposição de recursos administrativos.

Bergson Araújo Leite
Pregoeiro

*Replicado por incorreção